



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Ana Margarida Silva Araújo

**EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO CURRICULAR NO
ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE COIMBRA:
A REALIDADE PRISIONAL E PERSPETIVAS DE VIDA FUTURA
DOS RECLUSOS**

**Relatório de Estágio para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da
Educação, orientado pelo Professor Doutor Carlos Francisco de Sousa Reis e
apresentado à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da
Universidade de Coimbra.**

Fevereiro de 2021



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Ana Margarida Silva Araújo

**EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO CURRICULAR NO
ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE COIMBRA:
A REALIDADE PRISIONAL E PERSPETIVAS DE VIDA FUTURA
DOS RECLUSOS**

Relatório de Estágio para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação,
orientado pelo Professor Doutor Carlos Francisco de Sousa Reis e apresentado à
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Fevereiro de 2021

*O rio atinge os seus objetivos,
porque aprendeu a controlar os obstáculos.*

Lao Tsé

Aos meus pais e ao meu avô, as pessoas mais importantes da minha vida.

Aos meus amigos, em especial, Li, Xana, Duarte, Paulão e Mariana.

Agradeço por tudo!

Agradecimentos

Ao longo de todo o percurso académico muitos foram os desafios e as barreiras ultrapassadas. Com muito esforço e dedicação vejo o término destes anos. Muitas foram as pessoas que se cruzaram neste caminho possibilitando uma aprendizagem a diversos níveis.

Em primeiro lugar, agradecer ao Professor Doutor Carlos Reis por toda a sua disponibilidade e orientação no decorrer deste último ano. Foi incansável ao longo deste árduo e desafiador percurso.

De seguida, a toda a equipa de Técnicos Superiores de Reeducação, do Estabelecimento Prisional de Coimbra, por todo o apoio prestado, por me auxiliarem no processo de integração e por toda a informação que me foram passando. Em especial à Dr.^a Bélina Cavaleiro por me ter orientado e ajudado em tudo o que sempre precisei. Ao Dr. Hugo Robalo por me ajudar a crescer enquanto profissional e confiar nas minhas capacidades.

A todos os assistentes e guardas prisionais que me acompanharam ao longo desta caminhada no Estabelecimento. Aos estagiários com quem me cruzei, Miguel, Inês e Mafalda, pelas partilhas e toda ajuda ao longo do estágio. De uma forma muito especial, a todos os reclusos com os quais tive o privilégio de contactar e que tanto contribuíram para a minha formação profissional e pessoal.

Um obrigada às minhas colegas de curso, Inês e Raquel, por continuarem a partilhar vivências e por toda a entajuda no culminar deste processo. À Garcia por se demonstrar sempre pronta ajudar-me e por ter aceite colaborar de forma tão direta na dinamização de uma sessão. À Di por ter sido sempre o meu braço direito, ajudar-me em tudo o que sempre precisei e por todas as palavras de incentivo nos dias menos bons.

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo descrever todo o processo desenvolvido ao longo do estágio, no Estabelecimento Prisional de Coimbra, conducente ao grau de Mestre em Ciências da Educação. Numa fase inicial, familiarizamo-nos com o meio envolvente para posteriormente, intervirmos de forma autónoma com a população reclusa em específico.

O relatório encontra-se dividido em quatro partes. O primeiro capítulo contempla a caracterização da instituição e o enquadramento legal. O segundo capítulo é inteiramente vocacionado para o enquadramento teórico que serviu de base a todo o trabalho desenvolvido. O terceiro capítulo congrega as atividades desenvolvidas, as parcialmente desenvolvidas e as atividades propostas. Por fim, o quarto e último capítulo é constituído pela conclusão onde se destaca o papel que desempenhamos enquanto Técnicos Superiores de Educação.

Palavras-Chave: Reclusão; Ciências da Educação; Comunidades de Reflexão; Reinserção.

Abstract

The present work aims to describe the whole process developed during the internship, in the Coimbra Prison Establishment, leading to the degree of Master os Science in Education. In an Initial phase, we familiarize ourselves with the surrounding environment and, subsequently, intervene autonomously with the specific prison population.

The report is divided into four parts. The first chapter covers the characterization of the Institution and the legal framework. The second chapter is entirely devoted to the theoretical framework that served as the basis for all the work developed. The third chapter brings together the activities developed, those partially developed and the activities proposed. Finally, the fourth and last chapter consists of the conclusion which highlights the role we play as Higher Education Technicians.

Keyword: Confinement; Education sciences; Reflection communities; Reintegration.

Índice

Índice de figuras	VII
Lista de abreviaturas	VIII
Introdução	1
Capítulo 1	3
1. Caracterização da Instituição	4
1.1. Breve apontamento histórico.....	4
1.2. Caracterização da Instituição e Enquadramento Legal	5
1.2.1. Caracterização Física.....	7
1.4. Atividades disponibilizadas no EPC	8
1.4.1. Oferta Educativa.....	9
1.4.2. Formação Profissional.....	9
1.4.3. Ocupação Laboral	10
1.4.4. Biblioteca	11
1.4.5. Atividades Desportivas	11
1.4.6. Outras atividades	12
1.5. Estrutura Orgânica do E.P.C	13
Capítulo 2	15
2. Enquadramento.....	16
2.4. Técnico Superior de Educação vs Técnico Superior de Reeducação	16
2.5. Penitenciárias: o surgimento	17
2.6. Sociedade prisional e valores privilegiados	18
2.7. Prisão vs Reclusão.....	19
2.8. Exclusão Social	20
2.9. O processo de reinserção/ressocialização/reintegração de condenados	21
2.10. Poderes e direitos do recluso	23
2.11. Comunidades de reflexão	24
2.12. Reclusão e COVID-19	25
Capítulo 3	27
3. Atividades realizadas.....	28
3.4. Atividades diárias.....	28
3.1.1. Atividades atribuídas e realizadas	28
3.1.2. Atendimento e acompanhamento de reclusos	28
3.1.3. Registo de Informação	29
3.1.4. Elaboração de Relatórios.....	29
3.1.5. Cartões de Visita	30

3.1.6. Informações.....	30
3.1.7. Conselho Técnico.....	30
3.1.8. Ficha de Mobilidade.....	31
3.5. Desenvolvimento e Participação em atividades	31
3.2.1. Festa de Natal.....	32
3.2.2. Workshop de Primeiros Socorros.....	32
3.2.3. Workshop de Noções Básicas de Higiene e Segurança no Trabalho	33
3.2.4. Programa “Construir um Plano de Prevenção e de Contingência”	34
3.2.5. Sessão Locus de Controlo	42
3.2.6. Sessão de elucidação para os alunos do Mestrado em Educação Social, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais	42
3.6. Atividades parcialmente concluídas.....	43
3.3.1. Refletir juntos para a vida	43
3.7. Atividades propostas	50
3.4.1. Palavra Amiga.....	51
3.4.2. Dia da Cor	51
3.4.3. O meu Guia para a liberdade.....	52
3.4.4. Sessão sobre o perigo de piercings e tatuagens em ambiente prisional.....	52
Conclusão.....	53
Bibliografia	56
Anexos.....	59
Apêndices.....	80

Índice de figuras

Figura 1: Sistema Panóptico de Radial de Bentham (Fonte: Justiça Brasil, 2016)	5
Figura 2: Estabelecimento Prisional de Coimbra (Fonte: Diário de Coimbra, 2016).....	5
Figura 3: Organograma interno do Estabelecimento Prisional de Coimbra	14
Figura 4: Respostas à pergunta um do questionário de Prevenção e Contingência.....	36
Figura 5: Respostas à pergunta dois ao questionário de Prevenção e Contingência	36
Figura 6: Respostas à pergunta três ao questionário de Prevenção e Contingência.....	37
Figura 7: Resposta à pergunta quatro do questionário de Prevenção e Contingência	37
Figura 8: Resposta à pergunta cinco do questionário de Prevenção e Contingência	38
Figura 9: Respostas à pergunta seis do questionário de Prevenção e Contingência.....	38
Figura 10: Resposta á pergunta sete do questionário de Prevenção e Contingência.....	39
Figura 11: Respostas ao questionário relativo à avaliação do processo Refletir juntos para a vida:.....	46
Figura 12: Respostas à primeira pergunta do questionário Refletir juntos para a vida.....	47
Figura 13: Respostas à segunda pergunta do questionário Refletir Juntos para a vida	47
Figura 14: Respostas à terceira pergunta do questionário Refletir juntos para a vida.....	48
Figura 15: Respostas à quarta pergunta do questionário Refletir juntos para a vida	48
Figura 16: Respostas à quinta pergunta do questionário Refletir juntos para a vida	49
Figura 17: Respostas à sexta pergunta do questionário Refletir juntos para a vida.....	49
Figura 18: Respostas à sétima questão do questionário Refletir Juntos para a vida.....	50

Lista de abreviaturas

Art.º - Artigo

D.G.R.S. – Direção Geral de Reinserção Social

D.G.R.S.P. – Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Dec. Lei – Decreto Lei

E.P. – Estabelecimento Prisional

E.P.C. – Estabelecimento Prisional de Coimbra

R.A.E. – Regime Aberto no Exterior

R.A.I. – Regime Aberto no Interior

T.S.R. – Técnico Superior de Reeducação

Introdução

O presente Relatório de Estágio curricular é parte integrante do processo para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC). Implicando-se na área das Ciências da Educação e Intervenção Social, a instituição escolhida para desenvolver o estágio curricular foi o Estabelecimento Prisional de Coimbra (E.P.C) no ano letivo 2019/2020.

O objetivo primordial do estágio pautou-se pela “promoção de competências analítico-reflexivas e operativas que permitam uma análise e caracterização dos fenómenos educativos, a planificação de intervenções que apontem para a sua otimização, o desenvolvimento/implementação dessa planificação, bem como a sua avaliação” (Universidade de Coimbra, 2020, p.1)

Como especialistas em Ciências da Educação, no final do estágio curricular, espera-se que fiquemos habilitados com um conjunto de competências consideradas imprescindíveis. Assim, espera-se que sejamos capazes de analisar de forma pluridisciplinar o contexto de intervenção, utilizar metodologias adequadas tendo em consideração as características da população-alvo, planificar todas as propostas de intervenção de acordo com as necessidades dos participantes, antecipando eventuais efeitos mais ou menos expectáveis. (Universidade de Coimbra, 2020, p.1)

O período de estágio inicia com o começo das atividades letivas da FPCEUC e decorre até ao término do 2º semestre. A carga horária corresponde a 1350 horas, sendo que apenas 896 horas se destinam a trabalho na instituição. Paralelamente ao trabalho de campo, decorre um Seminário de Acompanhamento, correspondente a 270 horas, lecionado pelo orientador designado para o efeito, neste caso em específico, pelo Professor Doutor Carlos Sousa Reis. Na instituição, foi designada orientadora a Técnica Superior de Reeducação, Dr.^a Béline Cavaleiro.

O estágio teve início a 10 de outubro de 2019 e terminou a 9 de março devido à situação pandémica atual do COVID-19. Isto significa que o trabalho de campo acabou por concluir precocemente na forma presencial. Mas fomos sempre mantendo contacto com os orientadores, no intuito de conseguir retomar o estágio normal e evitar prejudicar o trabalho desempenhado até então.

O vertente relatório sistematiza o trabalho realizado durante o período de estágio no Estabelecimento Prisional de Coimbra, encontrando-se dividido em quatro capítulos. Tendo em consideração as competências do profissional em Ciências da Educação propusemo-nos a prestar auxílio nas diversas atividades recorrentes e na elaboração de relatórios e acompanhamento diário de reclusos. Por outro lado, entendemos conceber e implementar atividades que se nos afiguravam como estrategicamente necessárias para a população específica, este foi o caso do Projeto Refletir Juntos para a Vida.

O primeiro capítulo descreve a instituição, com um breve apontamento histórico, o enquadramento legal pelo qual o Estabelecimento Prisional se rege, as atividades disponíveis, como é o caso da oferta formativa, da formação profissional, da ocupação laboral, das atividades desportivas e, por fim, apresenta a estrutura orgânica da instituição, sistematizada num organograma. O segundo capítulo explana o enquadramento teórico, de acordo com temáticas que nos serviram de base para o desenvolvimento do estágio curricular, nomeadamente, o surgimento das penitenciárias, a natureza da sociedade prisional e os valores privilegiados neste meio, bem como os poderes e direitos dos reclusos, a par das formas de exclusão social, descrevendo-se ainda o processo de reintegração dos condenados, entre outros aspetos tidos por relevantes. No terceiro capítulo relatamos as atividades de estágio desenvolvidas, subdividindo-as em três subgrupos, as concluídas, as parcialmente concluídas e as propostas. A necessidade de agrupar as atividades desta forma, prende-se com a interrupção do estágio curricular em março do transato ano, que afetou as parcialmente desenvolvidas e as propostas. O quarto capítulo contempla a conclusão e uma breve reflexão sobre o processo de desenvolvimento pessoal e profissional inerente ao estágio curricular. O relatório culmina com as referências bibliográficas utilizadas para suportar a abordagem dos temas discutidos, que os anexos e apêndices ilustram, a fim de facilitar a compreensão do trabalho concretizado.

Capítulo 1

1. Caracterização da Instituição

1.1. Breve apontamento histórico

A construção da Penitenciária de Coimbra remonta ao final do século XIX. Com o aumento da criminalidade e com o desaparecimento das ordens religiosas, o Colégio da Nossa Senhora da Conceição, conhecido também por Colégio de Tomar, passa a ser tutelado pelo governo e vê as suas funções alteradas. (Martins, 2011) Para o efeito, foi encomendado um projeto, desenvolvido pelo Engenheiro Ricardo Júlio Ferraz entre 1871 e 1901, altura em que se iniciam as primeiras obras de requalificação da Penitenciária de Coimbra (Martins, 2011) e recebe os primeiros 10 reclusos. Com a conclusão das obras de requalificação aumenta a sua capacidade, destinando-se, então, a indivíduos em cumprimento de pena superiores a dois anos e a delinquentes de difícil correção. (Direção Geral de Reinsersão e Serviços Prisionais, 2019) Depois de várias obras de requalificação passa a designar-se Estabelecimento Prisional de Coimbra, designação que se mantém até à atualidade. (Martins, 2011)

O Estabelecimento Prisional de Coimbra caracteriza-se pela sua construção celular, com uma disposição arquitetónica em “cruz latina” usualmente conhecida como Sistema Panóptico Radial de Bentham. (Martins, 2011) Foi Michel Foucault (1975) quem explicitou os pressupostos e funcionamento do sistema panóptico, devendo-se, no entanto, a sua aplicação ao controlo penitenciário a Jeremy Bentham. A essência do Panopticismo consiste numa construção arquitetónica em torno de uma torre de vigia central, no caso do E.P.C. o octógono, onde é possível controlar os movimentos dos reclusos sem que estes se apercebam que se encontram sob vigia. Desta forma, “o princípio era que o poder deveria ser sempre visível (o prisioneiro consegue ver a torre) e inverificável (o prisioneiro não tem a certeza que está a ser observado).” (Martins, 2011, p. 28) O panopticismo “constituiu uma forma de poder no final do século XVIII (...) permitindo que a força fosse substituída por uma vigilância sem falhas. (Martins, 2011, p. 28)



Figura 1: Sistema Panóptico de Radial de Bentham (Fonte: Justiça Brasil, 2016)

1.2. Caracterização da Instituição e Enquadramento Legal

O E.P.C situa-se na Rua da Infância, nº23, 3000-129 em Coimbra. É uma instituição pública com uma certa autonomia administrativa, tutelada pela Direção-Geral de Reinscrição e Serviços Prisionais, inserida num domínio do Ministério da Justiça.



Figura 2: Estabelecimento Prisional de Coimbra (Fonte: Diário de Coimbra, 2016)

O Decreto-Lei 125/2007 de 27 de abril “aprova a estrutura orgânica da Direção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP)”. Caracterizando-se por ser “um serviço de administração direta do Estado dotado de autonomia administrativa” encabeçada por um

diretor-geral, auxiliado por três subdiretores-gerais. (Dec. Lei 125/2007, s.p.) A missão da DGSP passa por,

“assegurar a gestão do sistema prisional, nomeadamente da segurança e da execução das penas e medidas privativas de liberdade, assegurando condições de vida compatíveis com a dignidade humana e contribuindo para a defesa da ordem e da paz social, através da manutenção da segurança da comunidade e da criação de condições de reinserção social dos reclusos, permitindo-lhes conduzir a sua vida de forma socialmente responsável.” (Dec. Lei 125/2007, s.p.).

Em 2009, é aprovado em Assembleia da República o Código da Execução de Penas e Medidas Privativas de Liberdade, com a finalidade de “reinsere o agente na sociedade, preparando-o para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes, a proteção de bens jurídicos e a defesa da sociedade”. Na mesma perspetiva, “assegura o respeito pela dignidade da pessoa humana, (...) a personalidade do recluso e os seus direitos e interesses jurídicos” (Lei nº115/2009, p.4) Em termos genéricos, pretende-se que “a execução [seja] imparcial e não [possa] beneficiar, prejudicar, privar de qualquer direito ou isentar de qualquer dever nenhum recluso [...em razão de sexo, raça, língua, nacionalidade, religião, origem étnica, situação económica, condição social e orientação sexual.” (Lei nº115/2009, p.4)

A 11 de abril de 2011, como complemento ao Código de Execução de Penas e Medidas Privativas de Liberdade, é publicado o Decreto-Lei nº51/2011 que aprova o Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais. Este normativo vem estabelecer “a estrutura orgânica, regime de funcionamento e as competências dos órgãos e serviços nos estabelecimentos prisionais”. (p.1)

Com o Decreto-Lei nº215/2012, que determina a implantação do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central, no âmbito do Compromisso Eficiência, o principal objetivo do Governo Constitucional passa por “dar início a uma nova fase da reforma da Administração Pública, no sentido de a tornar eficiente e racional na utilização dos recursos públicos” (p.1) Neste âmbito, foram implementadas um conjunto de medidas como forma de otimizar os recursos públicos tais como, a unificação da Direção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) com a Direção-Geral da Reinserção Social (DGRS), culminando na Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP). Esta unificação pretendia “uma intervenção centrada no indivíduo desde a fase pré-sentencial até à libertação, preparando em colaboração com os serviços do setor público e privado, oportunidades de mudança e reinserção social.” (Dec. Lei 215/2012, p.2) A

DGRSP mantém-se como “um serviço central da administração direta do Estado, dotada de autonomia administrativa” e tendo como missão

“o desenvolvimento das políticas de prevenção criminal, de execução das penas e de reinserção social e a gestão articulada dos sistemas tutelar educativo e prisional, assegurando a dignidade humana e contribuindo para a defesa da ordem e da paz social”. (Dec. Lei 215/2012, p.1)

A Portaria n.º 13/2013 de 11 de janeiro veio atribuir ao Estabelecimento Prisional de Coimbra uma nova função do nível de segurança. O E.P.C passa, então, a definir-se como Estabelecimento de alta segurança, comportando um mais elevado grau de complexidade de gestão. Contudo, apesar de funcionar maioritariamente segundo o regime comum (RC), o E.P.C disponibiliza ainda outros dois regimes, o regime aberto no interior (RAI) e o regime aberto no exterior (RAE),

“o RC decorre em estabelecimentos de segurança alta e caracteriza-se pelo desenvolvimento de atividades em espaços de vida comum no interior do estabelecimento e dos contatos com o exterior permitidos nos termos da lei; o RAI, caracteriza-se pelo desenvolvimento de atividades no perímetro do estabelecimento prisional ou imediações, com vigilância atenuada; o RAE, caracteriza-se pelo desenvolvimento de atividades de ensino, formação profissional, trabalho ou programas em meio livre, sem vigilância direta.” (Lei n.º.115/2009, p.6)

1.2.1. Caracterização Física

O E.P.C é constituído por diversos edifícios com funções bastantes diversificadas. No piso inferior do primeiro edifício encontramos a portaria, a sala de inspeção, a telefonista, o bar para funcionários e a sala de convívio. No piso superior, os serviços de educação, a contabilidade, o economato e a seção de pessoal.

Com a saída do primeiro edifício, encontrámos um pequeno jardim. Assim, do lado esquerdo temos a sala de visitas, a sala de espera, o Gabinete de Tecnologia, Informação e Segurança (GTIS), os serviços de vigilância e alguns quartos para as visitas íntimas.

O segundo edifício é denominado de Ala A. Este é um edifício central do E.P. aglomerando todos os serviços administrativos, assim é parte integrante o gabinete do Diretor e das adjuntas da direção, o gabinete de chefes e subchefes de guarda, os serviços administrativos, o gabinete jurídico, a seção de reclusos e a sala onde são presididos os conselhos técnicos. No final deste edifício deparamo-nos com a primeira porta de acesso

à zona prisional. No piso superior, encontramos os serviços clínicos, as salas de ensino, a sala de teatro, a sala de programas e ainda a sala de informática.

Com a passagem pela zona prisional, temos acesso ao octógono central que assegura o contacto com as restantes alas. Existem sete alas (B, C, D, E, F, G e H) com distintas dimensões, no entanto, só apenas quatro servem para alojamento de reclusos (C, E, F e G). A Ala E é a maior do E.P. agregando 163 celas. A Ala G, de menor dimensão, estabelece acesso às salas de música, ao refeitório e à cozinha (Ala H). A Ala C é a designada “ala do respeito”, para a integrar é pedido aos reclusos que assinem um contrato através do qual se comprometem a cumprir um conjunto de regras previamente estabelecido, com o incumprimento das mesmas regressam às alas de Regime Comum. As regras que devem ser cumpridas passam pela manutenção e cuidado da cela, bem como das partes comuns, pela obrigatoriedade de um percurso prisional isento de sanções disciplinares e pela frequência do ensino ou de ocupação laboral quando possível. A Ala B, permite o acesso ao ginásio por parte de reclusos que se encontram em RC. A Ala D, permite o acesso ao recreio. Finalmente, a Ala F que estabelece o acesso à cave e às oficinas de trabalho. A cave dispõe de 42 celas de habitação e 4 celas disciplinares. As celas de habitação são partilhadas por dois reclusos podendo integrar, além de camas e uma casa de banho, alguns bens materiais como televisão, *playstation* e rádio. As celas disciplinares vocacionadas para o cumprimento sanções integram apenas o necessário para a sobrevivência do indivíduo, cama e casa de banho, sem qualquer tipo de “regalia” presente numa cela normal. O Estabelecimento está ainda provido com cinco salas para ensino/formação, uma sala de professores, uma biblioteca e uma sala de música.

1.4. Atividades disponibilizadas no EPC

O Estabelecimento Prisional de Coimbra proporciona anualmente um conjunto de atividades socioculturais que pretendem favorecer o processo de inclusão do indivíduo em meio prisional, fomentando o sentido de responsabilidade e de pertença. Desta forma, e complementando as anteriores, o E.P.C oferece atividades de ensino e formação profissional, de ocupação laboral, desportiva e ainda diversos programas psicoeducacionais e ressocializadores.

1.4.1. Oferta Educativa

Segundo o artigo 71º do Decreto-Lei n.º 51/2011 de 11 de abril, “a atividade escolar e formativa é estruturada de acordo com os mesmos princípios técnicos e pedagógicos estabelecidos em meio livre” desta forma, “o estabelecimento prisional garante o suporte material e afeta os espaços necessários à realização de atividades escolares e formativas, com as necessárias condições de funcionalidade e segurança.” (p.15)

A oferta educativa formal divide-se entre o ensino recorrente de nível básico e secundário, assegurada pela Escola Eugénio de Castro através de uma parceria com o E.P.C e com o Centro de Área Educativa de Coimbra. Aos reclusos que pretendem aumentar as suas qualificações é permitido o acesso ao Ensino Superior através de protocolos estabelecidos com a Universidade de Coimbra, a Universidade Aberta e a Escola Superior de Educação de Coimbra através do ensino à distância. Os custos inerentes à frequência do Ensino Superior dependem de cada indivíduo ou de bolsas criadas para o apoio aos mais carenciados. Em casos excecionais, os reclusos que se encontram em RAE poderão deslocar-se às supracitadas instituições para sessões presenciais ou para efetuarem avaliações. (Anexo 1)

Durante todo o ano letivo, segundo coordenação dos Técnicos Superiores de Reeducação (T.S.R), são realizadas um conjunto de palestras, onde são abordados diversos temas considerados importantes para o quotidiano prisional dos envolvidos (saúde, cidadania, etc.). As festas de natal e de final de ano são organizadas pelo Técnico responsável pelo ensino e pelos professores e têm bastante adesão pela população prisional.

1.4.2. Formação Profissional

No que concerne à Formação Profissional, “o estabelecimento prisional disponibiliza os espaços e garante as necessárias condições de funcionalidade e segurança para a realização de ações de formação profissional”. Assim, “o Diretor-geral aprova o plano anual de formação profissional sustentando no diagnóstico de necessidades”. (Dec. Lei 51/2011, p.16)

O “Centro Protocolar para o Setor da Justiça (CPJ) participa na organização da formação profissional, nos termos do protocolo homologado pela Portaria n.º 538/88 de 10 de agosto”, no entanto “podem promover ações de formação profissional nos estabelecimentos prisionais as entidades formadoras certificadas que celebrem acordo de cooperação com a Direção-Geral”, é neste contexto que o Instituto de Emprego e Formação Profissional de Coimbra (IEFP) intervém, no seu âmbito, na formação. (Dec. Lei 51/2011, p.16)

Anualmente, são implementados cursos de formação tendo em consideração as particularidades dos indivíduos em reclusão. Em particular, encontram-se a decorrer no EPC os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA B3) dupla certificação de Eletricidade, (EFA B3) dupla certificação de Canalização e EFA de Refrigeração e Climatização (Anexo 1).

1.4.3. Ocupação Laboral

No que respeita as atividades laborais, “o diretor do estabelecimento prisional fixa as atividades laborais disponíveis, o local, o horário e fixa as respetivas condições de funcionamento.” (Dec. Lei 51/2011, p.17) A colocação laboral restringe-se a um conjunto de critérios, devidamente, definidos, que permitem ao Técnico Superior de Reeducação avaliar a situação do recluso:

“Aptidão para o posto de trabalho, obrigação de indemnização à vítima, encargos familiares, outras obrigações decorrentes de decisões judiciais, frequência de formação profissional, maior duração da pena aplicada, necessidade de uma atividade laboral por razões de saúde, conforme parecer dos serviços clínicos, manifesta carência económica ou inexistência de apoio sociofamiliar.” (Dec. Lei 51/2011, p.17)

No E.P.C existem um conjunto variado de áreas denominadas de “oficinas” onde os indivíduos podem encontrar ocupação laboral como a serralharia, a sapataria, a encadernação, a estofaria, a carpintaria, a mecânica e, por fim, a marcenaria. Por outro lado, existe um conjunto de áreas com um funcionamento diverso, como é o caso da cozinha, da barbearia, da lavandaria, da biblioteca ou da conservação e limpeza dos espaços comuns, como a escola, o ginásio, as alas, os jardins, etc.

Os indivíduos que se encontram a beneficiar de RAE, têm a possibilidade de desempenhar atividades laborais no exterior através de protocolos criados com entidades como a Câmara Municipal de Coimbra, a Câmara Municipal da Mealhada, a Fundação

Mata do Buçaco e o Museu Etnográfico de Conímbriga. Note-se que existe a possibilidade de incorporar nos protocolos novas entidades, desde que aceitem e se responsabilizem pelo transporte de e para o Estabelecimento dos reclusos.

1.4.4. Biblioteca

De acordo com o artigo 94º do Decreto-Lei n.º 51/2011, “em cada estabelecimento prisional é assegurado um serviço de leitura para todos os reclusos, o qual dispõe de géneros literários diversificados e publicações editadas nos idiomas estrangeiros falados no estabelecimento.” (p.19) Apesar do constante cuidado para manter este espaço atualizado e conservado, o esforço para atrair a população reclusa é condicionado pelas a fraca apetência dos reclusos que resulta em taxas de leitura cada vez mais baixas. Com o intuito de combater esta problemática, a TSR responsável pela Biblioteca, procura dinamizar, periodicamente, diversas atividades como *workshops* de sensibilização, atividades lúdicas de incentivo à leitura e simpósios com convidados externos.

1.4.5. Atividades Desportivas

A atividade desportiva é parte integrante do programa de tratamento prisional e, portanto, “estruturada de acordo com os princípios técnicos e pedagógicos, cabendo aos estabelecimentos garantir o suporte material, orgânico e técnico assegurando a prática desportiva de modalidades individuais e coletivas”. (Dec. Lei 51/2011, p.19) A seu respeito, acrescenta o normativo que

“devem ser particularmente desenvolvidas metodologias desportivas de índole coletiva, sem prejuízo de práticas físicas de carácter individual que visem o desenvolvimento de capacidades psicomotoras, excluindo-se aquelas que impliquem situações de confronto físico entre participantes.” (Dec. Lei 51/2011, p.19)

O ginásio e o campo polidesportivo são o palco de diversas atividades. Destacando-se o ténis de mesa, os campeonatos internos e externos de futebol e o basquetebol.

1.4.6. Outras atividades

Como forma de complementar as atividades e serviços potencializadores da preparação para a vida pós-reclusão, o E.P.C conta com as valências da sala de código de condução, da sala multiusos e da sala de música. A primeira sala referida, permite a iniciação à carta de condução em reclusão. O espaço encontra-se equipado com um computador, em que se podem consultar manuais, efetuar exercícios de resolução de problemas e realizar “exames de código”. Por seu lado, a sala multiusos é utilizada para a realização de programas psicoeducacionais que exigem um espaço mais amplo, para alguns workshops e atividades socioculturais desenvolvidas no E.P. como é o caso da festa de natal e de final de ano. A sala de música encontra-se à disposição de qualquer indivíduo que pretenda iniciar ou continuar a sua aprendizagem num vasto leque de instrumentos disponíveis. Incluindo-se, neste âmbito, a possibilidade de ocorrerem performances e ensaios individuais nas duas salas anexas disponíveis.

O Estabelecimento Prisional de Coimbra, oferece à população reclusa, segundo orientações da Direção Geral da Reinserção e Serviços Prisionais, um conjunto de programas psicoeducacionais adaptados às características e necessidades da população, numa vertente ressocializadora que pretendem,

“a aquisição, promoção ou reforço de competências sociais, pessoais e emocionais; a promoção da mudança de atitudes e de comportamentos; o controlo da agressividade e de comportamentos violentos em grupos diferenciados de reclusos; a promoção da empatia para com a vítima e a consciencialização do dano provocado, nomeadamente através do envolvimento dos reclusos em programas de mediação e de justiça restaurativa; a prevenção da reincidência e da recaída, nomeadamente em crimes de natureza sexual, de violência doméstica ou reativos à condução de veículo sem habilitação legal ou em estado de embriaguez ou sob a influência de substâncias estupefacientes.” (Dec. Lei 51/2011, p.18-19)

Os Programas Psicoeducacionais são provenientes de diretrizes superiores (DGRSP) e subdividem-se em diversos grupos:

“Fase inicial da pena:

- a) Programa e Estabilização Emocional e Integração Institucional
- b) Programa Integrado de Prevenção do Suicídio (PIPS)
- c) Programa de Promoção de Competências Pessoais e Emocionais (Gerar Percursos Sociais – GPS)

Programas Transversais:

- a) Programa de Iniciação às Práticas Restaurativas (Educar para Reparar)
- b) Programa de promoção do Desenvolvimento Moral e Ético

- c) Programa de Intervenção Técnica dirigido a Agressores Sexuais
- d) Programa de Intervenção dirigido a reclusos condenados por delitos estradais (Estrada Segura)

Programas dirigidos a Problemáticas Específicas:

- a) Programa de Treino de Competências para a Empregabilidade
- b) Programa de Prevenção da Reincidência e da Recaída (Construir um Plano de Prevenção e de Contingência)

Programa de fase Final da Pena:

- a) Programa de Treino de Competências para a Empregabilidade
- b) Programa da Reincidência e da Recaída (Construir um Plano de Prevenção e de Contingência)” (Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, 2019)

Os Técnicos Superiores de Reeducação podem aplicar qualquer programa mencionado, desde que tenham recebido formação para tal. Esta formação ocorre anualmente e é obrigatório que cada TSR aplique um dos programas referidos. No ano letivo 2019/2020 os programas implementados no E.P.C. foram o Programa de Prevenção da Reincidência e da Recaída (Construir um Plano de Prevenção e de Contingência) e o Programa de Intervenção dirigido a reclusos condenados por delitos estradais (Estrada Segura).

1.5. Estrutura Orgânica do E.P.C

A estrutura orgânica do E.P.C é devidamente hierarquizada desde o cargo com mais poder encabeçado pelo Diretor, às secções com menor poder de decisão. Desta forma, cabe ao Diretor representar o Estabelecimento, dirigir e controlar os restantes órgãos de poder e serviços presentes no E.P., gerir os diversos recursos, entre outras funções. Nesta lógica, é importante referir que é concedido ao Diretor uma certa autonomia e poder de decisão.

A área jurídica e de seção de reclusos, estabelece os contactos necessários com os tribunais, organiza toda a burocracia penal pertencentes aos reclusos, notificando-os sobre as suas situações jurídicas. (art.12º, Portaria nº286/2013 de 9 de setembro)

A área do tratamento penitenciário, engloba os serviços de saúde, ou seja, consultas médicas, de enfermagem, de psiquiatria e de psicologia. E ainda os serviços de educação e ensino responsáveis pela formação profissional, pelo trabalho e por todas as

atividades socioculturais e desportivas promovidas pelo estabelecimento. (art.13º, Portaria nº286/2013 de 9 de setembro). A área da administração e do apoio geral, apesar de desempenhar outras funções, é a principal responsável pela administração de pessoal. (art.11º, Portaria nº286/2013 de 9 de setembro)

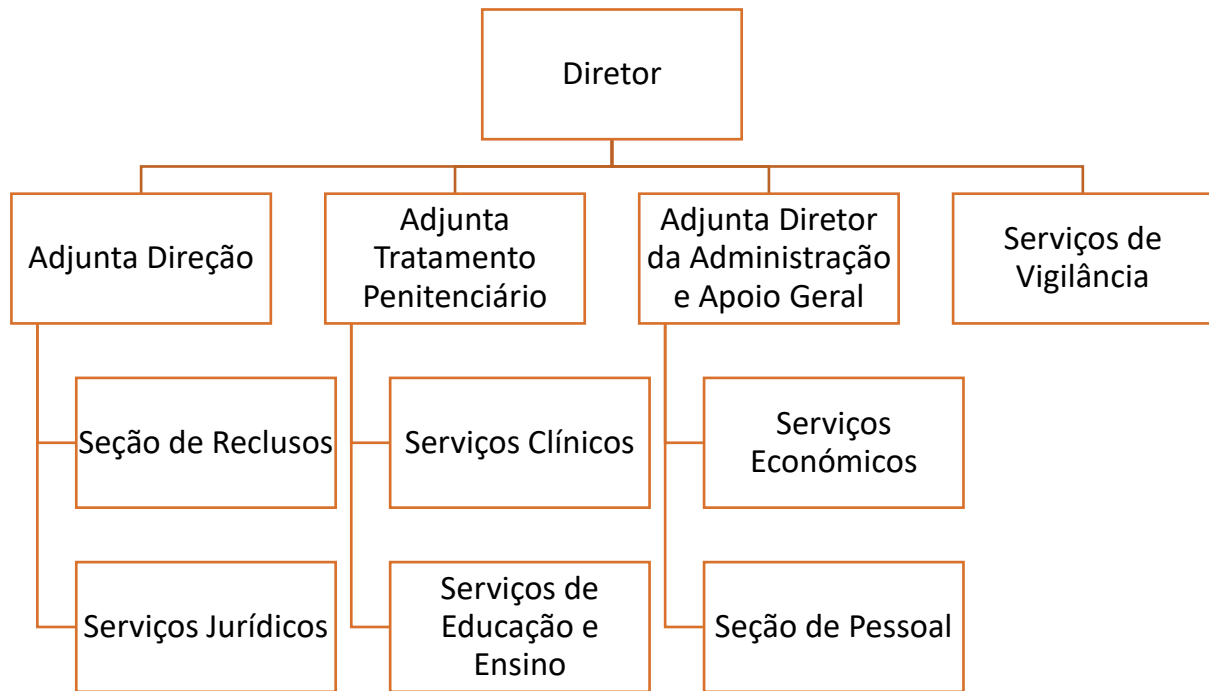


Figura 3: Organograma interno do Estabelecimento Prisional de Coimbra

Capítulo 2

2. Enquadramento

2.4. Técnico Superior de Educação vs. Técnico Superior de Reeducação

A carreira de Técnico Superior de Reeducação foi criada pela Direção Geral dos Serviços Prisionais e devidamente regulamentada no Decreto Lei nº346/91 de 18 de setembro. Desta forma, cabe ao TSR desenvolver as seguintes funções:

“Propor e desenvolver as atividades necessárias ao acolhimento dos reclusos em colaboração com o Instituto de Reinserção Social e os restantes serviços do estabelecimento.

Conceber, adotar e ou aplicar métodos e processos técnico-científicos considerados mais adequados ao acompanhamento dos reclusos durante a execução das medidas privativas de liberdade, nomeadamente no que respeita à elaboração e atualização do plano individual de readaptação e à emissão de pareceres legalmente exigidos ou superiormente solicitados.

Prestar às direções dos estabelecimentos a assessoria técnica necessária à execução do plano individual do tratamento dos detidos, nomeadamente no que concerne à colocação laboral, à frequência de cursos escolares e de formação profissional, à aplicação de sanções disciplinares e a alteração do regime de cumprimento de pena.

Apoio técnico aos tribunais de execução de penas através da elaboração de relatórios, emitindo pareceres sobre a evolução da personalidade dos reclusos, durante a execução de pena, de modo a habilitar os respetivos juízes a avaliar a persistência ou não de perigosidade e a viabilidade da sua reinserção social.

Elaboração de programas e execução de estudos psicossociais e acompanhamento individual dos delinquentes.

Conceção e ou desenvolvimento de projetos de atuação a nível de grupos específicos em risco psicoafectivo, designadamente toxicodependentes, portadores de doenças transmissíveis, jovens adultos e doentes mentais.

Conceber programas de prevenção primária e secundária, nomeadamente de consultas, tratamento e apoio permanente a reclusos em risco e ou consumidores de drogas.

Organizar e dinamizar atividades culturais recreativas, formativas e de educação física, com a participação dos reclusos, com vista à ocupação dos tempos livres e à promoção da vertente psicossocial dos mesmos.

Organizar o contacto os reclusos com o meio exterior, incentivando a troca de correspondência e o convívio periódico com familiares e amigos.

Organizar cursos escolares de diferentes graus de ensino, estimular os reclusos à sua frequência e estabelecer os contactos necessários com o Ministro da Educação.

Fomentar o acesso dos reclusos a meios de comunicação social por forma a mantê-los informados dos acontecimentos relevantes da vida social.

Estimular a participação de grupos voluntários da comunidade na vida prisional em ordem a viabilizar a ressocialização futura dos reclusos.

Organizar estudos estatísticos e elaborar planos e relatórios de atividades.” (Dec. Lei 346/91, p.2)

As funções, que se elencaram, parecem precisar o papel do TSR para uma vertente ressocializadora, aliada a um papel ativo na integração prisional dos reclusos. Importa,

contudo, referir que no respeitante aos Técnicos Superiores de Educação dos estabelecimentos prisionais, não deixam de incorporar funções semelhantes. Tenha-se, para o efeito, em consideração os princípios orientadores e consagrados na Carta Ética e Deontológica das Ciências da Educação. Como é o caso “do princípio fundamental de respeito por cada Pessoa, enquanto ser humano único, inserido em comunidades e em grupos sociais”, que orientam o global trabalho a desenvolver (Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2014, p.7). Por outro lado, o ciclo de estudos em Ciências da Educação pretende conferir ao Técnico Superior de Ciências da Educação as competências seguintes:

Conceber, planificar, desenvolver e avaliar programas e atos educativos, formais ou não formais, que melhor sirvam as necessidades pessoais e das comunidades e contextos onde os indivíduos interagem; caracterizar, descrever e compreender factos educativos ocorridos em qualquer contexto, com qualquer tipo de pessoas, consideradas quer em grupo quer individualmente; desenvolver todas as atividades relativas aos processos de mediação educativa ao longo da vida, nomeadamente dos destinados à reconstrução de identidades pessoais e profissionais. (Universidade de Coimbra, 2020)

Isto mostra como se baliza um exercício de apoio transversal em diversas áreas, que se podem aplicar, naturalmente, às da vida do recluso.

2.5. Penitenciárias: o surgimento

Na Antiguidade as prisões apresentavam um papel fortemente punitivo, associadas a severos castigos corporais onde a privação de liberdade (Bayer & Locatelli, 2016). Foi o Iluminismo que trouxe uma orientação nova quanto à criminalidade e justiça na cultura ocidental e, em particular, em Portugal. (Vaz, 2020) A discussão sobre esta problemática remonta ao início do século XIX. Como refere Michel Foucault, o início de uma nova era com o “desaparecimento dos suplícios (...) desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo. Desapareceu o corpo como alvo da repressão penal.” (Foucault, 1975, p.5) Em contrapartida, materializou-se a transição de uma “economia repressiva” baseada nos castigos e ofensas corporais, considerada desajustada, para uma legislação onde o princípio da corrigibilidade se torna preponderante (Vaz, 2020) .

De acordo com Foucault (1975) “o essencial da pena passa pela procura de corrigir e reeducar, ‘curar’.” (p.7) Nesta lógica, iniciam-se as primeiras medidas vocacionadas para a construção de penitenciárias com vista ao combate da criminalidade. Acreditava-

se que o afastar os indivíduos da sociedade, aliado a um contínuo processo dito educativo, uma rotina fortemente estereotipada de hábitos e de trabalho, seria possível uma maior consciencialização da infração praticada e, por consequência, a possível “reabilitação do delinquente”. (Vaz, 2020, p.147)

Goffman (1987) vem complementar o trabalho de Foucault ao apresentar o conceito de instituição total, por analogia a todas as instituições totalitaristas que funcionam em regimes fechados – Estabelecimentos Prisionais. Assim, a prisão “é um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, [levam] uma vida fechada e formalmente administrada.” (Goffman, 2001, p.11) A visão totalitarista do autor salienta, de uma forma particular, a exclusão social que os indivíduos são alvos, desde a construção arquitetónica dos estabelecimentos, à diminuta possibilidade de contacto com o mundo exterior. A tentativa de exclusão dos sujeitos era vista como o expoente máximo da punição, pois permitiria a correção dos “corpos”, num ambiente de total isolamento. Por outro lado, a construção arquitetónica das penitenciárias funcionava como uma brutal barreira que impedia a “consciência” da sociedade de uma das suas grandes fragilidades, a marginalização de reclusos. (Carvalho, 2003)

Com o objetivo de dignificar a prisão, a tortura humana foi sendo expurgada. O objetivo principal passa, então, a ser o impedimento do sujeito da continuação do crime, sendo o cumprimento de pena a medida mais gravosa para qualquer indivíduo. (Carvalho, 2003)

2.6. Sociedade prisional e valores privilegiados

A cultura prisional e os valores vigentes neste meio remetem-nos para uma problemática bastante discutida. É que experienciar esta realidade pode constituir-se como a frequência de uma verdadeira “escola do crime”, onde os hábitos e costumes são rapidamente aprendidos por quem é inserido no meio prisional. Neste contexto, é importante referir a ideia de “prisionização” defendida por Clemmer (1958), que define o conceito como correspondente ao de assimilação, ou seja, “prisionização” refere-se ao processo, intencional ou não, de incutir/adquirir modos de agir e de pensar, valores, regras e normas da cultura prisional, fortemente vinculados pelo ambiente institucional

(Lobosco, 2011). Daí que, para Carvalho (2003), os indivíduos privados de liberdade passam por um processo de “modificação de personalidade individual”. (p.3) A repressão funciona como “a regulação do quotidiano do recluso, a obediência à moral disciplinar do corpo e da mente e às suas motivações”, representando um dos valores mais fortemente vinculados na instituição-prisão (Carvalho, 2003, p.3). A intimidade e a autonomia do indivíduo são abolidas em detrimento do cumprimento de uma vida reclusa fortemente rotineira e desindividualizada.

Por outro lado, a prisão é definida por um coletivo de pessoas com assimetria de poder dos guardas prisionais sobre os reclusos, onde o controlo sistemático do tempo e do espaço uniformiza uma hierarquia que empodera, sistematicamente, uns em detrimento de outros. O poder dos reclusos vê-se reduzido na perda de identidade, na dissociação do seu nome, substituído por um número. O que representa mais um traço de desumanização ou, se quisermos, de despersonalização. No período de cumprimento de pena, são, aliás, postos de parte os papéis e estatutos que os reclusos, normalmente, desempenhariam no exterior, passando a incorporar o estatuto de recluso. Este processo de modificação de identidade pode trazer algumas implicações para o autoconceito dos indivíduos. O autoconceito “pode ser definido de uma forma simples, como a perceção que o indivíduo tem de si próprio e o conceito que, devido a isso, forma de si”. (Serra, 1988, p.101) Desta forma, o processo de “rotulagem” que o indivíduo faz de si, enquanto recluso, culmina num impacto, mais ou menos direto, com o núcleo de interação mais próximo, nomeadamente a família e os amigos. Assim, o ambiente prisional hostil, marcado por práticas e valores da cultura, que sempre institui, instigam, demasiadas vezes, o aparecimento de sentimentos negativos, opressores e desindividualizadores nos sujeitos.

2.7. Prisão vs Reclusão

Falar de prisão e reclusão indistintamente pode limitar a compreensão do que se joga em cada caso. A coincidência dos termos serve só para designar um estado de privação de liberdade durante um período de tempo mediante determinado crime que um sujeito cometeu. No entanto, pode ser mais positivo abordar a reclusão numa perspetiva ética. De um ponto de vista mais reflexivo, pode ser importante debater a denominação de Estabelecimento de Reclusão em detrimento da usual Estabelecimento Prisional.

Prisão remete-nos para um espaço onde o crime e os valores considerados contraproducentes se perpetuam. Ora, o foco não tem de reger-se pela equivalência entre a denominação de prisão e reclusão, é muito mais importante remeter, neste último caso, para a eventual transformação de um conjunto de valores, rotinas e poderes que tornem o espaço mais integrador e inclusivo. Isto é, conter valores que incluam o não total desapossamento da pessoa, mas lhe continuem a conferir o reconhecimento de ser único e incomparável, com vontades e necessidades que devem ser respeitadas, com direitos e deveres, essenciais não dissociáveis só porque se encontra recluso, mas se mantêm como para qualquer cidadão. A reclusão pode privar o sujeito de liberdade, mas não tem de corresponder a privá-lo da sua humanidade e dos seus direitos e deveres intrínsecos, como pessoa.

2.8. Exclusão Social

É consensual, perante a comunidade científica, que o conceito de exclusão social emerge com mais evidência em conformidade com o processo de globalização e, conseqüentemente, com os processos de troca de comunicação e informação (Escorel, 1999). Neste contexto, o termo significa encontrar-se excluído da sociedade e de vários domínios que englobam a efetiva participação na mesma sociedade. Estes domínios, que contribuem para o exercer de uma cidadania plena, são: o económico, o político-legal e o social-relacional. O domínio económico refere-se, essencialmente, à “aquisição de bens e serviços indispensáveis ao funcionamento em sociedade”, relacionando-se, portanto, mais com as questões de poder e de compra. O domínio político-legal engloba “as relações que estabelecemos com as instituições básicas, sistema administrativo e proteção social”, o que o encaixa no quadro das questões de cariz mais burocrático, ou seja, do controlo, ou verificação formal de conformidades. Por fim, o domínio social-relacional remete para a existência, ou não, “de redes de sociabilidade – família, vizinhos, amigos e seu funcionamento” (REAPN, 2009, p.10), e cuja ausência contribui, diretamente, para o processo de segregação e isolamento social do indivíduo.

Há que assinalar, aqui, que o processo de exclusão social não estagna, pelo contrário, é algo que tendencialmente se agrava pelo processo de marginalização de que os indivíduos são alvo, em várias esferas da sua vida, sejam as carências económicas,

habitacionais ou sociais.¹ Por seu lado, é do conhecimento geral que grande parte da população reclusa carece, à entrada e, talvez, muito mais à saída, de diversas dificuldades económicas, sociais ou habitacionais. Por isso se torna tão fácil a sua marginalização e estereotipação, sendo visto apenas pelo seu lado de potencial ameaça para a sociedade e, muito menos, pelas competências e potencialidades que ainda poderão comportar.

É nesta lógica que devemos entender que cada sujeito constrói a sua identidade através do contacto social com o outro. Características eminentes como a linguagem, a classe social dominante, a etnia de pertença, a cultura, o grupo de pares são indispensáveis à multifacetada construção do ser pessoal, na sua unicidade. E lembre-se que só contando com a diferencialidade pessoal podemos desfrutar do enriquecimento que comportam para a diversificação e dinamização sociais. Evitar a discriminação e a estigmatização dos sujeitos pela primitiva estranheza xenófoba é algo muito detrimental da construção de uma sociedade cooperante e inclusiva (Brandão, 2007).

2.9. O processo de reinserção/ressocialização/reintegração de condenados

O contínuo progresso das ciências sociais e humanas, os diversos estudos acerca das problemáticas criminais e afirmação do Estado Providência potencializaram o surgimento de conceitos como o de reinserção e ressocialização. Com o término da 2ª Guerra Mundial, no mundo ocidental, afirmou-se o Estado Providência caracterizando-se por uma crescente preocupação social. (Machado, 2009) As ideologias defendidas permitiam a intervenção do Estado em diversas esferas, como é o caso da saúde, educação, economia, política e, por outro lado, uma maior preocupação no apoio direto à população desfavorecida. A intenção de apoiar a população desfavorecida tinha como objetivo a superação de dificuldades tendo em vista a integração social. (Machado, 2009)

Atualmente, os conceitos de ressocialização e reinserção constituem-se como fluídos devido à existência de diversas concepções sobre a temática. No entanto, considera-se que o fim da ressocialização é a humanização do sujeito promovendo a sua reintegração

¹ Uma ideia bastante presente é a exclusão social afeta apenas os grupos sociais considerados desfavorecidos, no entanto, cada vez mais abrange um vasto leque de indivíduos de extratos sociais diversos (REAPN, 2009).

na sociedade. Numa das suas vertentes, o processo de reinserção social, passa por dotar os reclusos, durante o cumprimento de pena, de ferramentas necessárias que auxiliem a desvinculação de comportamentos de risco, nomeadamente, a perpetuação de crimes. (Gomes, Duarte & Almeida, 2004)

Neste contexto, Baratta (1990) esclarece o conceito de reintegração social afirmando que este pressupõe um processo de comunicação entre a prisão e a sociedade. Mais declara, o autor, que a busca pela solução dos problemas carcerários se encontra em meio social. Na mesma lógica, Falconi (1998) defende o conceito de reinserção, assegurando que este se encontra fortemente vocacionado para a reintrodução do recluso na vida social e ressalta como necessário que ambas as partes aceitem algumas limitações. Na ótica de Albergaria (1996), o conceito de ressocialização vem perdendo destaque para os conceitos de reinserção e reeducação. O autor defende que o processo de reinserção se refere à introdução do indivíduo novamente na vida social, enquanto que o processo de reeducação se refere ao desenvolvimento de todas as potencialidades do indivíduo (Machado, 2009).

Muito se duvida sobre a verdadeira reintegração de ex-reclusos. Em meio prisional verifica-se uma pressão vocacionada para a adoção de determinados comportamentos estereotipados, em detrimento de uma aceitação e colaboração do sujeito tendo em consideração as suas vontades. Por outro lado, grande parte da população reclusa, pertence a classes predominantemente desfavorecidas, com baixo nível escolar, cultural, habitacional, entre outros. Neste quadro, ressocializar pressupõe que o sujeito já tenha sido socializado anteriormente. Desiderato que não se comprova tanto devido a carências a montante, como a jusante, quer dizer, pela falta de intervenção do Estado em problemáticas desta índole, nomeadamente na valorização de programas psicoeducacionais num momento pré-sentencial (Machado, 2015). Para não falar das possíveis falhas paralelas ao processo de reclusão e ao de pós-reclusão.

Diversos autores defendem que inerente ao processo de reeducação se encontram a escolarização e a ocupação laboral do recluso. Os Estabelecimentos Prisionais oferecem um leque diversificado de oportunidades escolares, formativas e laborais, como consta nos pontos 1.4.1, 1.4.2 e 1.4.3, de acordo com as necessidades e aptidões de cada sujeito. A escolarização e o trabalho são vistos como essenciais para a formação da personalidade e, por outro lado, por contribuírem para a estabilização psicossocial, aspeto muito importante em meio prisional (Machado, 2015), como posteriormente, aliás.

A interação social é absolutamente matricial para a formação da pessoa, cuja emergência e afirmação pode dizer-se ser uma virtude dialógica (Reis, 2009 & 2014). Estabelecer ligações entre o meio prisional e o exterior é importante com o objetivo de, por um lado, não afetar as relações sociais existentes e, por outro, permitir que não sejam, “a posteriori”, excluídos de uma sociedade que também lhes pertence. (Rodrigues, 2000) O papel do Técnico Superior de Reeducação é fulcral em todo este processo, ao prever-se uma intervenção que fomente no recluso competências pessoais, sociais, laborais e formativas configuradoras de um processo de reinserção adequado. As redes de suporte e apoio social a ex-reclusos, nomeadamente instituições particulares de solidariedade social, constituem-se como um forte auxílio. Estas podem apoiar os sujeitos em diversos domínios como na procura de trabalho, na procura de habitação, na doação de roupas e bens alimentares, etc. Assim, para que o paradigma da reinserção surta efeitos no condenado é necessário tornar a intervenção positiva, formando a confiança assente na convicção de que ninguém é irrecuperável (Machado, 2009).

2.10. Poderes e direitos do recluso

Como qualquer cidadão os condenados têm, também, os seus direitos e os seus deveres. A reclusão, apesar de medida punitiva, deve sempre salvaguardar a dignidade e a individualidade do condenado.

O código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade – Lei nº115/2009 – vem salvaguardar o estatuto jurídico do recluso afirmando que este “mantém a titularidade dos direitos fundamentais, salvas as limitações inerentes ao sentido da sentença condenatória”. (p.4) Por outro lado, o artigo 7º refere-se a todos os direitos do recluso. A proteção da vida, o acesso à saúde, integridade, liberdade de consciência, o exercer dos direitos civis, a liberdade de religião e de culto, estabelecer contactos com o exterior, a proteção da vida familiar e privada, etc. No concernente aos deveres do recluso, constam no artigo 8º a obrigatoriedade de permanência no estabelecimento prisional até à data de libertação, o cumprimento das normas que regulam o quotidiano prisional, manter uma conduta correta com todos os intervenientes em meio prisional, obrigatoriedade de fazer testes, quando solicitado, relativos ao consumo de álcool ou de estupefacientes e apresentar-se limpo e cuidado, etc. (Lei nº115/2009)

Na mesma lógica, e, agora voltando a problemática para um panorama Europeu, a 11 de janeiro de 2006 foram adotadas as Regras Penitenciárias Europeias pelo Comité de Ministros dos Estados Membros, retificadas e aprovadas a 1 de julho de 2020. As Regras são elaboradas de acordo com a Convenção Europeia dos Direitos Humanos em coautoria com o Comité Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas. Seguindo o pressuposto que a privação de liberdade deve constituir-se como último recurso. De acordo com pressupostos vigentes na lei, a reclusão deve salvaguardar a segurança e garantir condições que não afetem a dignidade humana. Pede-se, aliás, aos Estados membros que orientem a sua legislação e práticas políticas de acordo com os pressupostos contidos na Carta.²

Já em 1955, haviam sido criadas as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos. No entanto, em 2014 foram alteradas, consolidadas e passam também a designar-se por Regras de Nelson Mandela. O seu objetivo enquadrador não é a adoção de um modelo de sistema prisional, pretende-se apenas, com base em pressupostos atuais considerados justos, estabelecer regras e princípios de uma boa gestão penitenciária. Com isto, e apesar de não serem um instrumento vinculativo, espera-se que no exercer das normas e práticas da vida prisional todas as regras sejam aplicadas de forma imparcial.³

De acordo com o Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, as Regras de Nelson Mandela e as Regras Penitenciárias Europeias, a vida em reclusão ficou ordenada a incorporar valores como o respeito e dignidade humana, condenando a tortura e atos cruéis em todos os seus domínios.

2.11. Comunidades de reflexão

Gostaríamos de chamar a atenção para a importância do desenvolvimento de um elemento de cultura reflexiva dentro dos contextos de reclusão e reeducação. As

² Todas as informações referentes às Regras Penitenciárias Europeias foram retiradas do site oficial da Direção Geral dos Serviços Prisionais, disponível em: <https://dgrsp.justica.gov.pt/Portals/16/Legislacao/Justica%20Penal/RPEuropeias.pdf?ver=2020-08-06-161754-313>. Acedido a 11 de novembro de 2020.

³ Todas as informações referentes às Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos foram retiradas do site oficial da Direção Geral dos Serviços Prisionais, disponível em: <https://dgrsp.justica.gov.pt/Portals/16/Legislacao/Justica%20Penal/RMTRONU.pdf?ver=2018-12-10-124739-073>. Acedido a 11 de novembro de 2020.

chamadas comunidades de reflexão são um ponto fundamental do Projeto de Intervenção e do trabalho desempenhado no Estabelecimento Prisional. Desta forma, a denominação comunidades de reflexão⁴ podem, com muito proveito ser adaptadas para adultos. A base da comunidade de reflexão passa pelo pressuposto de que todos os participantes ensinam e aprendem, não existindo respostas certas ou erradas, onde todas as ideias são válidas e merecem ser respeitadas. Com a criação da Comunidade de Reflexão pode potenciar-se a denominada “dialógica”, no quadro de uma pedagogia da “escuta ativa”, facilitadora da emancipação do pensamento crítico, tornando os cidadãos conscientemente mais participativos. Ao incentivar o indivíduo a pensar criticamente estamos automaticamente a permitir que este se questione e possa refletir sobre questões, necessidade, desejos e interesses que, mesmo partindo de outra pessoa, possam em algum momento fazer sentido para si. A comunidade de reflexão possibilita a compreensão pela diferença e o respeito pela opinião do outro (Silva & Nunes, 2016). Transpor esta abordagem para um contexto prisional foi tido com algo potencialmente enriquecedor para os condenados. Desde o primeiro contacto estabelecido com os reclusos foi notório a necessidade de se fazerem ouvir. Mais à frente abordaremos de forma mais completa todo este processo.

2.12. Reclusão e COVID-19

Em início de março de 2020 vimos o estágio curricular ser suspenso devido à pandemia que se instalou do COVID-19. Desta forma, é importante abordar as mudanças ocorridas em quotidiano prisional e, por outro lado, referenciar como tudo isto prejudicou o culminar do estágio.

Em meio prisional, e com o intuito de combater a sobrelotação dos Estabelecimentos Prisionais devido à fácil propagação do vírus, a Lei nº9/2020 veio aprovar algumas medidas de flexibilização penal. Em particular, as penas inferiores a 2 anos, as penas de multa que transitaram em penas de prisão subsidiárias, os indivíduos com mais de 65 anos e os portadores de doenças são perdoados penalmente. Crimes como homicídios, violações, tráfico de estupefacientes, violência doméstica e violência contra forças de segurança não se encontram abrangidos pela lei. No caso de indivíduos que já tenham usufruído de Licença de Saída Jurisdicional, o Diretor do E.P. pode conceder ao

⁴ Que remontam ao movimento de Filosofia Para Crianças.

condenado 45 dias de saída, sendo que este é obrigado a permanecer na sua habitação e a cumprir 14 dias de quarentena voluntária, até ao regresso ao Estabelecimento.

A rotina prisional sofreu, pois, modificações notórias. A escola, a assistência moral e religiosa, a ocupação laboral, os atendimentos dos TSR, as visitas, bem como as visitas íntimas foram suspensas por tempo indeterminado. E o estágio curricular foi suspenso em consequência direta, a partir do início de março de 2020. Desde então, mantivemos apenas os contactos semanais, via Zoom, com o Professor Doutor Carlos Reis. Nestas sessões foram abordados diversos temas, desde a inserção institucional, a reflexão sobre projetos de e atividades de intervenção, a elaboração do presente relatório, ou o esclarecimento de dúvidas que podiam surgir com as leituras aconselhadas. O mesmo aconteceu com a orientadora na instituição, Dr.^a Bélina Cavaleiro, com quem mantivemos contacto regular com o objetivo de compreender melhor as mudanças no quotidiano prisional.

Ao longo da suspensão do estágio fomos melhorando as planificações das atividades propostas, aprimorando as leituras e desenvolvendo o relatório tendo em vista um rápido regresso à instituição. Contudo, como, finalmente, o regresso não foi possível, por nenhum meio, vimo-nos impossibilitados de concluir grande parte das atividades e de terminar o trabalho desempenhado até então.

Capítulo 3

3. Atividades realizadas

Numa fase inicial elaboramos o Plano Inicial de Estágio (Apêndice 1) e o Pré-Projeto de Intervenção (Apêndice 2). Definimos objetivos e atividades a desenvolver com base nas necessidades do público alvo. Sabíamos de antemão que além de todas as atividades propostas, iríamos também desenvolver diversas atividades sugeridas pela Orientadora local, Dr.^a Béline Cavaleiro.

As atividades e os objetivos definidos foram pensados tendo em consideração as necessidades de uma população tão específica. Propusemo-nos a compreender, numa fase inicial do trabalho de campo, o que era tido como importante e valorizado pelo público-alvo como forma de tornar as atividades enriquecedoras e emancipadoras de competências transversais. Quer nos atendimentos com os reclusos, quer em conversa com os Técnicos de Reeducação fomos adaptando as atividades integrantes do Pré-Projeto e pensando em novas atividades passíveis de implementação tendo em consideração as normas do E.P.C.

3.1. Atividades diárias

3.1.1. Atividades atribuídas e realizadas

A pesquisa documental foi a primeira tarefa elaborada no E.P.C. e permitiu-nos compreender o enquadramento legal, os serviços e a respetiva legislação inerente à instituição. Consultamos o Código de Execução de Penas e Medidas Privativas de Liberdade e o respetivo Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais. Após analisados os documentos necessários, concentramo-nos na integração em meio prisional. A convite da Dr.^a Béline visitamos todas as secções do Estabelecimento.

3.1.2. Atendimento e acompanhamento de reclusos

O atendimento e o acompanhamento de reclusos foram tarefas realizadas diariamente em salas específicas com o objetivo de preservar a privacidade dos condenados. Quando o atendimento é solicitado pelo recluso, sendo o mais comum, a entrevista aberta é a técnica mais utilizada. Na entrevista de acompanhamento são esclarecidas questões, resolvidos assuntos pessoais e jurídico-penais. A entrevista semiestruturada é utilizada em casos concretos, como na elaboração de relatórios

individuais, onde é necessário o preenchimento de documentos, segundo orientações pré-definidas pela DGRSP. Este é um dos processos mais importantes, permitindo que o Técnico conheça de forma mais completa a pessoa reclusa. Ao longo do processo de estágio tivemos um papel bastante ativo no atendimento de reclusos tentando solucionar os problemas que nos expuseram.

3.1.3. Registo de Informação

Toda a informação recolhida nos atendimentos deve ser devidamente agrupada e inserida no Sistema de Informação Prisional (SIP) e no dossiê individual pertencente a cada recluso. O SIP é um programa informático utilizado por todos os Estabelecimentos Prisionais a nível nacional. Permite que todos os Técnicos possam aceder a informação relativa às pessoas reclusas, desde a primeira entrada no Sistema Nacional de Justiça. Nos processos individuais consta toda a informação referente à vida prisional dos mesmos. No final de todos os atendimentos procedemos à inserção no SIP de toda a informação recolhida.

3.1.4. Elaboração de Relatórios

Cabe ao TSR a realização de relatórios como o Plano Individual de Readaptação (PIR), o Relatório de ingresso – 72h, o Sistema de Avaliação de Risco e Necessidades Crimógenas (SARNC) e o Relatório de Liberdade Condicional. Ao longo do estágio elaboramos com bastante regularidade os documentos referidos.

O principal objetivo do Plano Individual de Readaptação é a preparação para a liberdade através da imposição de determinadas atividades de ensino, ocupação laboral, manutenção dos cuidados de saúde, etc., que preparam o quotidiano prisional. É elaborado para todos os reclusos em cumprimento de pena superiores a 1 ano e reavaliado anualmente. O recluso participa ativamente na elaboração do instrumento em colaboração com o TSR. O PIR é homologado pelo Diretor do E.P.C em conselho técnico e, numa fase posterior, enviado ao Tribunal de Execução de Penas.

O Relatório de Ingresso é elaborado aquando da entrada do indivíduo no Estabelecimento Prisional. O TSR tem 72h para entrevistar o recluso e elaborar o relatório segundo o modelo cedido pela DGRSP. Inclui questões referentes à trajetória de vida

desde a infância à vida adulta, situação jurídico-penal, financeira e habitacional. Neste primeiro contacto, é dado um boletim que contém toda a informação necessária sobre o funcionamento do EP e os respetivos direitos e deveres (Anexo 2).

O Sistema de Avaliação de Risco e Necessidades Crimógenas (SARNC) é uma ferramenta utilizada frequentemente para avaliar a probabilidade da reincidência. Integra onze parâmetros que focam esferas específicas da vida do indivíduo, como a atitude face ao crime, a vida antes da reclusão, a escolaridade/formação profissional, saúde mental/física, etc.

O Relatório de Liberdade Condicional especifica questões relativas ao recluso e ao seu quotidiano prisional, como o processo jurídico-penal, a frequência no ensino, ocupação laboral, saúde, gestão financeira e essencialmente, atitude face ao crime cometido. O TSR elabora o relatório e dá o seu parecer, favorável ou desfavorável, para a saída da pessoa em liberdade condicional.

3.1.5. Cartões de Visita

Com a entrada pela primeira vez no Estabelecimento os condenados devem mencionar todas as pessoas de quem pretendem receber visitas. Elaboramos os cartões de visita de acordo com as normas pré-estabelecidas pelo E.P. As visitas acontecem todos os fins de semana no período da manhã ou da tarde. Cada recluso pode receber até 3 visitantes com idade superior a 16 anos. Para filhos não existe limite mínimo de idade.

3.1.6. Informações

São elaboradas frequentemente pelo TSR quando é necessário dar algum tipo de informação a pedido do Diretor ou do Tribunal. Algumas das informações que mais elaboramos referem-se a greves de fome, orçamentos para óculos e/ou próteses dentárias e pedidos para compra de roupa no exterior.

3.1.7. Conselho Técnico

O Conselho Técnico Interno é uma reunião com carácter semanal, ministrado pelo Diretor do EP, a Adjunta do Tratamento Penitenciário, o Chefe de Guardas, a Chefe da

Secretaria e pelos Técnicos Superiores de Reeducação. O Conselho destina-se, essencialmente, à apreciação de diversas problemáticas, como é o caso do suprarreferido PIR, visitas íntimas, Relatório de 72h, colocações laborais e alteração de regime – Regime Aberto no Interior (RAI) ou Regime Aberto no Exterior (RAE).

O Conselho Técnico Externo desenvolve-se do mesmo modo que o anterior, no entanto, é ministrado pela Juíza do Tribunal de Execução de Penas (TEP) e conta ainda com a participação da representante da Reinserção Social (RSI). Os assuntos tratados são mais complexos, como é o caso das liberdades condicionais e as medidas de flexibilização de pena – Licença de Saída Jurisdicional (LSJ).

Em ambas as tipologias de Conselho, o Técnico Superior de Reeducação participa ativamente. Participamos em ambas as tipologias de conselho como observadoras, dada a impossibilidade de um estagiário intervir de forma direta nos mesmos.

3.1.8. Ficha de Mobilidade

Esta informação é elaborada segundo a matriz desenvolvida pela DGRSP quando um recluso pretende transferência de Estabelecimento Prisional. Elaboramos o documento para efetuar transferências, como supracitado, onde os motivos podem ser diversos, desacatos causados no Estabelecimento, necessidade de aproximação ao meio familiar e social, etc.

3.2. Desenvolvimento e Participação em atividades

Com o decorrer do ano letivo fomos colaborando e dinamizando algumas atividades a pedido dos TSR. Algumas das atividades, nas quais intervimos como facilitadoras, constam no programa anual do Estabelecimento e são desenvolvidas periodicamente. Outras atividades foram planificadas e, “a posteriori”, propostas no decorrer do Estágio Curricular. Todas as atividades foram pensadas com o objetivo de promover a aquisição de competências que promovam o total desenvolvimento da pessoa em reclusão e reeducação. De seguida, apresentam-se todas as atividades desenvolvidas, devidamente descritas e com os objetivos evidenciados.

3.2.1. Festa de Natal

A Festa de Natal ocorreu no dia 18 de dezembro de 2019 e a pedido da Sra. Sub-Diretora, Dr^a. Dora Parada, dinamizamos uma pequena atividade. Nessa altura, decidimos que o mais sensato, dadas as circunstâncias, seria presentear os reclusos com uma palavra de esperança. Redigimos um texto, denominado de “O combustível da vida” lido pelos quatro estagiários a desempenhar funções no EP com recurso a um vídeo elaborado para o momento (Anexo 3).

Toda a conjuntura da festa foi pensada e desenvolvida pelo Dr. Carlos Bexiga, em colaboração com os reclusos a frequentar o ensino. Foram dinamizadas peças de teatro, momentos musicais, leitura de histórias, etc. A decoração foi igualmente resultado do trabalho de um grupo de reclusos que operaram com o intuito de reciclar e aproveitar os materiais que o EPC dispôs.

3.2.2. Workshop de Primeiros Socorros

O *Workshop* desenvolveu-se no dia 22 de janeiro de 2020 e foi desenvolvido pelo TSR e Mestre em Ciências da Educação Dr. Hugo Robalo. Fomos convidadas a participar na sessão auxiliando no necessário e dinamizando uma atividade inicial.

Objetivos da atividade:

Conhecer noções básicas de socorrismo e procedimentos de ação em caso de emergência e socorrismo.

Conhecer e compreender o funcionamento da linha 112;

Compreender e realizar alguma Noção Básica de Socorrismo;

Identificar os sinais e sintomas de obstrução da via aérea;

Reconhecer os diversos tipos de obstrução da via aérea;

Conhecer os algoritmos de atuação para as várias situações: cortes e queimaduras;

Identificar os vários elos da cadeia de sobrevivência e os princípios de cada um;

Compreender o conceito de cadeia de sobrevivência;

Compreender o conceito de Suporte Básico de Vida (SBV)

Compreender as etapas de SBV;

Saber a sequência das ações e SBV;

Reconhecer problemas associados ao SBV.

A dinâmica escolhida para iniciar a sessão, denominada de “novelo de lã”, previa a apresentação individual de cada participante mencionando o nome e uma característica positiva e negativa acerca de si. Com o término da apresentação o participante passava o

novelo de lã ao participante seguinte à sua escolha. No final era possível observar um emaranhado de fio. O objetivo da atividade foi cumprido, os participantes juntos desemaranharam o novelo e perceberam que trabalhar em equipa facilitou o processo.

Com recurso a uma apresentação em PowerPoint foram abordadas um conjunto de questões básicas de socorrismo, explicitando o funcionamento da linha 112, sintomas de obstrução da via aérea, diversos tipos de queimaduras, cortes, etc. Os formandos iam demonstrando interesse através de pequenos comentários e expondo questões. Num segundo momento, mais dinâmico, foram simuladas chamadas de emergência e com recurso a um manequim, postas em prática os procedimentos de Suporte Básico de Vida (SBV), aprendidos anteriormente. Com aproximação do final da sessão promovemos um momento de debate onde se pretendia recolher o “feedback” dos formandos. O ponto positivo mais evidenciado foi a perceção da pertinência dos conteúdos para situações reais do dia-a-dia. Relativamente aos aspetos menos positivos, foi referido que este tipo de atividade deveria ter uma maior dimensão temporal. Com o término do *workshop* elaboramos um certificado de participação (Apêndice 4) e ainda de um panfleto com os aspetos mais importantes abordados ao longo da sessão (Apêndice 5).

3.2.3. Workshop de Noções Básicas de Higiene e Segurança no Trabalho

O *Workshop* desenvolveu-se no dia 29 de janeiro de 2020, desenvolvido novamente pelo TSR e Mestre em Ciências da Educação Dr. Hugo Robalo. Nos mesmos moldes do *workshop* anterior.

Objetivos da atividade:

- Informar a população reclusa sobre noções básicas de higiene e segurança no trabalho;
- Prevenir comportamentos de risco na ocupação laboral;
- Promover o contacto com o exterior;
- Conhecer a evolução e História de Higiene e Segurança no Trabalho;
- Conhecer e compreender Noções básicas de Higiene e Segurança no trabalho.

Promovemos um momento de descontração inicial em torno de uma dinâmica. Pretendia-se que cada participante, em voz alta, descreve-se brevemente a sua experiência laboral focalizando alguns aspetos considerados pertinentes, como as medidas de

segurança, os apoios pela entidade patronal, etc. Num segundo momento, inicia a parte expositiva da sessão em torno da temática de Higiene e Segurança no Trabalho. Ao longo da sessão os participantes foram colocando dúvidas e expondo questões. No final, foi pedido a cada formando individualmente para avaliar a sessão. A resposta mais referida foi a pertinência da temática, a aplicação dos conteúdos num futuro regresso à liberdade e a necessidade de serem implementadas mais atividades do género.

3.2.4. Programa “Construir um Plano de Prevenção e Contingência”

O programa supracitado é inspirado em ideais da psicologia comportamental com o intuito de prevenir a reincidência criminal em indivíduos numa fase avançada do cumprimento de pena. Inspirado em programas de prevenção e de recaída é esperado que cada indivíduo consiga antecipar dificuldades e adote estratégias que permitam solucionar essas mesmas dificuldades.

Para intervir no cerne da questão, a DGRSP elaborou o Programa de Prevenção e Contingência em torno de três conceitos. Consideramos importante fazer uma breve referência aos mesmos antes de iniciarmos o desenvolvimento do programa. O *conceito de prevenção* é imprescindível para que o sujeito perceba a necessidade de antecipar dificuldades. O *conceito de contingência* alerta para eventuais imprevistos que possam surgir no regresso à liberdade. O *conceito de plano* remete para um conjunto de ações e recursos fundamentais necessários para alcançar os objetivos que cada participante define para si. Ao longo do programa os três conceitos são referidos com frequência.

Os principais objetivos do Programa são:

- Prevenir o crime, a reincidência e a recaída em fase avançada do cumprimento de pena;
- Promover a capacidade de elaborar planos de prevenção e de contingência.
- Avaliar a importância de antecipar o que pode correr mal na sua vida futura;
- Saber utilizar estratégias de antecipação e de correção;
- Construir planos de prevenção;
- Perceber o conceito de utilidade do plano de contingência;
- Construir planos de contingência;
- Traçar metas/objetivos que pretendem alcançar a curto médio e longo prazo (após a libertação);
- Planear ações necessárias para atingir essas metas;
- Construir um Projeto de Vida para o ano seguinte à sua libertação.

O Programa teve início a 10 fevereiro de 2020 todas as segundas, quartas e quintas-feiras das 14h30 às 15h30. Inicialmente estavam propostos 12 participantes, mas devido a questões laborais e de logística do E.P frequentaram apenas 10 de forma assídua. O programa integra treze sessões com uma durabilidade de uma hora. A avaliação é medida através de duas variáveis, a eficácia e a eficiência. A eficiência é medida no final do ano pelo Centro de Competências para a Implementação e Gestão de Programas (CCIGP). A eficácia é medida pelo número de sessões a que o participante assistiu. Após sugestão da Dr^a. Béline, tivemos o privilégio de funcionar como facilitadoras em todas as sessões implementadas.

Na *Primeira sessão* apresentámos o programa, os principais objetivos e as regras de funcionamento grupal. Num segundo momento, realizámos uma dinâmica quebra-gelo denominada de “Procurar pessoas” com o objetivo de estimular o contacto entre participantes (Anexo 3).

Com o propósito de compreender se os participantes já refletiram sobre eventuais planos de vida futuros, consideramos pertinente a elaboração de um questionário. (Apêndice 6) O instrumento de recolha de informação foi aplicado aos 10 participantes e incorpora 7 questões passíveis de resposta de *sim* ou *não*. A escala utilizada foi considerada a mais indicada para melhor compreensão por parte da população estudada. Procedemos a uma breve análise descritiva das respostas dadas pelos participantes.

Na primeira, segunda e terceira questão a resposta *sim* foi a única assinalada por todos os inquiridos, como se pode comprovar nas *Figuras 4, 5 e 6*. O que comprova uma reflexão anterior ao programa no que concerne a questões relacionadas com eventuais dificuldades no regresso à liberdade, aos projetos de vida futuros e a questões relacionadas com residência pós reclusão. Quando perguntamos “Já pensou em possíveis dificuldades no regresso á liberdade?”, a resposta foi unânime que sim. O mesmo resultou para as perguntas: “A sua família tem conhecimento dos seus projetos da vida futuros?”; e “Já pensou no regresso liberdade onde irá residir?” Isto indica-nos que os reclusos vivem o futuro pós-prisonal.

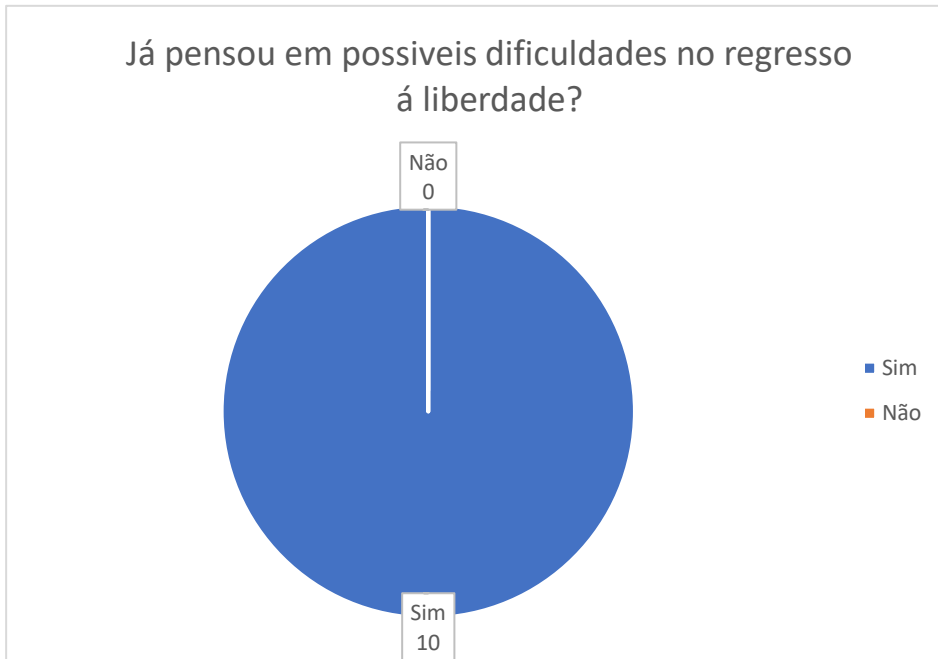


Figura 4: Respostas à pergunta um do questionário de Prevenção e Contingência

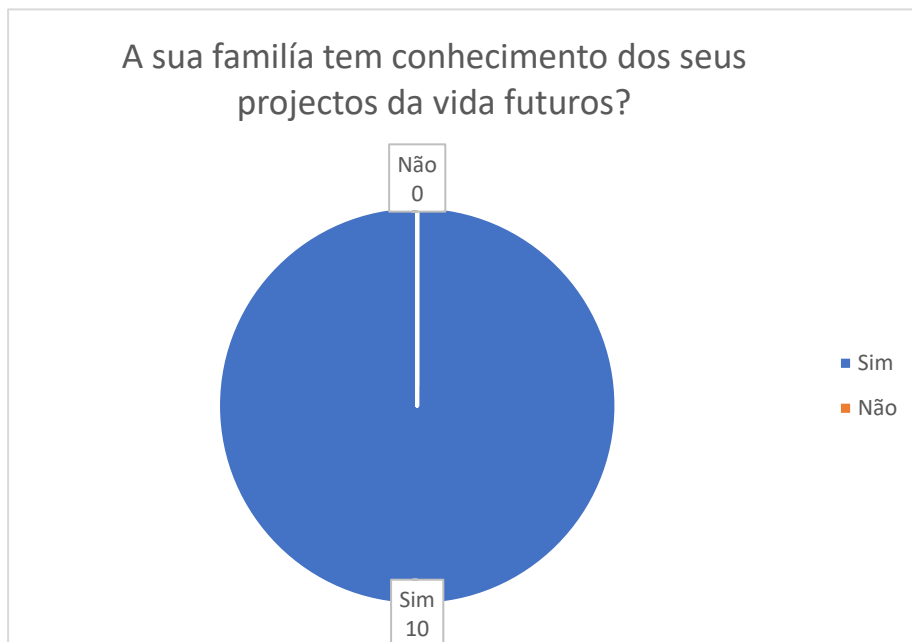


Figura 5: Respostas à pergunta dois ao questionário de Prevenção e Contingência

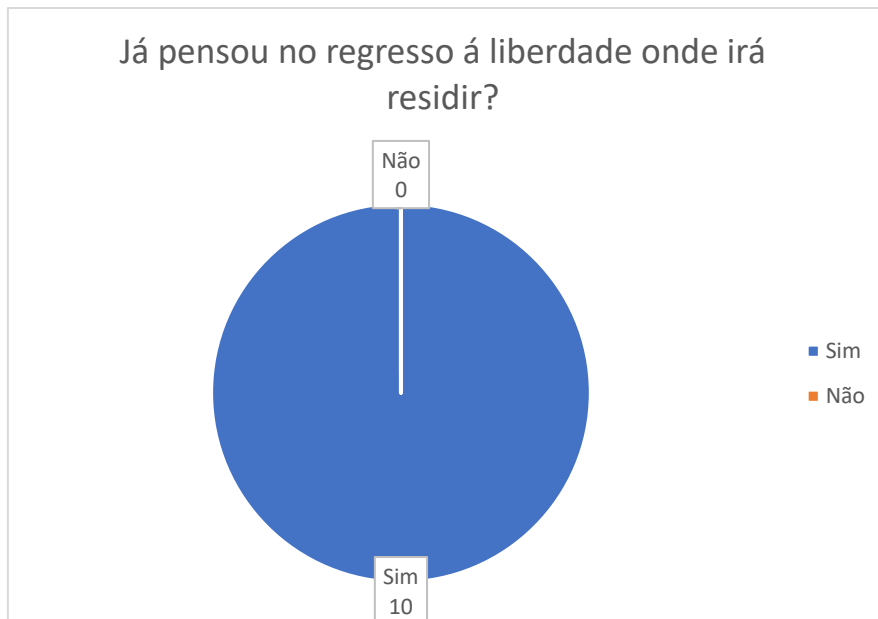


Figura 6: Respostas à pergunta três ao questionário de Prevenção e Contingência

A quarta questão obteve 6 respostas assinaladas com *sim* e 4 com *não*. O que comprova que 60% dos participantes já refletiu sobre o que irão fazer no primeiro mês em liberdade em detrimento dos restantes 40%.

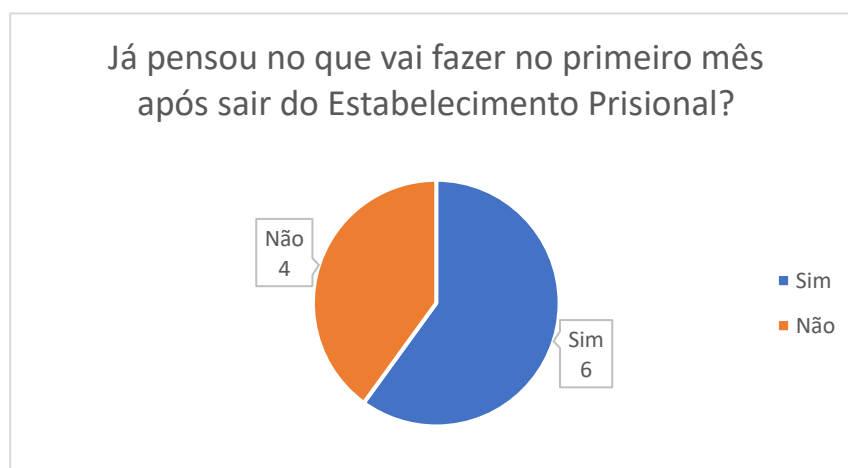


Figura 7: Resposta à pergunta quatro do questionário de Prevenção e Contingência

A quinta e a sexta (“Conta com o apoio de alguém no regresso á liberdade?”) questões obtiveram todas as repostas como *sim*, o que comprova, novamente, uma idealização de projetos de vida futuros e o apoio.

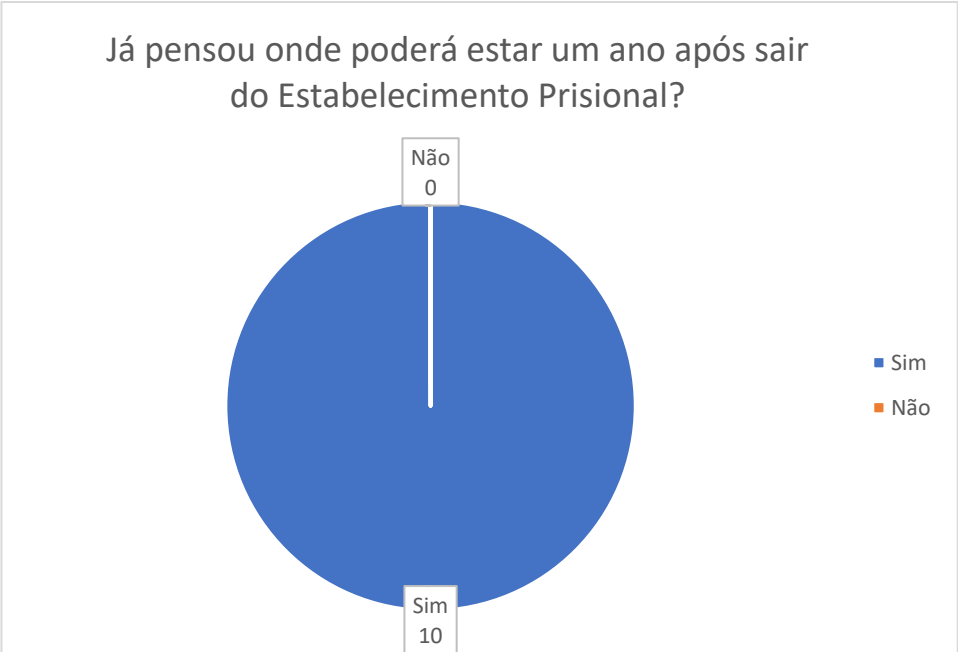


Figura 8: Resposta à pergunta cinco do questionário de Prevenção e Contingência

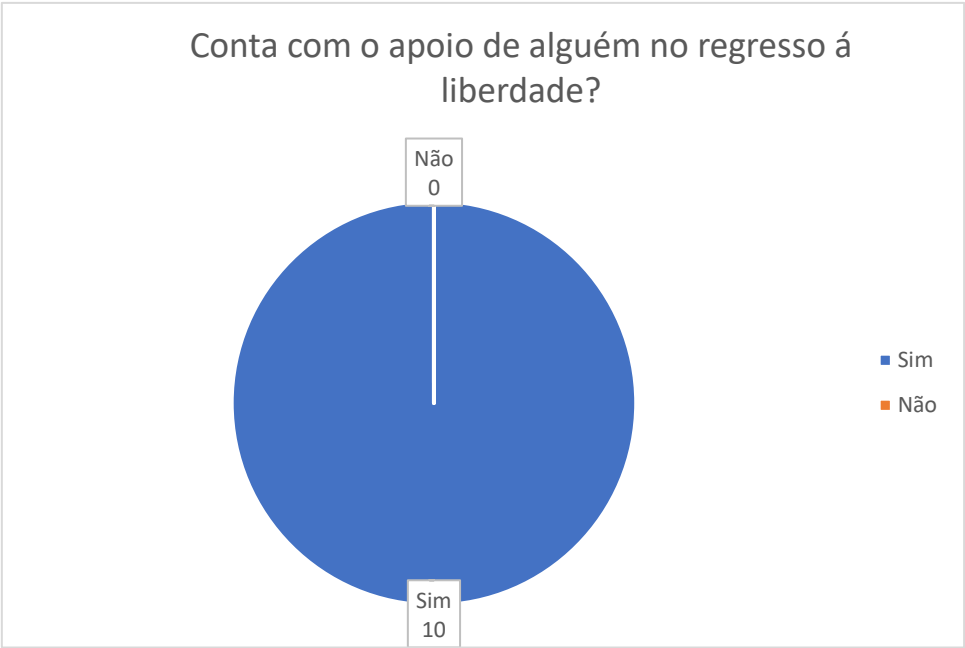


Figura 9: Respostas à pergunta seis do questionário de Prevenção e Contingência

Por fim, a sétima questão, “Conhece os serviços da comunidade onde pode recorrer no caso de não ter emprego ou residência?” (Figura 10), comprova que 50% dos participantes não conhecem os serviços da comunidade onde podem pedir auxílio, em oposição aos outros 50% que se encontram familiarizados. Esta questão foi relevante para a possível implementação de uma ação denominada de “O meu guia para a liberdade”. Com a dinamização da sessão pretendemos reunir um conjunto de instituições que podem auxiliar ex-condenados na procura de emprego, residência ou na doação de bens alimentares e vestuário.

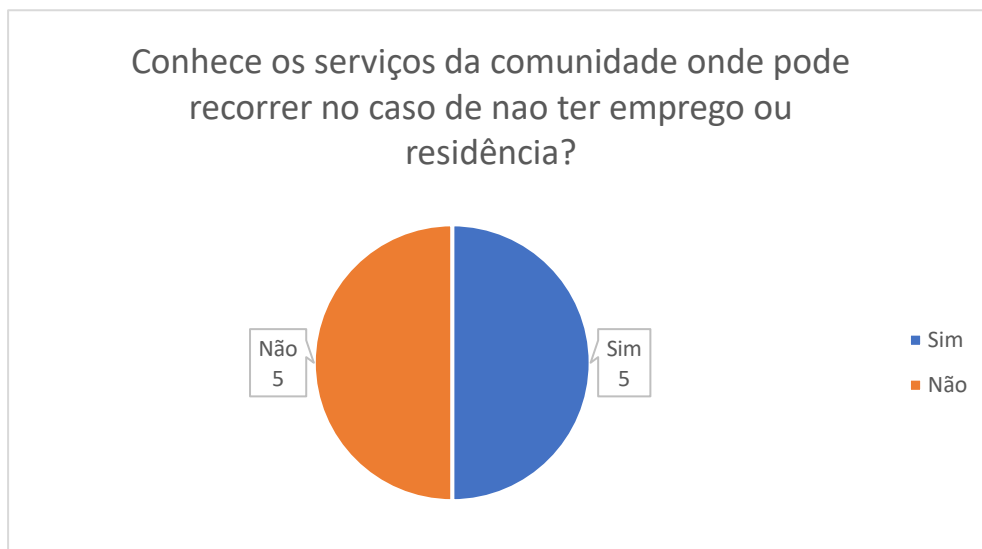


Figura 10: Resposta á pergunta sete do questionário de Prevenção e Contingência

A *Segunda sessão* pretende promover a coesão grupal e a importância do trabalho de grupo. Dinamizamos a atividade denominada de “Jogo do Círculo” com o propósito de demonstrar que o trabalho em grupo é mais vantajoso. Com o término da atividade, através de brainstorming, discutimos a problemática.

Na *Terceira sessão* começamos a introduzir os conceitos chave do programa e para tornar mais fácil a sua assimilação elaboramos um “flyer”. (Apêndice 7) A sessão inicia com uma dinâmica denominada de “Leilão da queda do ovo”. (ANEXO 4) A dinâmica consiste na compra, por meio de um leilão, de vários materiais com o intuito de construir um apanhador que sustente o ovo, sem partir, caindo de uma altura de 3 metros. Em grupo, pretende-se que os intervenientes compreendam que é necessário estabelecer um plano para construir o apanhador e prevenir caso este não seja eficaz. Com o término

da atividade reunimos os participantes com a intenção de compreender se a mensagem foi assimilada. Ao longo da sessão os participantes demonstraram-se bastante motivados.

A *Quarta sessão* pretende a consciencialização para dificuldades futuras e eventuais fatores de proteção. Com o auxílio de uma tabela (Anexo 5), os participantes refletiram sobre o que pode correr bem e o que pode correr mal, as causas internas e externas. Terminamos a sessão com um momento de debate referente às ideias que cada participante mencionou na concretização da tabela.

A *Quinta sessão* funcionou como um complemento da sessão anterior. Com alguns participantes a evidenciar algumas dúvidas sobre causas internas e externas e eventual significado, aprofundamos os conceitos. Dada a pertinência dos conteúdos e toda a receptividade que o grupo demonstrou consideramos importante dinamizar uma sessão complementar. Em conversa com a Dr^a. Béline, consideramos adequado convidar a Mestre, em Ciências da Educação, Inês Garcia para abordar de forma mais completa os conceitos suprarreferidos, uma vez que o seu objeto de estágio girou em torno destes temas. No ponto 3.2.5 a sessão sobre Locus de Controlo encontra-se devidamente clarificada.

Na *Sexta sessão* os participantes elaboraram um plano de contingência. Com o término da execução dos planos, num role-play, discutimos todas as situações apresentadas, em função de “o que correu mal”, as “consequências” e as “soluções” (Anexo 6).

A *Sétima sessão* funcionou como uma extensão da sessão anterior. Nesta sessão, pedimos que substituíssem os comportamentos negativos da sessão anterior por comportamentos positivos com o propósito de perceberem a importância da alteração destes comportamentos.

Na *Oitava sessão* focalizamos os conceitos de prevenção e contingência e dos eventuais planos inerentes a cada conceito. Com o término da explicação, realizamos uma dinâmica de grupo. A atividade “Sobrevivência” permitiu que em grupos, de três ou quatro elementos, solucionassem o problema apresentado (Anexo 7). No final, cada grupo referiu a solução encontrada.

Na *Nona sessão* iniciamos a construção dos planos de contingência. Os participantes referiram o que correu mal, as consequências a curto prazo e as soluções

possíveis de encontrar. Com o fim da atividade em grupo, cada participante elaborou um plano individual.

A *Décima sessão* funcionou com uma extensão da sessão anterior onde foram discutidos os planos elaborados em grupo e individualmente.

Na *Décima Primeira sessão* os participantes construíram um plano de contingência sobre a frase “o pior que me pode acontecer quando sair da prisão é” evidenciando a situação, a consequência e a possível solução.

Na *Décima segunda sessão* e, como sugestão de um participante, visualizamos o filme *Traídos pelo destino*. O filme fala de uma família americana que perde o filho num acidente de carro em que o culpado foge sem prestar auxílio. Mesmo sem qualquer tipo de pista, o pai desesperado, inicia um processo intensivo de investigação para descobrir o culpado. A mensagem que o filme passa é bastante pertinente. Ao longo do mesmo vamos percebendo que o condutor quando atropela a criança fá-lo sem culpa. O acidente acontece por condicionantes externas do meio envolvente. A ideia mais referida pelos participantes, com o término do filme, é que a empatia e a compreensão pelo outro são valores que devemos levar para qualquer momento da nossa vida. Foi ainda frisado que muitas vezes julgámos quem comete crimes sem saber a verdadeira história.

A *Décima Terceira sessão* foi uma sessão menos formal. Foram discutidas e trocadas opiniões sobre o desenvolvimento do projeto. No final, realizámos, em grupo, um pequeno lanche.

Apesar de existir um Manual do Programa as sessões não foram completamente seguidas pelo mesmo. Nos anos anteriores, as TSR encarregues de aplicar o programa constataram que ao cumprir as treze sessões à risca tornavam-se bastante maçadoras, culminando numa baixa aderência ao programa. Fomos adaptando as sessões deixando de parte a componente mais expositiva e insistindo nas dinâmicas com o objetivo de tornar as sessões mais atrativas. Ao longo do programa foi possível perceber o desenvolvimento interpessoal dos participantes e o aumento das capacidades de expressão. Por último, e no que concerne à avaliação do mesmo, de 12 participantes selecionados concluíram com máximo proveito 7 comparecendo em todas as sessões, 1 participante com proveito médio comparecendo em 9 sessões, 2 com baixo proveito comparecendo em menos de 4 sessões, 2 participantes não compareceram em nenhuma sessão por razões inerentes à dinâmica da instituição. (Anexo 8)

3.2.5. Sessão Locus de Controlo

Convidamos a Mestre em Ciências da Educação Inês Garcia, para uma sessão complementar ao Programa Construir um Plano de Prevenção e Contingência sobre *Locus de Controlo*. Importa referir que a temática foi objeto de estudo, pela Mestre, ao longo do seu estágio curricular. A sessão ocorreu no dia 20 de fevereiro de 2020 com uma duração de 1 hora.

Objetivos da sessão (Anexo 9):

- Compreender o conceito de Locus de Controlo;
- Explicar o conceito de Autocontrolo;
- Apresentar estratégias para desenvolver o autocontrolo;
- Conhecer o conceito de Locus de Controlo;
- Distinguir o locus de controlo interno do externo

Com auxílio de uma apresentação em *powerpoint* (Anexo 10) a facilitadora abordou todos os conteúdos devidamente planificados e constantes nos objetivos. A sessão terminou com uma dinâmica de grupo denominada de “No controlo das ações”. Com o término da atividade foram esclarecidas algumas dúvidas e entregues os certificados elaborados pela dinamizadora. (Anexo 11) O feedback da sessão foi bastante positivo por parte dos participantes evidenciando que deveriam existir mais atividades do género no EPC.

3.2.6. Sessão de elucidação para os alunos do Mestrado em Educação Social, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais

No dia 15 de maio de 2020 fomos convidadas pelo Professor Carlos Reis a apresentar uma palestra sobre o estágio curricular desenvolvido no Estabelecimento Prisional de Coimbra. A sessão, via plataforma zoom, aconteceu para os alunos do Mestrado em Educação Social, Desenvolvimento e Dinâmica Locais. De forma muito sucinta, caracterizamos o EPC, explicitamos as atividades desenvolvidas, as funções exercidas enquanto futuros Mestres em Ciências da Educação e as atividades propostas para desenvolvimento. Numa fase final, dispusemo-nos a esclarecer eventuais dúvidas. Os formandos demonstraram-se bastante recetivos e curiosos, não só pela dinâmica da

instituição em si, como também pelas funções desempenhadas e pelo contacto direto com os reclusos.

3.3. Atividades parcialmente concluídas

3.3.1. Refletir juntos para a vida

O projeto “Refletir Juntos para a Vida” foi o primeiro instrumento de intervenção, completamente, pensado e adaptado por nós para ser dinamizado no Estabelecimento Prisional de Coimbra. Com base na conceção defendida por Matthew Lipman e Ann Sharp por volta dos anos 60 nos Estados Unidos da América, procuramos desenvolver uma estrutura de diálogo e reflexão para adultos. Lipman, fundamenta os ideais da sua filosofia seguindo pressupostos teóricos como o método socrático. O interesse no desenvolvimento do pensamento crítico e da reflexão como propósito de consciencializar para o “pensar” em grupo constituíram-se como o princípio da *filosofia para crianças*. A dinâmica da filosofia para crianças pressupõe a comunidade de investigação como um espaço de diálogo e de reflexão aperfeiçoando habilidades numa lógica de qualidade do pensar. Com base na crítica e na criatividade, busca a tomada de consciência num processo coletivo de aceitação e respeito pelo outro (Mendonça & Lourenço, 2011).

A necessidade de adaptar os pressupostos da filosofia para crianças a um ambiente prisional de adultos, justifica-se pela necessidade, reiteradamente, manifestada, de os reclusos exprimirem os seus interesses, desejos, necessidades e opiniões num contexto de enriquecimento pessoal. Procurando-se assim, potenciar o desenvolvimento de habilidades de explanação, justificação e de pensamento favorecendo o debate crítico no seio de uma comunidade de reflexão. A comunidade de reflexão surge num ambiente de liberdade de expressão e de pensamento, sustentada num ambiente promissor de partilha e entajuda. Para que a comunidade de reflexão funcione, e se estabeleça nos moldes supracitados, torna-se importante a consideração por um conjunto de valores, tidos como imprescindíveis, como é caso do diálogo construtivo, do respeito, da aceitação da diferença, da honestidade, da escuta ativa, da abertura para novas formas de pensar, da democracia como direito ao silêncio ou à exposição, do sigilo sobre tudo o que é partilhado ao longo das sessões, etc. (Reis, 2015)

O projeto foi pensado para 12 reclusos do EPC, tendo como principal objetivo a criação de comunidades de reflexão que potenciem momentos de debate enriquecedores e de pensamento crítico. Pretendemos que os formandos sejam capazes de (Apêndice 8):

- Contribuir para o desenvolvimento de capacidades de expressão, explanação justificada;
- Desenvolver capacidades que auxiliem a antecipação e correção de imprevistos futuros;
- Saber debater respeitando-se a si e aos outros;
- Propiciar na construção de um projeto de vida;
- Refletir sobre as possibilidades da vida futura pós reclusão.

Na *primeira sessão*, dia 17 de fevereiro de 2019, iniciamos com um momento de descontração, os participantes foram convidados a beber um chá ao som de uma música relaxante. Num segundo momento, enumeramos os valores considerados como imprescindíveis (Anexo 9), que devem ser tidos em consideração em todas as sessões. De seguida, inquirimos os participantes sobre eventuais questões que pretendessem ver debatidas. Escrevemos as mesmas no quadro e em conjunto, os participantes, decidiram, por si, a questão mais pertinente. A pergunta selecionada foi “Como é que a sociedade vê os condenados?”. Depois de um momento de debate a ideia mais referida foi que a maioria da população pensa que os condenados não merecem uma segunda oportunidade e serão sempre julgados pelo erro cometido. Num momento final da sessão, fizemos uma súpula das principais ideias debatidas, mencionamos novamente os valores da comunidade. Concluindo-se com um momento de descontração despedida vivido através da toma de um chá ao som de uma música relaxante. Importa referir que a metodologia utilizada foi mantida para todas as sessões do projeto. (Apêndice 10) O tempo estipulado de 19 minutos para o momento de debate não foi cumprido, os participantes encontravam-se bastante envolvidos na troca de ideias e consideramos pertinente não interromper o momento.

A *segunda sessão* ocorreu dia 24 de fevereiro de 2020 e os moldes da sessão anterior mantiveram-se. A questão destacada para debate foi a falta de apoio recebida em diversas esferas da vida prisional, destacando-se as condições em que vivem. Procedemos ao debate e foi notória alguma inquietação por parte de alguns participantes. Mais uma vez o tempo reservado para o debate foi ultrapassado devido ao envolvimento positivo dos participantes. Num momento final, onde foram perspetivadas trocas de opiniões

futuras, tornou-se evidente a pertinência de refletir sobre um caso de corrupção, passado em meio televisivo, ocorrido num Estabelecimento Prisional.

Como referido, esta segunda sessão foi, particularmente, interessante não só pela temática escolhida, mas também pela forma como o debate ocorreu. Surgiu a ideia de elaborarmos um conjunto de questões para serem posteriormente entregues aos participantes no Programa. As questões apresentavam um cariz bastante pessoal e, por isso, seriam respondidas de forma totalmente anónima. (Apêndice 11) Na sessão seguinte, os participantes foram deixando os documentos em cima da secretária para que não fosse possível identificar o autor. Das respostas transparece de forma muito pessoal o percurso de cada indivíduo, as suas lutas diárias e, essencialmente, o que é um Estabelecimento Prisional narrado na primeira pessoa.

Apesar das questões serem de resposta aberta, e sendo previsível que cada indivíduo tenha experienciado de forma diferente a realidade prisional, as respostas foram semelhantes em alguns aspetos. A primeira questão “Como foi o seu primeiro dia no Estabelecimento Prisional?” foi referido a presença de sentimentos negativos e de grande preocupação com os familiares. A segunda questão “O dia mais difícil?” foram mencionados o dia de entrada, bem como dias festivos, o natal e de aniversário de familiares. Por outro lado, alguns participantes referiram que todos os dias são difíceis devido ao elevado tempo passado nas celas. A terceira questão “O dia mais alegre?” foi referenciado o dia de visitas pelo contacto com os familiares. A quarta questão “O que há de bom e de mau em estar no EP?” relativamente à componente má foi evidenciada a falta de condições de habitabilidade, a má qualidade da comida e os problemas entre reclusos. Por outro lado, a parte boa refere-se ao cumprimento da sanção pela qual merecem passar e a valorização de situações que antes da reclusão não eram valorizadas, como um simples passeio. A última questão, “O que mais significou passar pelo EP?” foi referido a necessidade de uma rápida adaptação às rotinas, o contacto com diversas realidades e pessoas e, essencialmente, a obrigatoriedade de se tornarem pessoas mais conscientes dos erros cometidos.

A *terceira sessão* aconteceu no dia 9 de março de 2020. Apesar de a última sessão ter terminado com a afirmação, por parte de alguns participantes, da importância de ser debatido o caso de corrupção num Estabelecimento Prisional, a planificação da sessão foi igualmente cumprida. Inquirimos os intervenientes sobre eventuais questões ou ideias que considerassem pertinentes ver refletidas e foi unânime a escolha da problemática

supracitada. Procedemos ao debate e foi possível observar, de sessão para sessão, o aumento do respeito pelas ideias, mesmo que divergentes, dos participantes. A coesão grupal é igualmente notória bem como, um espírito de aceitação pelo próximo e pelas suas vivências. Esta sessão foi, particularmente, interessante pelos diversos testemunhos pessoais partilhados. Terminamos o projeto apenas com três sessões dinamizadas devido à suspensão do estágio.

No que concerne à avaliação das sessões, dividimos a mesma em dois momentos específicos, consecução dos objetivos e avaliação do processo de desenvolvimento das sessões. Para avaliar a consecução dos objetivos, procedemos à elaboração de um instrumento para compreender se os pressupostos iniciais foram alcançados. Perante a escala de *sim* e *não* pretendemos que os formandos se pronunciem de acordo com as afirmações apresentadas (Apêndice 12). Relativamente ao processo, elaboramos um questionário onde se pretende que os participantes se expressem mediante três tópicos, utilidade, importância e qualidade da sessão assinalando o *emoji* que melhor se adequa (Apêndice 13). Os *emojis* foram escolhidos com o intuito de tornar o instrumento menos formal e de melhor compreensão. No final de cada sessão os participantes procederam à realização dos instrumentos.

Em todas as sessões, apesar de abordadas temáticas distintas, as respostas dos participantes mantiveram-se iguais no que se refere ao processo de desenvolvimento da sessão. Como é possível observar nos gráficos em baixo, o que revela um elevado grau de satisfação por parte dos formandos.

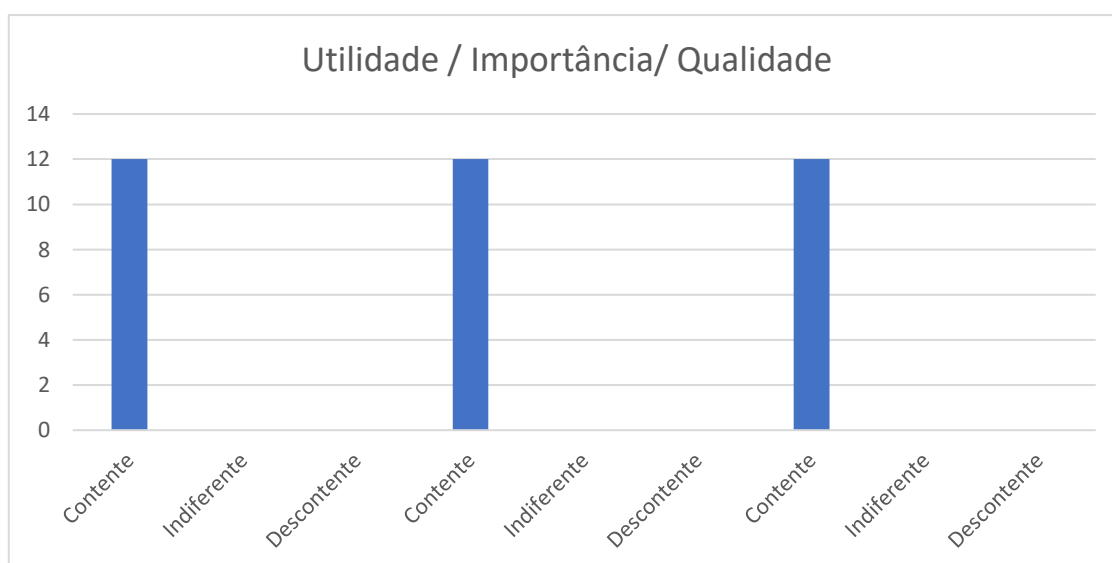


Figura 11: Respostas ao questionário relativo à avaliação do processo Refletir juntos para a vida :

As respostas dos formandos ao instrumento de consecução dos objetivos aconteceu no mesmo molde das anteriores e manteve-se igual de sessão para sessão. É possível concluir que todos os participantes além de considerarem a comunidade de reflexão útil *Figura 12*, consideraram que foram capazes de exprimir as suas opiniões *Figura 13* e que as suas necessidades foram respeitadas *Figura 14*. Consideraram ainda os valores referidos no início de cada sessão importantes *Figura 15* e que foram capazes de respeitar e ser respeitados *Figuras 16 e 17*.

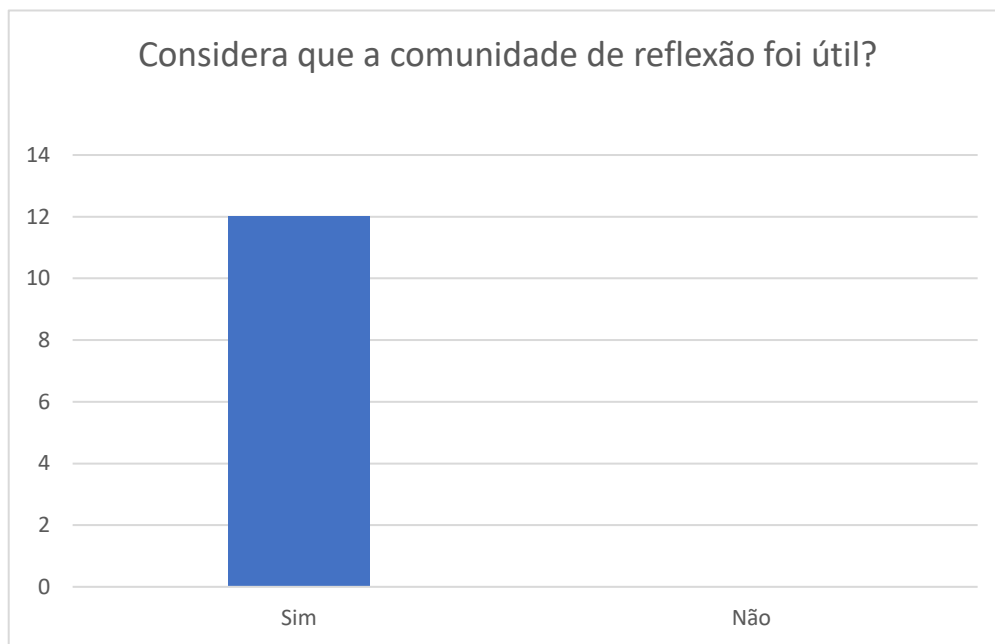


Figura 12: Respostas à primeira pergunta do questionário Refletir Juntos para a Vida

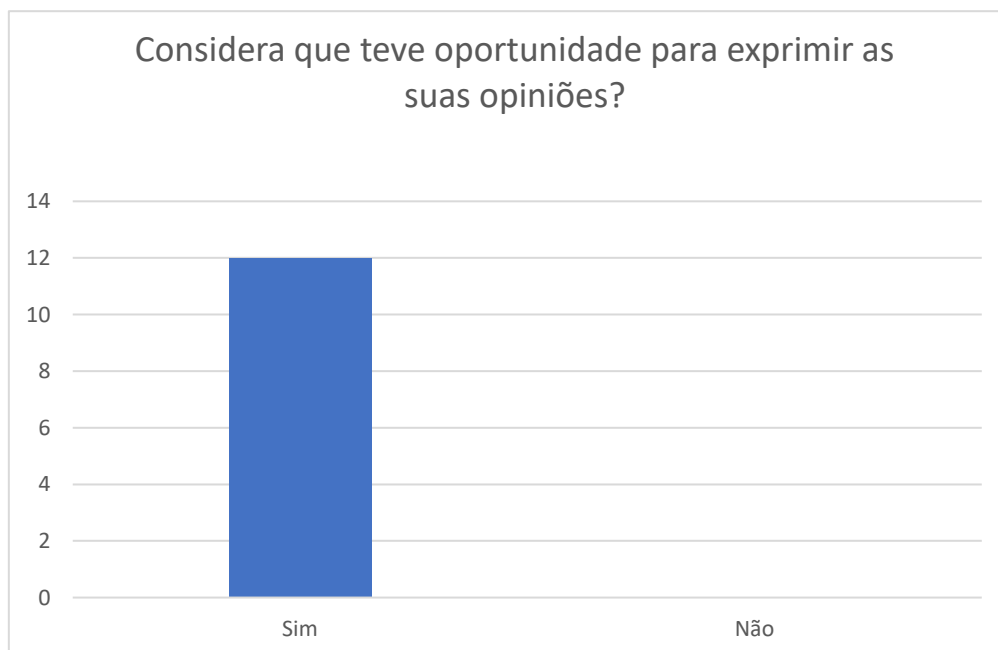


Figura 13: Respostas à segunda pergunta do questionário Refletir Juntos para a vida

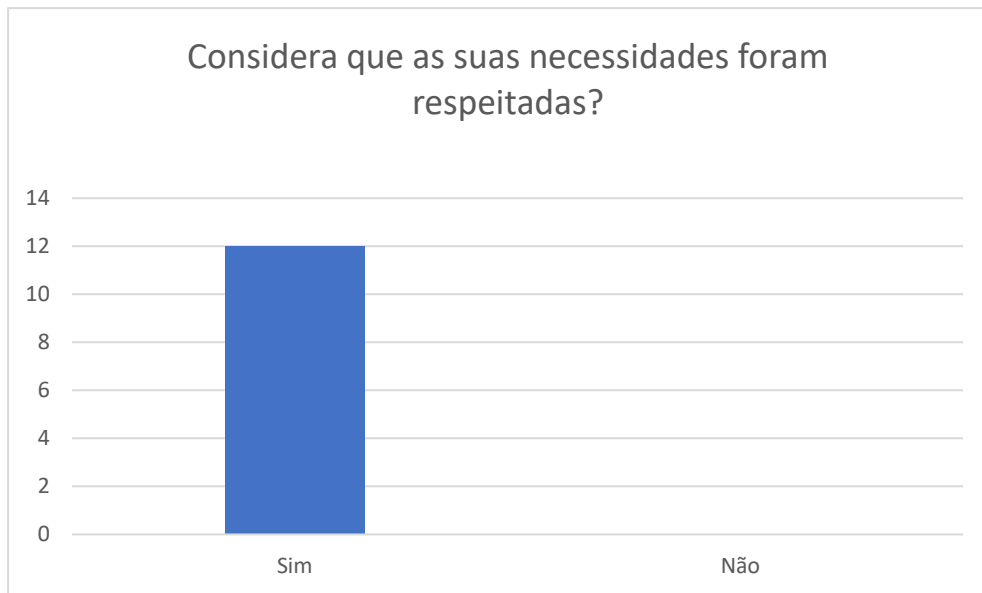


Figura 14: Respostas à terceira pergunta do questionário Refletir juntos para a vida

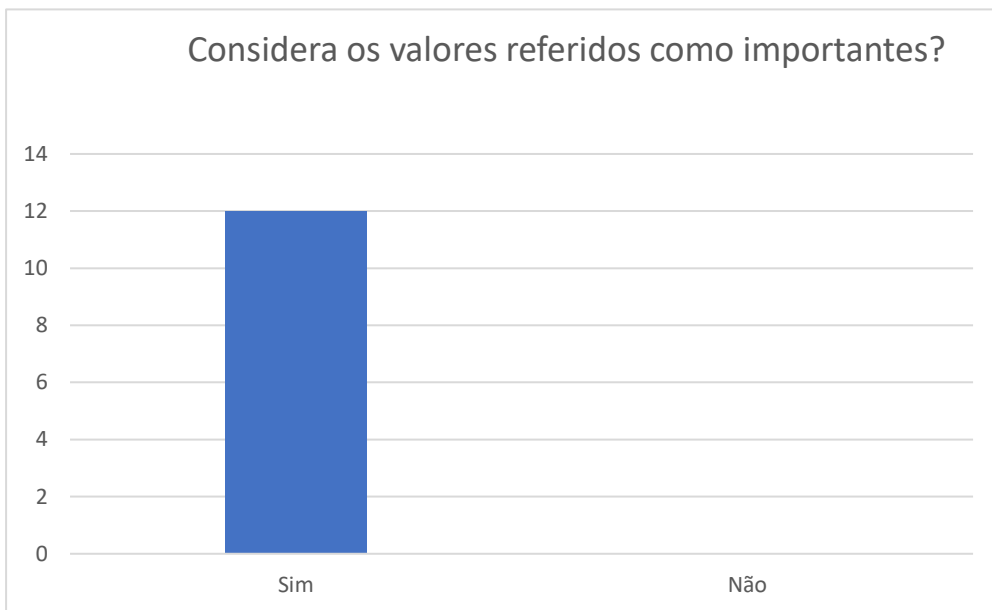


Figura 15: Respostas à quarta pergunta do questionário Refletir juntos para a vida



Figura 16: Respostas à quinta pergunta do questionário Refletir juntos para a vida

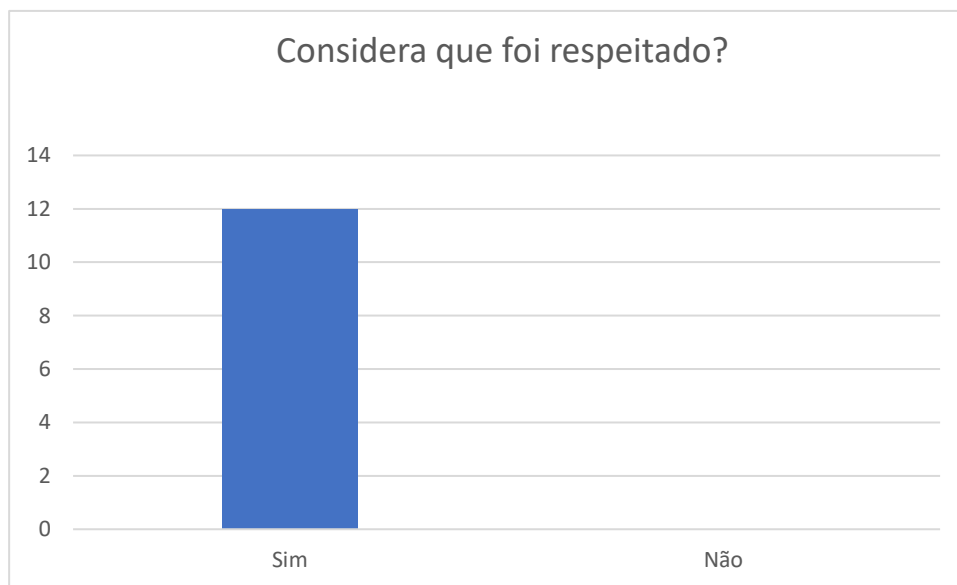


Figura 17: Respostas à sexta pergunta do questionário Refletir juntos para a vida

De acordo com a última questão, cerca de 67% dos participantes refletiram sobre projetos de vida futuros, em contrapartida cerca de 33% dos inquiridos não.

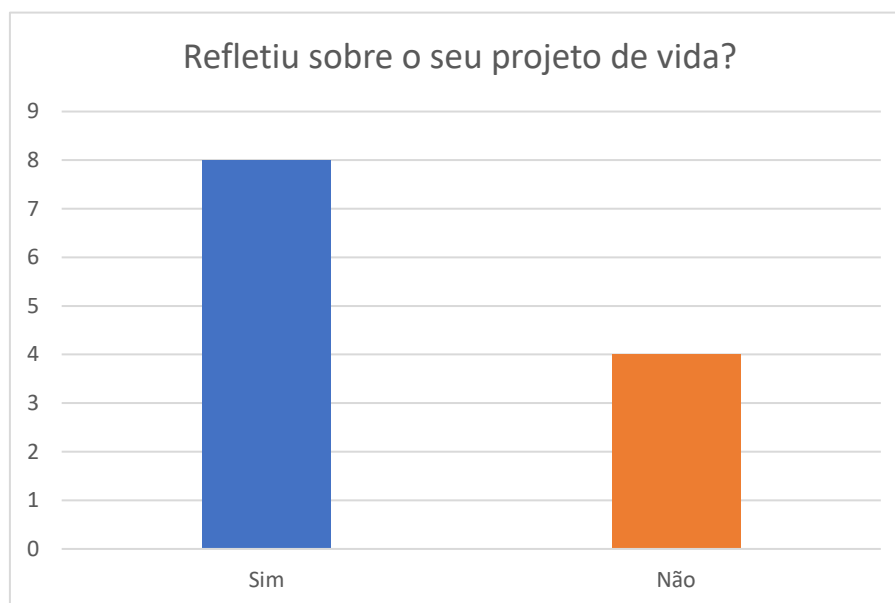


Figura 18: Respostas à sétima questão do questionário Refletir Juntos para a vida

Podemos afirmar que o grau de satisfação dos participantes foi elevado mediante a classificação dada relativamente à utilidade, importância e qualidade das sessões. Em relação à consecução dos objetivos, consideramos que de forma geral alcançamos os pressupostos pretendidos, mesmo que 4 participantes, cerca de 33%, tenha referido que não refletiu sobre os projetos de vida futuros ao longo das sessões.

Era expectável que o projeto se mantivesse até serem cumpridas as cinco sessões previstas, no entanto, com a situação pandémica o estágio foi interrompido, no início de março, e não nos foi possível terminar. Procedemos a inúmeras tentativas de retomar o estágio tendo em consideração todas as medidas propostas pela Direção Geral de Saúde. Não sendo possível, tentamos adaptar o projeto intervindo com dois grupos de 6 elementos em horário a definir de acordo com a disponibilidade da instituição. A proposta foi negada, segundo orientações da DGRSP, não permitindo a conclusão do projeto.

3.4. Atividades propostas

Todas as atividades descritas a baixo foram pensadas e negociadas com O Professor Carlos Reis e a orientadora da instituição, Dr.^a Béline Cavaleiro, e tidas como

pertinentes para implementação. No entanto, e como referido anteriormente, com a suspensão do estágio curricular em março não foram possíveis implementar.

3.4.1. Palavra Amiga

Com o propósito de desenvolver o sentido de dignidade e civilidade entre os reclusos consideramos importante a realização de uma sessão sobre Direitos Humanos.

Objetivos da atividade (Apêndice 14):

Compreender as regras da civilidade: respeitar a dignidade de todos os seres humanos;
Reconhecer a liberdade como fundamento da dignidade humana;
Reconhecer a equidade;
Reconhecer que a liberdade e equidade são limitadas mediante a utilidade comum;
Compreender o princípio da igualdade social perante a lei;
Compreender a inviolabilidade da vida, recusando-se a pena de morte;
Compreender a inviolabilidade moral e física das pessoas, recusando-se a tortura e outros atos cruéis e degradantes.

Com esta sessão pretendíamos focar os Direitos Humanos e a Constituição da República Portuguesa consciencializando para a temática. Tornando a mesma mais dinâmica, os participantes com recurso a jornais e revistas elaborariam cartazes alusivos aos direitos e deveres considerados pertinentes pelos mesmos. No que concerne à avaliação, ocorreria em dois momentos distintos, consecução dos objetivos (Apêndice 15) e *feedback* da sessão. (Apêndice 16)

3.4.2. Dia da Cor

O Dia da Cor seria uma extensão da sessão Palavra Amiga. Como o pátio onde os reclusos passam grande tempo na altura do recreio se encontrava em obras, pensámos na pintura de um muro, totalmente ao encargo dos participantes na sessão supracitada, alusiva aos Direitos Humanos. Dedicaríamos um dia inteiro à atividade. As tintas e todo o material necessário seriam disponibilizados pelo Estabelecimento Prisional.

3.4.3. O meu Guia para a liberdade

O Meu Guia para a Liberdade surge com a necessidade de apresentar um conjunto de instituições através das quais, os condenados, poderiam procurar ajuda no regresso à liberdade. Pretendíamos apresentar instituições de Norte a Sul do país que apoiassem os indivíduos de várias formas, desde o apoio à alimentação, ao vestuário e até na ajuda da procura de habitação ou emprego. Importa referir que esta sessão seria em colaboração com a Estagiária de Psicologia.

3.4.4. Sessão sobre o perigo de “piercings” e tatuagens em ambiente prisional

A presente sessão seria ministrada por uma convidada Inês Pereira Mestre em Ciências Farmacêuticas pela Universidade de Coimbra. A pertinência de elaborar uma sessão em prol da temática pela elevada frequência de tatuagens e piercings realizadas em meio prisional sem qualquer tipo de cuidados. A convidada apelaria à consciência e aos perigos inerentes de todo este processo.

Conclusão

O meio prisional constitui-se como um espaço complexo, com uma cultura fortemente enraizada potenciadora de circunstâncias adversas. O impacto da privação de liberdade traduz-se em efeitos repressores no recluso. As limitações temporais, a ausência de, em número apreciável das vezes, de vínculos afetivos, só podem ter por efeito um aumento dos comportamentos antissociais.

Apesar da privação de liberdade se constituir como a medida punitiva mais gravosa, é necessário continuar a assegurar os direitos dos condenados e certificar o cumprimento dos deveres. No cerne de uma instituição tão complexa, este é um dos papéis encabeçado pelos Técnicos Superiores de Reeducação. O papel do Técnico é transversal a diversas áreas da vida do recluso. Delinear planos e estratégias que estimulem o desenvolvimento pessoal, promover a integração em atividades socioculturais desenvolvidas pelo Estabelecimento, acompanhar a rotina prisional são tarefas levadas a cabo diariamente com o intuito de promover uma adequada reinserção social e, sobretudo, diminuir a reincidência criminal.

Desempenhar funções num Estabelecimento Prisional, com uma população tão característica, exigiu uma adaptação constante. Foi um percurso desafiante, bastante enriquecedor em torno de valores como a sensibilidade e a empatia. Na interação com o público-alvo tentámos, em todos os momentos, respeitar as suas necessidades, tendo por base a aceitação da diferença num processo mútuo de confiança e entreajuda.

Enquanto profissionais, das Ciências da Educação, propusemo-nos atingir objetivos, previamente, definidos no Pré-Projeto e consideramos tê-los alcançado na globalidade, a saber:

Estimular o envolvimento pessoal e social dos condenados em diversas esferas da vida prisional;

Consciencializar para temáticas pertinentes;

Respeitar os interesses, necessidades e desejos dos reclusos no desempenhar das funções.

Relativamente às competências evidenciadas como imprescindíveis, consideramos que fomos capazes de analisar de um ponto de vista crítico o contexto de intervenção. Tivemos em consideração, na implementação das atividades, a escolha de

metodologias adequadas e de fácil compreensão por parte do público-alvo. Da mesma forma que as intervenções efetuadas e as respetivas planificações foram de encontro às necessidades dos participantes.

Os principais pontos fortes a ressaltar deste estágio são, a nosso ver, a rápida adaptação ao Estabelecimento, apesar da alta segurança característica da instituição e de toda a burocracia inerente. A rápida aprendizagem da elaboração de relatórios de forma autónoma de acordo com as diretrizes da DGRSP, na consulta dos processos e na utilização do Sistema de Informação Prisional (SIP).

Como pontos fracos ressaltamos o processo de elaboração das planificações inerentes a cada atividade desenvolvida e proposta, não só pela complexidade do processo em si, como também pela dificuldade de as adaptar às necessidades, por vezes, difíceis de compreender das pessoas reclusas.

A nível das oportunidades importa referir todo o “feedback” positivo dos reclusos, não só referentemente às atividades desenvolvidas, como também aos atendimentos individuais. Foi realmente enriquecedor, não só a nível profissional como pessoal, poder contactar de forma tão direta com uma população tão diversificada.

As maiores ameaças sentidas foram a COVID-19 que, inevitavelmente, afetaram de forma direta o término do estágio e a consecução de algumas práticas. E, por outro lado, tentar implementar atividades sem uma sala fixa e adaptando materiais.

Por fim, consideramos importante referir uma frase que ouvimos frequentemente, ao longo do estágio, e que apela à empatia e compreensão pelo outro, valores que tivemos sempre em consideração no desempenhar das funções.

“Um erro na vida, não é uma vida de erros”.

Bibliografia

- Bayer, D. A., & Locatelli, C. A. (2016). A origem das penas e das prisões e a maximização do direito penal como forma de repressão do delinquente. *Revista Científica Codex*, 2: 79-92.
- Brandão, P. (2007). A pedagogia Social, uma antropologia de proximidade, hospitalidade e serviço. *Cadernos de Pedagogia Social*, 1, 105-115. Acedido a 11 de novembro, 2020 em <http://www.fep.porto.ucp.pt/sites/default/files/files/FEP/CadernospedagogiaSocial/SPSocial01.pdf?page=107>;
- Carvalho, C. M. P. D. (2003). Corpos Minados: um estudo exploratório no espaço interno da cultura prisional. *Oficina do CES*, 186: 1-19.
- Concelho da Europa (2020). Regras penitenciárias europeias. Consultado no website Direção-Geral dos Serviços Prisionais: <https://dgrsp.justica.gov.pt/Portals/16/Legislacao/Justica%20Penal/RPEuropeia.s.pdf?ver=2020-08-06-161754-313>
- Decreto-Lei n.º 125/2007 de 27 de abril – Aprovação da orgânica da Direção-Geral dos Serviços Prisionais
- Decreto-Lei n.º 215/2012 de 28 de setembro – Aprovação da orgânica da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
- Decreto-Lei n.º 51/2011 11 de abril – Aprovação do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais
- Decreto-Lei nº346/91 de 18 de setembro – Cria a carreira de Técnico Superior de Reeducação na Direção-Geral dos Serviços Prisionais
- Diário de Coimbra (2016). Guardas prisionais e reclusos pouco seguros na cadeia. Acedido em dezembro 15, 2020 em <https://www.diariocoimbra.pt/noticia/1708>
- Direção-Geral dos Serviços Prisionais (2019). Estabelecimentos Prisionais: estabelecimento prisional de Coimbra. *Direção-Geral dos Serviços Prisionais* (DGSP). Acedido em novembro 30, 2019 em <https://dgrsp.justica.gov.pt/Justi%C3%A7a-de-adultos/Penas-e-medidas-privativas-de-liberdade/Programas-e-projetos>
- Direção-Geral dos Serviços Prisionais (2019). Estabelecimentos Prisionais: estabelecimento prisional de Coimbra. *Direção-Geral dos Serviços Prisionais* (DGSP). Acedido em novembro 30, 2019 em <https://dgrsp.justica.gov.pt/Justi%C3%A7a-de-adultos/Penas-e-medidas-privativas-de-liberdade/Estabelecimentos-prisionais>
- Escorel, S. (1999). *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. SciELO-Editora FIOCRUZ.
- Foucault, M. (2004). *Vigiar e Punir – História da violência nas prisões*. Editora Vozes: Petrópolis.
- Goffman, E. (2001) *Manicômios, Prisões e Conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. Editora Perspectiva: São Paulo.
- Gomes, C., Duarte, M., & Almeida, J. (2004). Crimes, penas e reinserção social: Um olhar sobre o caso português. In *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*.
- Justiça Criminal (2018). Panoptismo: reflexões atuais sobre vigilância e controle. Acedido em dezembro 15, 2020 em <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/505281987/panoptismo-reflexoes-atuais-sobre-vigilancia-e-controle>

- Lei n.º115/2009 de 12 de outubro – Aprovação do Código de Execução de Penas e Medidas Privativas de Liberdade
- Lei n.º9/2020 de 10 de abril – Aprova o regime excepcional de flexibilização da execução das penas e das medidas de graça, no âmbito da pandemia da doença COVID-19
- Lobosco, F. (2011). Prisionização: múltiplos aspectos da assimilação prisional. *De jure: revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais*.
- Machado, R. A. (2015). A realidade do egresso: plano normativo da lei de execução penal versus reintegração social. *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas*, 168-194.
- Machado, V. G. (2009). A reintegração social do preso: Uma análise sobre os principais discursos contrários e favoráveis à finalidade ressocializadora da pena. *Jus Navigandi*.
- Martins, J. (2011). Penitenciária de Coimbra – Permeabilidade e inserção no espaço urbano. Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. Acedido em novembro 10, 2019 em <http://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/16567>
- Mendonça, D., & Lourenço, M. J. (2011). Brincar a Pensar—Manual de Filosofia para Crianças. *Lisboa: Plátano Editora*.
- Organização das Nações Unidas (2014). Regras mínimas das nações unidas para o tratamento de reclusos. Consultado no website Direção-Geral dos Serviços Prisionais: <https://dgrsp.justica.gov.pt/Portals/16/Legislacao/Justica%20Penal/RMTRONU.pdf?ver=2018-12-10-124739-073>
- Portaria n.º13/2013 de 11 de janeiro – Determina a classificação dos Estabelecimentos Prisionais em função do nível de segurança e do grau de complexidade
- Portaria n.º286/2013 de 9 de setembro – Define a estrutura orgânica, o regime de funcionamento e as competências dos órgãos e serviços dos Estabelecimentos Prisionais
- REAPN (2009). Pobreza e Exclusão Social: Um Guia para professores. Rede Europeia Anti-pobreza/Portugal. Acedido a 11 de novembro, 2020 em <https://www.eapn.pt/publicacao/150/pobreza-e-exclusao-social-um-guia-para-professores>
- Reis, C. (2015). *Philonauts: Questioning and creating through dialouge*. Texto manuscrito.
- Reis, C. F. S. (2009). A educação face ao des/aparecimento do sujeito. In A. Dujo, J. Boavida & V. Bento (Coords.), *Educação: Reconfiguração das suas fronteiras* (pp. 94-122). Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.
- Reis, C. F. S. (2014). *Educação e cultura mediática: Análise de implicações deseducativas*. Lisboa: CEI/Âncora Editora.
- Rodrigues, A. M. (2000). *Novo Olhar sobre a Questão Penitenciária – Estatuto Jurídico do Recluso e Socialização; Jurisdicionalização; Consensualismo e Prisão*. Coimbra Editora.
- Serra, A. S. V. (1988). O auto-conceito. *Análise psicológica*, 6: 101-110.
- Silva, S. A. G., & Nunes, V. M. (2016). A filosofia no Ensino Fundamental: Reflexões sobre comunidades de investigação como estratégia na aplicação da Lei 10.639/03. *Revista Labirinto*, 377-391.
- Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (2014). Carta Ética: Instrumento de regulação ético-deontológica. Acedido em novembro 5, 2020 em <http://www.spce.org.pt/regulacaoeticodeontologia.html>
- Universidade de Coimbra (2020). *Objetivos do Mestrado em Ciências da Educação*. Acedido em novembro 5, 2020 em <https://apps.uc.pt/courses/PT/course/1312>

Universidade de Coimbra (2020). *Regulamento de Estágio do Mestrado em Ciências da Educação*. Acedido em janeiro 8, 2020 em https://www.uc.pt/fpce/normas/pdfs/regulamentos/fpce/Regulamento_MCE_08_Maio.pdf

Vaz, J. M. (2020). Sistema Penal no Liberalismo Português: Discurso e práticas, 25: 145-157.

Anexos

Anexo 1 – Projeto Educativo 2019/2020

II - Identificação das Escolas Envolvidas no Projeto	
1 - Estabelecimento de Ensino	
• Escola Associada <input checked="" type="checkbox"/> Escola Parceira <input checked="" type="checkbox"/>	
Nome da escola	Agrupamento de Escolas de Eugénio de Castro
Telefone	
Fax	
Email	
Responsável	António Manuel Moita Couceiro
Função	Diretor
- Docente responsável pela coordenação pedagógica do Projeto Educativo.	Ana Maria de Castro Silva
- Identificação das ofertas formativas pelas quais a escola é responsável (resumo)	

III - Enquadramento da Oferta Formativa

Fundamentação do Projeto

(utilizar até ao máximo de 20 linhas)

O nosso Projeto é o espelho da vontade de todos nós em despertar estados de sensibilidade que permitam aos nossos formandos a perceção de que a escola é um espaço de crescimento, valorização e enriquecimento pessoal e social. Propomo-nos levar a cabo um trabalho de renovação de atitudes demonstrando e exigindo empenho, consciencializando para os valores de uma cidadania positiva, participativa e solidária. "A educação exige os maiores cuidados, porque influi sobre toda a vida".

Caraterização da população reclusa

(utilizar até ao máximo de 20 linhas)

Os formandos/reclusos provêm, na maior parte dos casos, dos estratos mais desfavorecidos da população, cuja formação cívica e educacional reflete os contextos socioeconómicos e culturais, inerentes a esses estratos. Pertencem a famílias não estruturadas, de precoce marginalização, o que favorece o abandono escolar. É uma população muito heterogénea. Trata-se de um grupo multicultural onde, além dos nacionais, se encontram indivíduos estrangeiros e minorias étnicas. São fruto de uma exclusão social e profissional constituindo um grupo de adultos não ativos, sendo muitos deles pouco qualificados e apresentando características singulares. Revelam crises de identidade pessoal e, por vezes, interiorizam o insucesso, a sua desvalorização e a dos outros. Apresentam, ainda, uma fragilização a nível da confiança, da auto-estima e das relações interpessoais o que conduz a um desacreditar constante num projecto de vida construtivo. Como consequência, sentem-se isolados, desinteressados, com perda de autonomia e bloqueio na capacidade de agir sobre o seu próprio destino. Saliente-se ainda, que nesta comunidade existe um número considerável de pessoas com necessidade de adquirir competências básicas para a sua reintegração social, tais como saber ler e saber escrever.

1.2 - Entidade Promotora - Centro Protocolar de Justiça (CPJ)

EFA - DUPLA CERTIFICAÇÃO

				Parceria com CPJ	
	(Selecionar Tipo)	Curso/Itinerário de Qualificação	Escola/Agrupamento/Parceira	Sim	Não
BÁSICO	B3	Canalizador	Eugénio de Castro	X	
	B3	Eletromecânico de Refrigeração e Climatização	Eugénio de Castro	X	
SECUNDÁRIO	S3-TIPO A	Programador de Informática	Eugénio de Castro	X	
	S3-TIPO A	Técnico de instalações Eléctricas	Eugénio de Castro	X	

5 - Cursos Científico-Humanísticos (Ensino Recorrente por Módulos)

Curso	Número de Turmas			Escola/Agrupamento/Responsável
	10º	11º	12º	
Ciências e Tecnologias				
Ciências Sócioeconómicas	1	1	1	Eugénio de Castro
Línguas e Humanidades				
Artes Visuais				


2 - Formação Modular

2.1 -

<http://www.catalogo.anq.gov.pt/ConsultaCatalogo/UFCD/paginas/ufcd.aspx>

Componente	Unidade de Formação Curta Duração (UFCD)				
	Curso*	Duração	Código UFCD **	Designação	Escola/Agrupamento/Responsável
Formação de Base	Refrigeração e Climatização	25	1238	Desenho Técnico - normalização e construções geométricas	Eugénio de Castro / CPJ
		25	1239	Desenho Técnico - Projeções ortogonais	Eugénio de Castro / CPJ
		25	1281	Desenho Técnico - Perspetiva isométrica	Eugénio de Castro / CPJ
		25	1282	Desenho Técnico - Perspetiva isométrica de tubos e condutas	Eugénio de Castro / CPJ
		25	1283	Desenho Técnico - elementos de conjunto	Eugénio de Castro / CPJ
		25	1296	CAD 2D - refrigeração e climatização	Eugénio de Castro / CPJ
		25	1302	Eletricidade e eletrónica - Corrente alterna	Eugénio de Castro / CPJ
		25	1303	Eletricidade e eletrónica - Circuitos de semicondutores e transístores	Eugénio de Castro / CPJ

Anexo 2 – Boletim com as Informações Gerais

VISITAS	TRABALHO	GOVERNO DE PORTUGAL MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
<p>As visitas decorrem nos Sábados, Domingos e Feriados nos seguintes períodos: 15h00 às 17h00 e 18h00 às 19h00.</p> <p>Os locais são integradas em 2 grupos (Penas e Inven) sendo que a cada grupo, corresponde um período de visita de forma alternada.</p>	<p>TRABALHO</p> <p>Terça - 2ª e 4ª de 14h00 - 18h00 6ª de 14h00 - 17h00 e 18h00 - 19h00</p> <p>DEPARTAMENTO</p> <p>Quilubo - Manhã - 09h00 - 12h00 (sem sala)</p> <p>Medeiros - Manhã - 14h00 - 17h00 e 18h00 - 19h00.</p> <p>Nota: O horário das 18h00 às 19h00 destina-se exclusivamente aos processos que tramitam nos distritos de que dependem os casos de processo penal.</p>	<p>ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE COIMBRA</p>
<p>Visitas passivas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - artigos 68.º a 98.º e 82.º a 85.º da Lei n.º 115/2008, de 12 de Outubro; - artigos 107.º e 118.º do Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de Abril; - artigo 120.º e 124.º do Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de Abril; <p>Visitas Infringe:</p> <ul style="list-style-type: none"> - artigos 120.º e 124.º do Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de Abril; <p>Visitar comunicação com Advogado, Notário, Conselheiro e Solicitação, entidades diplomáticas ou consulares.</p> <p>As visitas de comunicação podem efectuar-se nos dias das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h30 de: 6.º, 8.º e 9.º da Lei n.º 115/2008 e artigos 102.º e 105.º do Decreto-Lei n.º 51/2011.</p>	<p>RECEÇÃO DESPACHIVO</p> <p>Medeiros - Manhã - 10h00 - 13h00</p> <p>Quilubo - Manhã - 14h00 - 18h00 (horário de Inven) / 18h00 - 19h00 (horário de Inven)</p> <p>Arcoz e Silva da Lei n.º 115/2008, de 12 de Outubro, Artigo 6.º da Lei n.º 115/2008, de 12 de Outubro, Artigo 6.º da Lei n.º 115/2008, de 12 de Outubro, Artigo 6.º da Lei n.º 51/2011, de 11 de Abril;</p> <p>CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL</p> <p>Medeiros - Manhã - 09h00 - 12h00</p> <p>Quilubo - Manhã - 13h00 - 17h00</p> <p>Arcoz e Silva da Lei n.º 115/2008, de 12 de Outubro, Artigo 6.º da Lei n.º 115/2008, de 12 de Outubro, Artigo 6.º da Lei n.º 51/2011, de 11 de Abril;</p> <p>TRABALHO E ATIVIDADES OCUPACIONAL</p> <p>Medeiros - Manhã - 09h00 - 13h00</p> <p>Quilubo - Manhã - 14h00 - 18h00</p>	
<p>Visitas ocasionais e urgentes</p> <ul style="list-style-type: none"> - artigos 82.º da Lei n.º 115/2008, de 12 de Outubro; - artigos 6.º e 132.º e 133.º do Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de Abril; - artigo 113.º do Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de Abril; <p>CONVÍTIOS TELEFÓNICOS</p> <p>Quilubo - Manhã - 12h00 - 15h00 às 15h00.</p> <p>Medeiros - Manhã - 09h00 - 12h00</p> <p>Arcoz e Silva da Lei n.º 115/2008, de 12 de Outubro, Artigo 6.º da Lei n.º 115/2008, de 12 de Outubro, Artigo 6.º da Lei n.º 51/2011, de 11 de Abril;</p> <p>ENSINO</p> <p>Medeiros - Manhã - 09h00 - 12h00</p> <p>Arcoz e Silva da Lei n.º 115/2008, de 12 de Outubro, Artigo 6.º da Lei n.º 115/2008, de 12 de Outubro, Artigo 6.º da Lei n.º 51/2011, de 11 de Abril;</p>	<p>ALCANTARAS ECONÓMICAS, CULTURAIS E EDUCATIVAS</p> <p>Medeiros - Manhã - 09h00 - 12h00</p> <p>Arcoz e Silva da Lei n.º 115/2008, de 12 de Outubro, Artigo 6.º da Lei n.º 115/2008, de 12 de Outubro, Artigo 6.º da Lei n.º 51/2011, de 11 de Abril;</p> <p>ALCANTARAS ECONÓMICAS, CULTURAIS E EDUCATIVAS</p> <p>Medeiros - Manhã - 09h00 - 12h00</p> <p>Arcoz e Silva da Lei n.º 115/2008, de 12 de Outubro, Artigo 6.º da Lei n.º 115/2008, de 12 de Outubro, Artigo 6.º da Lei n.º 51/2011, de 11 de Abril;</p>	<p>INFORMAÇÕES GERAIS</p> <p>Nos termos do artigo 9.º do DL n.º 51/2011 de 11 de Abril</p>
<p>EDUCATIVA</p> <p>Medeiros - Manhã - 09h00 - 12h00, 6.º da Lei n.º 115/2008, de 12 de Outubro, Artigo 6.º da Lei n.º 115/2008, de 12 de Outubro, Artigo 6.º da Lei n.º 51/2011, de 11 de Abril;</p> <p>Arcoz e Silva da Lei n.º 115/2008, de 12 de Outubro, Artigo 6.º da Lei n.º 115/2008, de 12 de Outubro, Artigo 6.º da Lei n.º 51/2011, de 11 de Abril;</p>	<p>COMUNICACÃO</p> <p>Medeiros - Manhã - 09h00 - 12h00</p> <p>Arcoz e Silva da Lei n.º 115/2008, de 12 de Outubro, Artigo 6.º da Lei n.º 115/2008, de 12 de Outubro, Artigo 6.º da Lei n.º 51/2011, de 11 de Abril;</p>	<p>que aprovou o Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais</p>

NOTA INTRODUTÓRIA

A reforma penitenciária concretizada pelo Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade e pelo Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais instituiu um moderno e mais participado direito de execução de penas. Estabelece um compromisso que tem em conta a responsabilização dos reclusos em meio prisional, dos agentes integrados no sistema e de todos que com ele interagem.

Trata-se de um direito de execução de penas em que os direitos não ofuscam os deveres. Em que a disciplina e a ordem não se confundem com abuso de poder e arbitrariedade. Um direito de execução de penas estritamente controlado em todas as fases da sua aplicação pelo TEP (Tribunal de Execução das Penas) e por instâncias superiores. Mas sem olvidar as virtualidades da instituição penitenciária na gestão do dia-a-dia e o respeito pela autoridade e pelas regras da ordem, disciplina e segurança.

LEI N.º 115/2009, NA EXTENSÃO DAS SUAS REGRAS E ART.º 1.º A 1.º INCLUSIVE REVISOR Nº 1/11

Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade

Direitos e deveres do recluso

Artigo 6.º

Estatuto jurídico do recluso

O recluso mantém a titularidade dos direitos fundamentais, salvo as limitações inerentes ao sentido da sentença condenatória ou da decisão de aplicação de medida privativa da liberdade e as impostas, nos termos e limites do presente Código, por razões de ordem e de segurança do estabelecimento prisional.

Artigo 7.º

Direitos do recluso

1 - A execução das penas e medidas privativas da liberdade garante ao recluso, nomeadamente, os direitos:

a) A proteção da sua vida, saúde, integridade pessoal e liberdade de consciência, não podendo ser submetido a tortura, nem a tratos ou penas cruéis, degradantes ou desumanas.

b) Ao exercício dos direitos civis, políticos, culturais, incluindo o direito de sufrágio, salvo quando aquele for incompatível com o sentido da sentença condenatória ou da decisão de aplicação da medida privativa da liberdade;

c) A liberdade de religião e de culto;

d) A ser tratado pelo nome e a que a situação de recluso seja reservada, nos termos da lei, perante terceiros;

e) A manter contactos com o exterior, designadamente mediante visitas, comunicação à distância ou correspondência, sem prejuízo das limitações impostas por razões de ordem, segurança e disciplina ou resultantes do regime de execução da pena ou medida privativa da liberdade;

f) A proteção da vida privada e familiar e à inviolabilidade do sigilo da correspondência e outros meios de comunicação privada, sem prejuízo das limitações decorrentes da natureza e da prática de crimes;

g) A manter consigo filho até aos 3 anos de idade ou, excepcionalmente, até aos 5 anos, com autorização do outro titular da responsabilidade parental, desde que tal seja considerado do interesse do menor e existam as condições necessárias;

h) A participar nas atividades laborais, de educação e ensino, de formação, religiosas, socioculturais, cívicas e desportivas e em programas orientados para o tratamento de problemáticas específicas;

i) A ter acesso ao seu processo individual e a ser informado sobre a sua situação processual e sobre a evolução e avaliação da execução da pena ou medida privativa da liberdade;

m) A ser ouvido, e apresentar pedidos, reclamações, queixas e recursos e a impugnar perante o tribunal de execução das penas a legalidade de decisões dos serviços prisionais;

n) A informação, consulta e aconselhamento jurídico por parte do advogado;

2 - No caso previsto na alínea g) do número anterior, são asseguradas ao menor assistência médica e atividades formativas e lúdicas adequadas à sua idade e às suas necessidades de desenvolvimento;

3 - Aos serviços prisionais cabe, em articulação com os competentes serviços públicos das áreas da saúde, educação, formação e emprego e segurança e ação social, assegurar o efetivo exercício dos direitos referidos nos números anteriores, nos termos do presente Código e do Regulamento Geral.

Artigo 8.º

Deveres do recluso

Durante a execução das penas e medidas privativas da liberdade, o recluso tem, nos termos do presente Código e do Regulamento Geral, as seguintes de:

a) Permanecer ininterruptamente no estabelecimento prisional até ao momento da libertação, salvo quando ocorrer o caso de autorização de saída.

b) Apresentar-se pontualmente no estabelecimento prisional no termo da autorização de saída;

c) Cumprir as normas e disposições que regulam a vida no estabelecimento prisional e as ordens legítimas que recebem dos funcionários prisionais no exercício das suas funções;

d) Conservar conduta correta, designadamente para com os funcionários prisionais, outras pessoas que desempenhem funções no estabelecimento prisional, autoridades judiciais, entidades policiais e voluntárias;

e) Observar conduta correta para com os demais reclusos, não profano, em caso algum, ocupar posição que lhe permita exercer qualquer tipo de poder ou coação sobre estes;

f) Participar de imediato nas circunstâncias que representem perigo considerável para a vida, integridade e saúde próprias ou da terceiros;

g) Sueter-se a testes para deteção de consumo de álcool e de substâncias estupefacientes, bem como a testes de drogas controladas, sempre que razões de saúde pública ou as finalidades da execução da pena ou medida o justificarem;

h) Respeitar os bens do Estado, da funcionários prisional, dos reclusos e de terceiros;

i) Apresentar-se limpo e cuidado;

j) Participar nas atividades de limpeza, arrumação e manutenção do seu alojamento, respectivo equipamento e das instalações e equipamentos do estabelecimento prisional.

HORÁRIOS

Abertura geral..... após as 08h15

Banhos: Período da manhã - das 07h00 às 08h00

Período da tarde - das 16h30 às 17h45

Requeno-almoço..... das 08h15 às 09h 45

Recreio a céu aberto:

Período da manhã..... das 09h45 às 11h30

Período da tarde..... das 14h00 às 16h30

Encarceramento Intermediário..... 12h00

Abertura para o almoço..... 12h15

Almoço..... das 12h15 às 12h45

Encarceramento Intermediário..... 14h00

Abertura no período da tarde..... 14h00

Encarceramento Intermediário..... 17h30

Abertura para o jantar..... 17h45

Encarceramento das reclusas Horário de Inverno..... 19h00

Encarceramento das reclusas horário de Verão..... 19h00

Período de silêncio obrigatório..... das 22h00 às 08h00

Nota: A limpeza geral dos alojamentos ocorre aos Sábados, das 08h15 às 10h00.

ANEXO 3 – Atividade procurar pessoas

ACTIVIDADE PROCURAR PESSOAS

1. Tenha olhos verdes
2. Tenha nascido no mesmo mês que você
3. Seja filho único
4. Não tenha nascido em Lisboa
5. Já tenha ido ao estrangeiro
6. Toque um instrumento musical
7. Tenha alguma colecção rara
8. Tenha uma profissão
9. Fale uma língua estrangeira
10. Tenha as orelhas furadas
11. Seja capaz de dizer o nome de 5 ministros
12. Seja alérgico a qualquer coisa
13. Pratique mais que um desporto
14. Nunca tenha partido um osso
15. Toque num grupo musical
16. Consiga mudar um pneu
17. Tenha uma alcunha
18. Saiba jogar mais do que um jogo de cartas
19. Tenha andado de avião
20. Tenha lido um livro na última semana

A pessoa que encontrar, que tenha essas características, deve assinar à frente dessa mesma característica.

Anexo 4 – Atividade leilão da queda do ovo

"Leilão da Queda do ovo"

Lista de material

Material:

- ✓ Alguns rolos de cartão, como o interior dos rolos de papel higiênico ou de cozinha
- ✓ Papel higiênico (não muito, cerca de 20 folhas)
- ✓ Um ou dois sacos de plástico (tipo superequivalente)
- ✓ Um ou dois sacos de papel
- ✓ Alguns elásticos
- ✓ Um ou dois copos de papel (aqueles utilizados nos restaurantes de *fast food* servem perfeitamente)
- ✓ Fita-cola
- ✓ 20 ou 30 clips
- ✓ Fio ou cordel (cerca de 0,80cm/1m)
- ✓ Lenços de papel
- ✓ Uma ou duas caixas de cartão pequenas (caixas de cereais ou outras embalagens de cartão vazias)
- ✓ Pausinhos de madeira
- ✓ Algumas palhinhas
- ✓ Um ou dois jornais ou revistas velhas
- ✓ Opcional: algo desagradável (por exemplo uma meia velha)
- ✓ Algumas outras coisas sem utilidade
- ✓ Um bilhete de autocarro usado
- ✓ Um tijolo (aconselhável)
- ✓ Ovos crus
- ✓ Dinheiro de Brincar (Anexo II-a)

Anexo 5 – Tabela fatores de proteção

Probabilidades	Causas	I ou E	O que posso fazer para mudar	Causas	O que pode correr bem	Qual foi o meu papel

I – Interna

E - Externa

Anexo 6 – Tabela Plano de contingência

Plano de Contingência

O QUE CORREU MAL	CONSEQUÊNCIAS	SOLUÇÕES

Legenda:

O que correu mal: situação escolhida na tabela

Consequências: que consequências poderão haver a curto prazo (imediatas), decorrentes da situação que pode correr mal

Soluções: o que poderá fazer para minimizar as consequências do que pode correr mal; que acções pode levar a cabo para atingir esse objectivo

Autores:

Data:

Anexo 7 – Atividade sobrevivência

SOBREVIVENTES

Acabaram de sobreviver à queda de um pequeno avião. O piloto e co-piloto morreram na queda. É Janeiro e encontram-se no Canadá onde a temperatura durante o dia é 25 graus abaixo de zero e à noite é 40 graus abaixo de zero. Encontram-se numa floresta e o chão está coberto de neve. A cidade mais próxima fica a 20 quilómetros. Estão vestidos com fatos porque estavam numa viagem de negócios.

Conseguiram retirar do avião os seguintes objectos:

- Alguns metros de corda
- Um pequeno machado
- Uma pistola com balas
- Um espelho
- Jornais (um para cada um)
- Um isqueiro
- Um par de calças e uma camisa extra para cada um
- Alguns metros de plástico industrial
- Um mapa aéreo
- Um litro de whisky
- Uma bússola
- Chocolates (um para cada um)

Em conjunto, têm que decidir como é que vão tentar sobreviver e elaborar uma lista decidindo sobre a importância de cada objecto para a vossa sobrevivência (ordenados de 1 a 12).

Anexo 8 – Avaliação do Programa de Prevenção e de Contingência

Avaliação do Programa “Como Construir um Plano de Prevenção e de Contingência” – 13 sessões

De 10 de fevereiro a 9 de março de 2020

Facilitadora: Bêlina Cavaleiro

Avaliados	Selecionados	Motivo	Concluíram
	Sim	Presente em todas sessões	Elevado
	Sim	Presente em 4 sessões	Baixo
	Sim	Presente em 10 sessões	Elevado
	Sim	Nunca compareceu	-----
	Sim	Presente em todas as sessões	Elevado
	Sim	Presente em 13 sessões	Elevado
	Sim	Não compareceu	-----
	Sim	Presente em todas as sessões	Elevado
	Sim	Presente em todas as sessões menos no dia da V. Intima	Elevado
	Sim	Presente em 2 sessões. Cumpriu M. Disc e faltou nas 2 últimas	Baixo
	Sim	Frequentou 8 sessões até ao dia da libertação- Adap Lib Cond.	Elevado
		Presente em 9 sessões	Médio

Selecionados: 12

Avaliados: 12

Concluíram: 7 (elevado: 1-médio: 2:Baixo: 1) Não compareceram: 2

Anexo 9 - Planificação sessão Locus de Controlo

Sessão sobre *Locus de Controlo*

Projeto	Plano de Prevenção e Contingência
Tema	<i>Locus de Controlo</i>
Data	20-02-2020
Local Tempo previsto	Estabelecimento Prisional de Coimbra 60 minutos
Formador	Inês Garcia (Mestre em ciências da educação)
Grupo-alvo	Reclusos do Estabelecimento Prisional
Objetivo geral	Compreender o conceito de <i>locus de controlo</i>

Momento	Objetivos específicos	Conteúdos	Método	Recursos	Descrição das Atividades	Avaliação
---------	-----------------------	-----------	--------	----------	--------------------------	-----------

1 – Autocontrolo	<ul style="list-style-type: none"> - Enunciar os principais temas a abordar na sessão -Explicar o conceito de autocontrolo - Apresentar estratégias para desenvolver o autocontrolo 	- Autocontrolo	- Expositivo	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação em power point - Computador - Papel e caneta 	<ul style="list-style-type: none"> - A moderadora fala acerca do que vai ser tratado na sessão, e quais as principais temáticas que vão ser abordadas; - É explicado o conceito em torno do autocontrolo. - Posteriormente, é apresentada uma “mão do autocontrolo”, e os participantes são convidados a desenhar a mão, individualmente, com algumas estratégias que poderão utilizar para desenvolver o autocontrolo. 	
2 – Locus de Controlo	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer o conceito de Locus de controlo - Distinguir o locus de controlo interno do externo 	<ul style="list-style-type: none"> - Locus de controlo interno - Locus de controlo externo 	<ul style="list-style-type: none"> - Expositivo - Participativo 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação em Power Point - Computador - Papel e caneta 	<ul style="list-style-type: none"> - Num primeiro momento é explicado o conceito de <i>locus de controlo</i> e, posteriormente, a distinção entre <i>locus de controlo</i> interno e externo. - O público-alvo identifica, através de algumas afirmações, quais as que respeitam ao locus de controlo interno e externo. 	<ul style="list-style-type: none"> - O público-alvo responde a algumas perguntas e a moderadora analisa as respostas.

3 - Brainstorming	<ul style="list-style-type: none"> - Sintetizar os temas abordados na sessão 		<ul style="list-style-type: none"> - Participativo - Expositivo - Ativo 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação em Power Point - Computador - Papel e caneta 	<ul style="list-style-type: none"> - A moderadora esclarece as dúvidas dos participantes - É realizada uma dinâmica de grupo através de duas perguntas sobre o locus de controlo interno e externo e no final, os resultados vão ser avaliados e discutidos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dinâmica de grupo
--------------------------	---	--	--	---	--	---

Bibliografia:

MTIEF Ano letivo 2017/18 | Docente: Maria do Rosário Pinheiro

Anexo 10 – Apresentação sessão Locus de Controlo

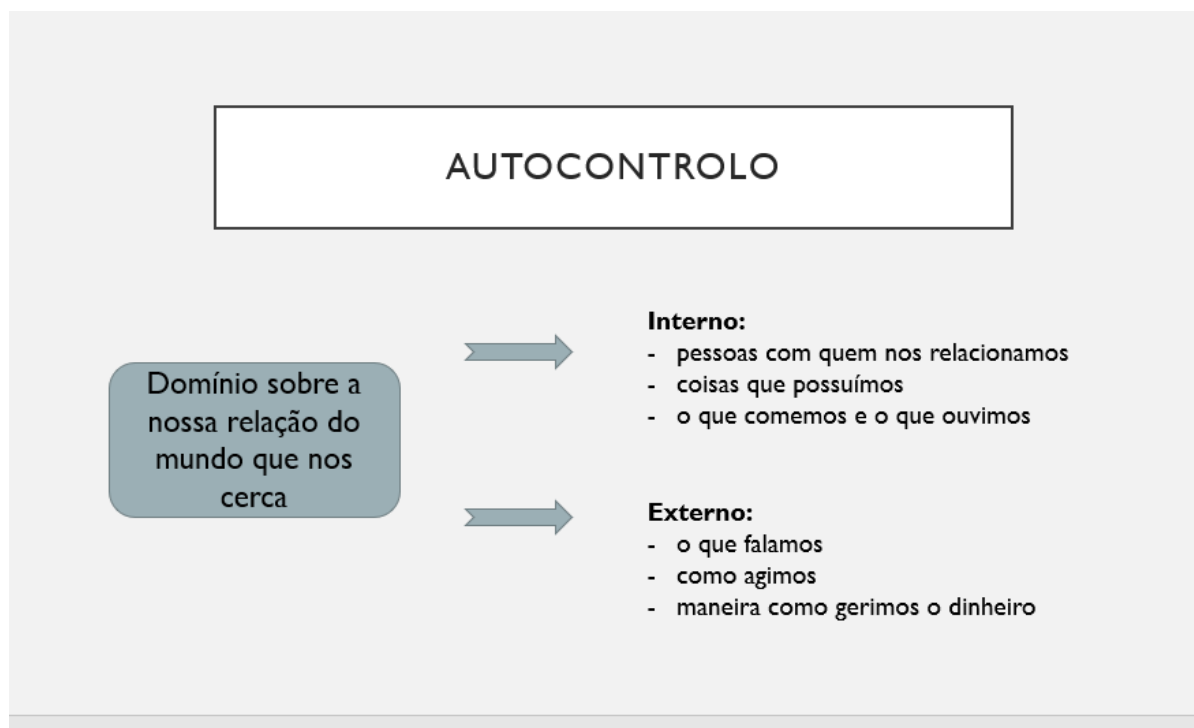
20 de fevereiro de 2020

Sessão sobre *Locus de Controlo*

PLANO DE PREVENÇÃO E CONTINGÊNCIA

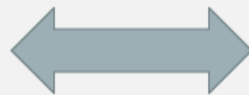
Estabelecimento Prisional de Coimbra

Mediadora: Inês Ferreira Garcia



AUTOCONTROLO

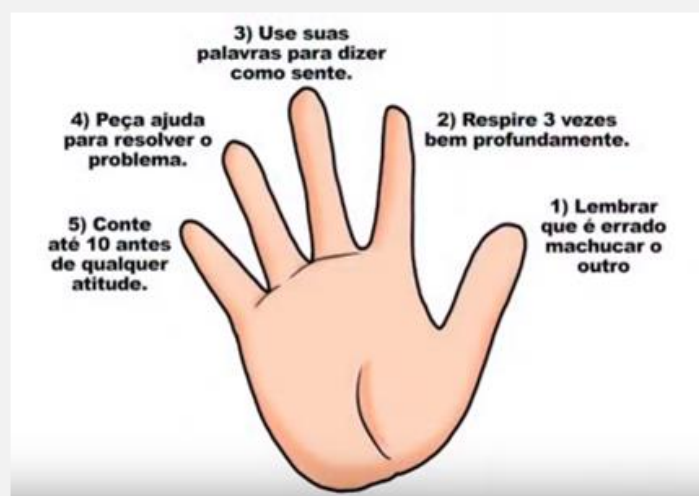
**Interno
(dentro)**



**Externo
(fora)**

Se não houver autocontrole, a vida é que nos domina!

AUTOCONTROLO



Segundo o psicólogo Rotter (1966):

Pessoas acreditam que podem controlar os acontecimentos/situações que as afetam

Orientados por esforços e habilidades

Vs

Orientados por forças externas

Interno

- Pessoalmente responsáveis
- Esforço e Habilidades
- Trabalho



Maior probabilidade de obterem sucesso através da persistência



Externo

- Sorte, fé, ações dos outros
- Destino/Deus



Não acreditam que podem mudar as suas ações através do seu próprio esforço

LOCUS DE CONTROLO

Se eu trabalhar e se procurar atingir um objetivo de vida, eu consigo qualquer coisa.

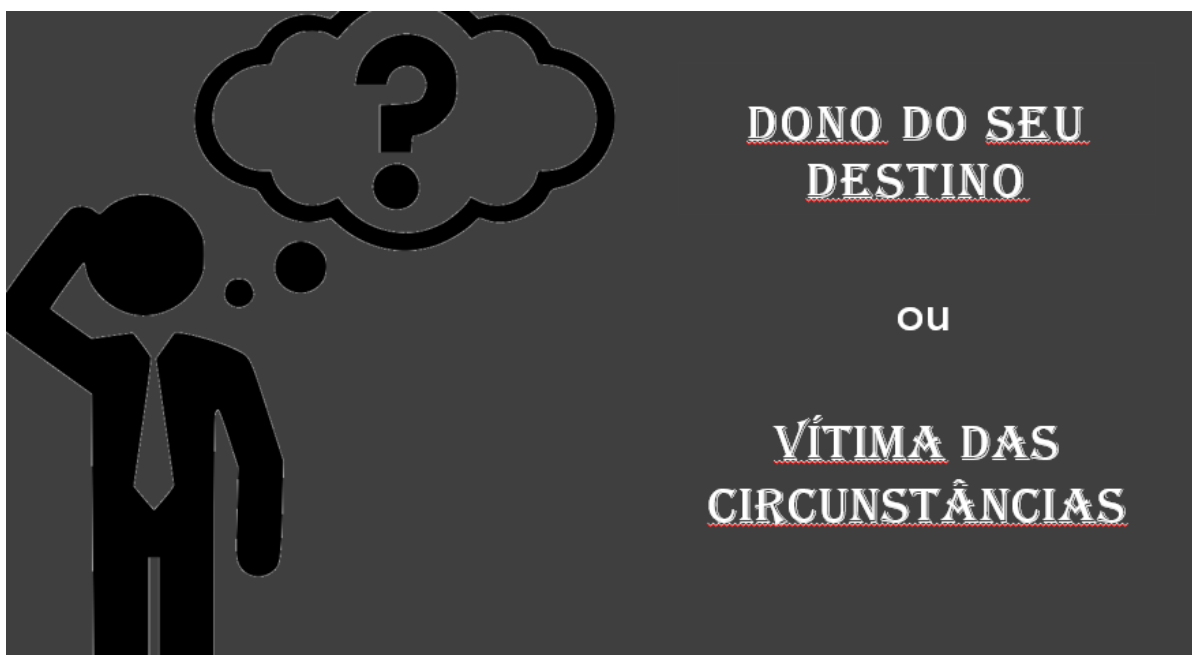
Muitas vezes sinto que tenho pouco controlo sobre a minha vida e sobre o que me acontece.

Acredito que tudo o que acontece se deve ao destino ou à sorte.

Com a persistência e dedicação, consigo sempre o que eu pretendo.

As pessoas raramente têm o que merecem.

As pessoas acabam sempre por ter o que merecem na vida.



EXTERNO	INTERNO
Foca-se no PROBLEMA	Foca-se na SOLUÇÃO
Pergunta-se POR QUÊ?	Pergunta-se COMO?
Foca-se no FRACASSO	Foca-se no SUCESSO



DINÂMICA
DE GRUPO

“No controlo das
ações”

- 1- Se um gênio da lâmpada lhe desse a oportunidade de fazer 3 pedidos para melhorar as suas ações, quais seriam eles?
- 2- Diga 3 coisas que dependam só de si, e que era capaz de fazer para melhorar essas mesmas ações.



**OBRIGADA PELA
VOSSA
PARTICIPAÇÃO!!**

Anexo 11 – Certificado de participação na sessão Locus de Controlo

Certificado de participação



concedido a

*em reconhecimento da
sua participação na sessão sobre "Locus de Controlo", que decorreu no
Estabelecimento Prisional de Coimbra*

Assinatura _____ *Data* 20 de fevereiro de 2020

Nome da mediadora

Apêndices

Apêndice 1 – Plano de Estágio



Mestrado em Ciências da Educação

PLANO GERAL DE ESTÁGIO

Ana Margarida Silva Araújo

Estabelecimento Prisional de Coimbra

Coimbra, 2 de setembro de 2019

PLANO GERAL DE ESTÁGIO

1. OBJETIVOS GERAIS

(DE ACORDO COM O REGULAMENTO DE ESTÁGIOS DE MCE)

Artigo 2.º Objetivos

De forma genérica, a unidade curricular designada por “estágio” visa promover competências analítico-reflexivas e operativas que permitam uma análise e caracterização dos fenómenos educativos, a planificação de intervenções que apontem para a sua otimização, e o desenvolvimento/implementação dessa planificação, bem como a sua avaliação.

Através das várias atividades propostas para o estágio, o estudante deve ficar apto a:

- a) Realizar uma leitura pluridisciplinar dos diversos contextos, formais, não formais e informais de ação educativa;
- b) Selecionar e utilizar procedimentos metodológicos adequados e fidedignos para a análise e caracterização dos distintos parâmetros da realidade educacional;
- c) Integrar a dimensão analítica de descrição e diagnóstico das situações com a dimensão operativa da intervenção, fazendo prova de capacidades estratégicas de planificação e antecipação dos efeitos prováveis da ação interventiva;
- d) Deliberar de forma autónoma na avaliação/ revisão das atividades prosseguidas com vista aos objetivos postulados;
- e) Promover práticas heurísticas que configuram a identidade profissional do especialista em Ciências da Educação.

2. CARATERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O Estabelecimento Prisional de Coimbra situa-se na Rua da Infanteria, nº23, 3000-129 em Coimbra. É uma instituição pública tutelada pela Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. Caracteriza-se por ser um Estabelecimento de alta segurança com um grau elevado de complexidade de gestão. Destina-se apenas a indivíduos do sexo masculino no cumprimento de penas superior a 6 meses.

De inúmeras atividades diversificadas que o Estabelecimento oferece, é de salientar o ensino e formação profissional, as oficinas de trabalho e as atividades socioculturais e desportivas. (Direção Geral dos Serviços Prisionais, n.d)

3. FUNÇÕES ATRIBUÍDAS E PRAZOS

Numa fase inicial, foi nos proposta a realização do presente Plano de Estágio e, conseqüentemente, do Pré-Projeto de Intervenção como forma de planificarmos o que pretendemos desenvolver. Procedemos à planificação do Refletir juntos para a vida – projeto de intervenção escolhido para implementar no Estabelecimento.

De seguida, propusemo-nos, desde o início do trabalho de campo, a elaborar um diário de bordo com tudo o que íamos fazendo ao longo do dia no Estabelecimento. Não descuidando as leituras, nem o relatório componente importante de todo este processo.

4. OBJETIVOS

Com o desenvolver o estágio pretendemos estimular o envolvimento pessoal e social dos reclusos em diversas esferas da vida prisional, consciencializando para temáticas pertinentes. Foi neste seguimento que propusemos a implementação do Refletir juntos para a vida com o objetivo de criação de comunidades de reflexão que promovam e potenciem momentos de debate.

5. ATIVIDADES A DESENVOLVER

Nesta fase inicial do processo de estágio proposemo-nos a desenvolver o Refletir juntos para a vida nos seguintes moldes:

Modelo de planificação das atividades formativas/educativas desenvolvidas

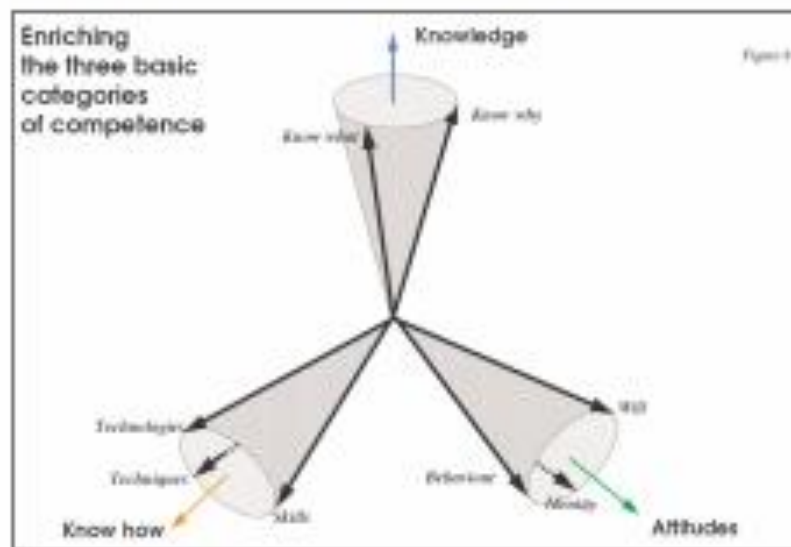
OBJETIVOS	CONTEÚDOS	ATIVIDADES	TEMPO	RECURSOS
Os formandos devem ser capazes de: - Saber debater respeitando-se a si e aos outros; - Auxiliar na construção de um projeto de vida; - Refletir sobre as possibilidades da vida futura pós-reclusão.	As sessões têm todas a mesma sequência de acordo com a tabela que constará em anexo.		O tempo varia de sessão para sessão, dependendo da duração dos momentos de debate.	Sala disponível; Cadeiras; Cafeteira; Chá; Copos de plástico; Quadro; Giz; Questionários elaborados para o momento.

Importa referir, que nos propor-mos a planificar e implementar mais atividades, no entanto, nesta fase inicial iremos refletir sobre as necessidades da população em específico.

Nota se planificarem por competências estas resultam da confluência de conhecimentos, saberes-fazer e atitudes:

"While skills refer to know-how –understood as a composite dimension–, competences are the result of a confluence between knowledge, know-how and attitudes. Therefore one must keep in mind that the three dimensions of competences are to be taken as interdependent: there is no learning (knowledge building) without action; all know-how is vulnerable without knowledge; know-how cannot be built without a social context where attitudes play a significant role; knowledge is sterile without being embodied in attitudes; as attitudes are useless without meaning and without know-how for action. Expertise can then emerge by transcendentally combining the three generic dimensions into an integrated higher level of competence: experts understand,

can explain why they perform as they do and perform with state-of-the-art ability, going beyond assimilation and digestion. (Reis, 2015)



Durand, T. (1998). The alchemy of competence. In G. Hamel, C.K. Prahalad, H. Thomas, & D. O'Neal (Eds.), *Strategic flexibility: Managing in a turbulent environment* (pp. 303-330). New York: John Wiley & Sons.

ID	Atividade / Tarefa	Data	Hora	Duração	Mês														
					Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez			
1	Tarefa 1	10/01/2012	11:00-2012	1h	■														
2	Tarefa 2	20/02/2012	09:00-2012	1h		■													
3	Tarefa 3	24/03/2012	08:00-2012	1.30h			■												
4	Tarefa 4	01/04/2012	09:00-2012	3h				■											
5	Tarefa 5	01/05/2012	09:00-2012	3h					■										
6	Tarefa 6	01/06/2012	09:00-2012	1.20h						■									
7	Tarefa 7	01/07/2012	09:00-2012	1.30h							■								
8	Tarefa 8	01/08/2012	09:00-2012	1.30h								■							
9	Tarefa 9	01/09/2012	09:00-2012	11.30h									■						

Bibliografia:

Direção-Geral dos Serviços Prisionais (n.d). Estabelecimentos Prisionais: estabelecimento prisional de Coimbra. *Direção-Geral dos Serviços Prisionais* (DGSP). Acedido em novembro 30, 2019 em <https://dgrsp.justica.gov.pt/Justi%C3%A7a-de-adultos/Penas-e-medidas-privativas-de-liberdade/Estabelecimentos-prisionais/%C3%81rea->

Apêndice 2 – Pré-Projeto de intervenção



Mestrado em Ciências da Educação
Estabelecimento Prisional de Coimbra
2019/2020

Projeto de Intervenção:
Estabelecimento Prisional de Coimbra

Ana Margarida Silva Araújo

1. Breve Fundamentação

O Estágio Curricular insere-se na área de Educação e Intervenção Social e a escolha da instituição foi algo pensado e ponderado em colaboração com o Professor Doutor Carlos Reis. As temáticas que pretendemos abordar centram-se naquilo que consideramos pertinente para indivíduos privados de liberdade como por exemplo, os direitos humanos, a criação de comunidades de reflexão em meio prisional, entre outras que poderão surgir ao longo do processo.

O conceito de Educação Social causa alguma discordância perante a comunidade científica pois, encontra-se relacionado com as práticas sociais, políticas e económicas vigentes num determinado tempo e espaço. (Díaz, 2006) No entanto, é unânime que a Educação Social deve contribuir para uma melhor convivência em sociedade, permitindo uma total integração do indivíduo e, por outro lado, constituir-se como uma espécie de ferramenta igualitária e de resolução de problemas de índole social. (Díaz, 2006)

A Intervenção Social constitui-se como uma deontologia que foca diversos domínios, indivíduos, grupos e comunidades. (Fernandes, 2004) Assim, “considera-se que a Declaração Universal dos Direitos do Homem constitui o quadro de referência que especificam princípios ou direitos em função da idade, do género, da condição social ou de situações singulares” (Fernandes, 2004, p.141)

Neste sentido, “a intervenção social é um modo de agir na pólis, como saber científico-técnico combinado com um sentido de valor/ética” sustentado no princípio da cidadania ativa em que cada indivíduo é ator da sua própria intervenção. (Fernandes, 2004, p.142)

2. Objetivos do estágio

Comprometemo-nos acompanhar a orientadora local no desempenho das suas funções e a implementar atividades de acordo com as necessidades dos reclusos. Assim, pretendemos:

Estimular o envolvimento pessoal e social dos condenados em diversas esferas da vida prisional;

Consciencializar para temáticas pertinentes, como os direitos humanos;

Respeitar os interesses, necessidades e desejos dos reclusos no desempenhar das funções.

3. Projeto de Intervenção

O *Refletir juntos para a vida* é um projeto pedagógico destinado a 12 reclusos do Estabelecimento Prisional de Coimbra que surge com base nos ideais da Filosofia para Crianças, desenvolvida por Matthew Lipman e Ann Sharp em meados dos anos 60 nos Estados Unidos da América.

Lipman, fundamenta os ideais da sua filosofia seguindo pressupostos teóricos como o método socrático e a tradição paradigmática, focando a importância no pensamento, no diálogo e na reflexão em comunidade. As ideologias de Lipman surgem perante um processo de formação bastante complexo. É neste seguimento que a primeira geração do movimento coloca a ênfase no desenvolvimento do pensamento crítico, orientando-se por sua vez em torno da Psicologia da Educação de John Dewey. Esta foca o desenvolvimento de capacidades como o pensamento e a reflexão, com o objetivo de tornar as crianças mais conscientes, reflexivas e criteriosas sobre as suas ações. A segunda geração, tentou adaptar a ideologia inicial às novas circunstâncias, nomeadamente à pós-modernidade, fazendo com que a Filosofia para Crianças incorporasse uma nova visão. Desta forma, era a criança quem decidia as questões mais importantes e buscava as respostas através da reflexão individual e em grupo. Percecionou-se o romper de uma Filosofia de Crianças para uma Filosofia para Crianças. (Reis, c.f, 2015)

Resumidamente, a Filosofia para Crianças consiste na leitura, em sala de aula, de um conjunto de histórias, grande parte da autoria de Lipman, cujas personagens se encontram em situações complexas do dia a dia. O propósito da utilização de histórias como material didático surge com a necessidade de desenvolver habilidades de pensamento e de raciocínio assim, “o conteúdo propriamente filosófico tem importância secundária, priorizando-se o emprego da metodologia da comunidade de investigação” (Silveira, 2011, p.130) A comunidade de investigação serve de “palco” para o debate em grupo. Desta forma, “as crianças vão aprendendo a distinguir um bom argumento, a exigir dos outros e de si mesma coerência na argumentação, e a se autocorrigirem (...) através da comunidade de investigação aprendem a pensar melhor, tornando-se mais racionais” (Silveira, 2011, p.130) Assim, podemos afirmar que o diálogo tem um papel

imprescindível pois, “fundamenta-se no pressuposto de que o pensamento se desenvolve paralelamente à aquisição da linguagem.” (Silveira, 2011, p.130)

Atualmente, e, contrariando a ideologia suprarreferida é expectável que não se utilizem histórias pré-concebidas pois, a Filosofia para Crianças deve focar-se nos interesses e desejos das crianças culminando num Programa totalmente vocacionado para as necessidades das mesmas.

A necessidade de adaptar a essência da Filosofia para Crianças a um contexto de reclusão, confina-se em grande parte à necessidade de os indivíduos exprimirem os seus interesses, desejos e opiniões num contexto que potencie o enriquecimento pessoal. Procura-se assim, tendo sempre em consideração o bem-estar dos indivíduos, desenvolver habilidades de explanação, justificação e de pensamento e, por outro lado, fomentar o debate crítico e construtivo através de uma comunidade de reflexão.

Tendo em consideração o elevado grau de complexidade do EPC pretende-se, respeitando todas as regras e normas da instituição, dinamizar atividades que promovam momentos de reflexão em grupo e individuais de forma a que os participantes se sintam ouvidos e respeitados.

4. Objetivos do Projeto em específico

Como referido anteriormente, o principal objetivo passa pela criação de comunidades de reflexão que potenciem momentos de debate enriquecedores fomentando o pensamento crítico. Importa referir que o programa foi pensado de forma a que as sessões fluam de acordo com os interesses e necessidades dos participantes. A facilitadora funcionará como mediadora ao longo das sessões.

Assim, pretendemos:

- Desenvolver aptidões que auxiliem no processo de expressão de necessidades, interesses e desejos
- Contribuir para o desenvolvimento de capacidades de expressão, explanação e justificação;
- Desenvolver capacidades que auxiliem na antecipação e correção de imprevistos futuros;
- Saber debater respeitando-se a si e aos outros;
- Auxiliar na construção de um projeto de vida;

- Refletir sobre as possibilidades da vida futura pós reclusão;

5. Metodologia e Planificação da sessão

Num primeiro momento de maior descontração os participantes ao som de uma música relaxante, escolhida adequadamente para o momento, bebem um chá. Com o término deste momento a facilitadora refere os valores da comunidade que devem ser tidos em consideração por todos os participantes. De seguida, a postura adotada pela mediadora torna-se mais passiva permitindo que de acordo com os interesses, desejos e necessidades dos participantes as sessões fluam naturalmente. Deve ser referido frequentemente que não existem ideias certas ou erradas e que todos os comentários são pertinentes e construtivos para o decorrer da discussão. Espera-se que com o decorrer das sessões o sentido de pertença à comunidade vá aumentando e que a interação e partilha de ideias surja com mais naturalidade.

Tabela de Planificação da sessão

Tempo	Atividade
5 minutos	Chávena de chá Música relaxante
2 minutos	Referir os valores da comunidade
10 minutos	Alguma pergunta? Quem tem alguma pergunta? Escrever a pergunta no quadro Decidir em grupo qual a mais importante Porque é a mais importante?
19 minutos	Comentários, razões, factos, opiniões, ideias... A que conclusão chegámos? O que encontramos? O que ainda requer debate?
3 minutos	Reflexão sobre tudo o que foi falado
2 minutos	Relembrar os valores da comunidade

5 minutos	Chávena de chá Música relaxante
-----------	------------------------------------

Recursos necessários: sala disponível, cadeiras, quadro, giz, computador, cafeteira, chá, chávenas, questionários de avaliação e canetas.

Duração: Cada sessão terá uma duração de aproximadamente 46 minutos, no entanto estenderemos a duração para 1 hora para prevenir eventuais atrasos.

6. Valores da comunidade

As comunidades de reflexão surgem em ambientes de liberdade de expressão e de pensamento. Assim, "constituem-se num ambiente que sustenta o suficiente engajamento voluntário e mútuo entre os seus membros, objetivado por meio da busca de empreendimentos comuns, a partilha de conhecimentos" (Souza & Davel, 2007, p.55) E, por outro lado, "é um paradigma de convivência democrático, onde se cria nos indivíduos que nela participam uma expectativa de que este modelo ideal de relacionamento interpessoal possa ser generalizado a outros ambientes" (Silveira, 2011, p.137)

As comunidades devem reger-se pelo princípio orientador do diálogo construtivo. Inerente ao princípio chave supracitado surgem outros tais como, o respeito como forma de aceitação da diferença, a verdade pois, não existem ideias certas ou erradas, a honestidade como forma de ser honesto consigo e com o outro, a perfeibilidade não como busca da perfeição, mas sim de se aperfeiçoar, a liberdade de opinião e de pensamento, os valores pessoais de cada indivíduo, a escuta ativa, a abertura para novas formas de pensar, a democracia como direito ao silêncio ou à exposição, o bem-estar de todos os participantes, o compromisso em continuar a frequentar as sessões mesmo em tempos difíceis, a discrição guardando sigilo sobre tudo o que é dito pelos restantes participantes e a partilha permitindo que todos se possam expressar acreditando que a sua intervenção foi útil para o grupo. (Reis, c.f, 2015)

7. Avaliação

Apesar de focarmos a avaliação em dois momentos específicos, consecução dos objetivos e desenvolvimento das sessões é expectável que ao longo do programa exista

uma interação oral entre participantes e mediadora que contribua igualmente para a avaliação. Por outro lado, importa referir que os materiais elaborados para avaliação dos parâmetros supracitados serão, porventura, revistos para eventuais melhorias.

Para avaliar a consecução dos objetivos procedemos à elaboração de um instrumento de recolha de informação com o objetivo de compreender se os pressupostos iniciais foram alcançados. No que se refere ao processo, elaboramos um questionário onde se pretende que os participantes se expressem sobre três tópicos principais, utilidade, importância e qualidade da sessão assinalando o emoji que mais se adequa.

Referências Bibliográficas

- Díaz, S. (2006). Uma aproximação à Pedagogia: Educação Social. *Revista Lusófona de Educação*, 7: 91-104;
- Fernandes, E. (2004). Por uma carta ética da intervenção social, 29: 139-152.
- Silveira, R. J. T. (2011). O Programa de filosofia para crianças de Matthew Lipman: Uma concepção liberal da educação. *Childhood & Philosophy*, 7: 121-139.
- Souza, S. J., & Davel, E. (2007). Da ação à colaboração reflexiva em comunidades de prática. *Revista de Administração de Empresas*, 3: 1-13.
- Reis, C. (2015). *Philonauts: Questioning and creating through dialouge*. (c.f)

Apêndice 3 – Texto Festa de natal

Apresentação dos Estagiários na Festa de Natal 2019 – EP Coimbra

Mafalda; Margarida; Miguel e Inês

“COMBUSTÍVEL DA VIDA”

A esperança corresponde ao desejo de felicidade existente no coração de cada pessoa. Interessante observar que quem perde a esperança mais profunda perde o sentido da sua vida, pois sem esperança, viver não tem sentido.

A esperança é a vacina contra o desânimo e contra a possibilidade de invasão do egoísmo, porque apoiados nela dedicamo-nos à construção de um mundo melhor. **A perda da esperança endurece os nossos sentimentos, enfraquece os nossos relacionamentos, pinta a vida de cor cinzenta e faz com que se perca parte do seu sabor.**

A esperança é o combustível da vida, a forma de mantê-la viva é não prender os olhos nas tragédias, pois a cada desgraça que contemplamos corremos o risco de perder esse mesmo combustível.

Vida sem sabor é uma vida sem perspectivas; quem cansou de tentar, cansou de lutar e desistiu de tudo, uma vida que apenas espera o seu fim, por pensar que nada que se faça pode mudar coisa alguma. Quem perdeu a capacidade de sonhar, o desejo de felicidade confundiu-se com a ilusão. À medida que perdemos ilusões e incompreensões temos o espaço real no qual pode crescer a esperança, que nada mais é do que a certeza de que tudo pode ser melhor do que o que já vemos. E o desejo de caminhar na direção da vida, atraídos pela sua beleza que no momento pode somente ser sonhada, mas é contemplada pelo coração.

O pensamento tem poder infinito. Ele mexe com o destino e acompanha a nossa vontade. Ao esperar o melhor, criamos uma expectativa positiva que

potência o processo de vitória. Ser otimista é ser perseverante, é ter uma fé inabalável e uma certeza sem limites de que tudo vai dar certo. Somos nós que escrevemos a história da nossa vida - ao optarmos pelas atitudes construtivas - crescemos como seres humanos. O positivo atrai o positivo. Alegria chama alegria. Ao emitir um estado otimista, a nossa consciência desperta energias vitais que nos encaminham para as metas pretendidas. Sejam incansavelmente otimistas. Faz bem para o corpo, para a mente e para a alma. Sejam mais pacientes, pois sem esforço não existem vitórias. **O homem pode ser resistente às palavras, forte nas argumentações, mas não sobrevive sem esperança.** Ninguém vive se não espera por algo bom, que seja bem melhor do que o que já conhece, já possui ou já experimentou. A grande ciência da vida é aprender a recomeçar. Recomeçar com confiança e entusiasmo. Apostem na vossa capacidade de dar a volta por cima e recomeçar. Não se baseiem na dificuldade. Apostem antes, na certeza de que podem e merecem ser felizes. Usem a inteligência e conquistem. Se vos faltar força na subida, olhem para o que já conquistaram.

A prisão não são as grades, e a liberdade não é a rua; existem homens presos na rua e livres na prisão. É uma questão de consciência.

Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim. O fim do ano é sempre um bom momento para pensarmos um pouco sobre a vida, lembrar das maravilhas que temos a agradecer e também de tudo aquilo que nunca mais voltaremos a fazer. As novas etapas devem ser comemoradas, pois é uma ótima oportunidade para eliminar tudo o que já não traz felicidade para as nossas vidas e assim obtermos espaço para novas alegrias! Vamo-nos cercar de pensamentos positivos e continuar a dar o nosso melhor sempre que

possível. Que este novo ano chegue primeiramente com muita saúde e coragem, pois assim já temos o suficiente para conseguirmos todo o resto.

A todos vocês, gostaríamos de deixar uma palavra de esperança com o desejo de um futuro melhor. FELIZ NATAL!

Apêndice 4 – Flyer sessão Socorrismo



ESTABELECIMENTO PRISIONAL
DE COIMBRA



Suporte Básico de Vida e Noções básicas de Socorrismo

O Técnico Superior de Reeducação
Hugo Robalo
Estagiária de Ciências da Educação
Ana Araújo

Algumas Noções básicas de socorrismo

- Quando alguém cair nunca mexer, a pessoa deve movimentar-se sozinha;
- Em caso de hemorragia colocar um pano limpo e seco e nunca retirar;
- Numa vítima inconsciente a ventilar deve colocar-se em PLS, excepto se for vítima de trauma;
- No caso de uma queimadura colocar água corrente e se a roupa estiver agarrada não tirar;
- Numa vítima diabética dar água com açúcar ou papa de açúcar;
- Tentar manter um ambiente calmo;
- Numa vítima etilizada deve colocar-se em PLS e dar bebidas frescas e açucaradas a beber.



- O 112 é um número de telefone europeu de emergência médica, disponível em toda a União Europeia.
- É gratuito e pode ser acionado através de telefones públicos ou telemóveis.

Funcionamento linha 112

- Inicialmente é atendida pela central PSP
- Transferida para a central de Emergência médica se for caso de Saúde
- Em caso de incêndio é transferida para o Centro de Operações de Socorro Distrital
- Em caso de necessitar de autoridade é transferida para o posto da GNR mais próximo.

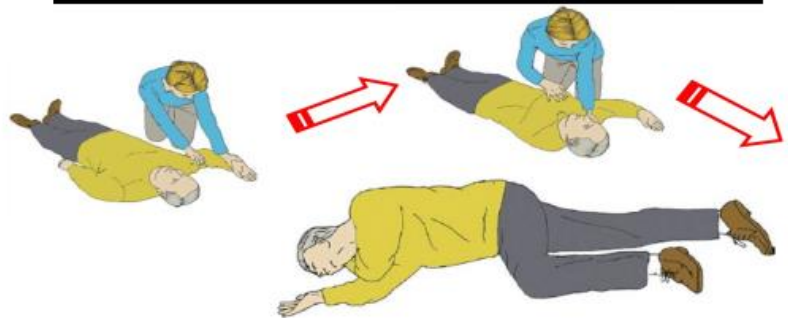
Dados a fornecer

- Número de telefone
- Morada e pontos de referência
- Explicar o sucedido, (o que aconteceu e como aconteceu)
- Fazer o que for aconselhado e manter um ambiente calmo
- Desligar apenas quando o operador indicar

Cadeia de sobrevivência



Como fazer Posição Lateral Segurança?



Como fazer manobras de SBV:



- Apenas a base da mão contacta com o esterno no centro do tórax;
- Com os ombros na perpendicular do ponto de apoio;
- Pressione verticalmente sobre o esterno de modo a que baixe 4-5 cm;
- Pouco menos de duas / segundo (100 / minuto) - Regulares e ritmadas.

Anexo 5 – Certificado de participação sessão Socorrismo

	CERTIFICADO	
Este certificado é concedido a		

Por ter participado com empenho e dedicação no Workshop de Noções Básicas de Socorrismo com duração de 8 horas no dia 22-01-2020.		
		
_____	_____	
O Diretor do EP	Data 22-01-2020	
_____	_____	
O Formador	Data 22-01-2020	

Apêndice 6 – Questionário Programa de Prevenção e Contingência

Plano de Prevenção e de Contingência

Instrumento de recolha de informação

O presente instrumento serve apenas para recolha de informação para fins académicos.

Por favor, leia com atenção todas as afirmações até ao final. De seguida, assinale com um X a resposta mais acertada. Sempre que tiver alguma dúvida pergunte.

Lembro que o questionário é confidencial.

Obrigada pela participação!

Idade: _____

Pena: _____

Primário: _____

Reincidente: _____

SIM

NÃO

	SIM	NÃO
Já pensou em possíveis dificuldades no regresso à liberdade?		
A sua família tem conhecimento dos seus projetos de vida futuros?		
Já pensou no regresso à liberdade onde irá residir?		
Já pensou no que vai fazer no primeiro mês após sair do Estabelecimento Prisional?		
Já pensou onde poderá estar um ano após sair do Estabelecimento Prisional?		
Conta com o apoio de alguém no regresso à liberdade?		

Conhece os serviços da comunidade onde pode recorrer no caso de não ter emprego ou residência?		
--	--	--

Se achar necessário, deixe aqui um comentário.

Grata pela participação!

Apêndice 7 – Flyer Programa de Prevenção e Contingência

**PLANO DE
PREVENÇÃO E DE
CONTINGÊNCIA**

Programa Psicoeducacional

- 

1 PREVENIR
Informar com antecedência.
Tomar medidas para evitar um mal.
- 

2 PLANEAR
Preparar uma estratégia ou um plano para idealizar ou traçar.
- 

3 PLANO
Esquema criado com uma finalidade concreta no qual se determinam as distintas etapas a realizar para o completar ou alcançar.
- 

4 PLANO DE PREVENÇÃO
Antecipação de todos os cenários que podem pôr em causa o plano que traçamos para as nossas vidas.

É importante perceber as causas que nos levam a adotar comportamentos que nos prejudicam!

Apêndice 8 – Planificação Projeto Refletir juntos para a Vida

Planificação Refletir Juntos para a vida

Projeto	<i>Refletir Juntos para a Vida</i>
Data	5 sessões
Local Tempo previsto	Estabelecimento Prisional de Coimbra 60 minutos
Formador	Ana Margarida Araújo – Estagiária no Estabelecimento Prisional de Coimbra
Grupo-alvo	Reclusos do Estabelecimento Prisional
Objetivo geral	Desenvolver aptidões que auxiliem no processo de expressão de necessidades, interesses e desejos;

Momento	Objetivos específicos	Conteúdos	Método	Recursos	Descrição das Atividades	Avaliação
<p>1 – Chávena de chá</p> <p>2 – Referir os valores da comunidade</p> <p>3 – Brainstorming</p>	<p>- Contribuir para o desenvolvimento de capacidades de expressão, explanação e justificação;</p> <p>- Desenvolver capacidades que auxiliem a antecipação e a abordagem de imprevistos futuros;</p> <p>- Saber debater respeitando-se a si e aos outros;</p>	<p>Os conteúdos são interesses, necessidades e desejos dos participantes. Podem ser descontinuados ou relacionados.</p>	<p>- Participativo</p> <p>- Ativo</p> <p>- Expositivo</p>	<p>- Sala disponível;</p> <p>- Canetas;</p> <p>- Quadro;</p> <p>- Giz;</p> <p>- Questionários;</p> <p>- Chaleira;</p> <p>- Copos de plástico;</p> <p>- Rádio;</p>	<p>- A sessão inicia com um momento de descontração, onde os participantes são convidados a beber um chá ao som de uma música relaxante.</p> <p>- Neste segundo momento, a facilitadora inúmera os valores da comunidade que devem ser tidos em consideração em todas as sessões, ressaltando: o respeito, a verdade, a honestidade, a liberdade, a escuta ativa, o respeito pelos valores pessoais, etc.</p> <p>- Posteriormente, a facilitadora entrega a cada participante um flyer elaborado para o momento, no qual constam todos os princípios suprarreferidos.</p> <p>- Nas sessões seguintes pede que sejam os participantes a enumerar os valores da comunidade.</p> <p>- De seguida, a mediadora pergunta se alguém tem alguma dúvida ou questão a apresentar. Consoante forem surgindo são escritas no quadro. De todas as perguntas e em</p>	<p>- Para avaliarmos a consecução dos objetivos elaborámos um questionário com o intuito de compreender se os pressupostos iniciais foram alcançados.</p> <p>- No que se refere ao processo, elaboramos um questionário onde se pretende que os participantes opinem sobre os três seguintes tópicos, utilidade, importância e qualidade da sessão assinalando o emoji que mais se adequa.</p>

					conjunto, é decidida a mais importante. Com a pergunta escolhida surge então um momento de debate e de reações à mesma.	
--	--	--	--	--	---	--

4 – Reflexão	- Propiciar a oportunidade de construção de um projeto de vida;		- Participativo - Ativo		- Para terminar é feita uma súmula sobre tudo o que foi abordado na sessão, perspetivando trocas de ideias/opiniões futuras.	
5 – Chávena de chá	- Refletir sobre as possibilidades da vida futura pós reclusão;		- Participativo - Ativo		- A facilitadora volta a ressaltar os valores da comunidade. - Com o final da sessão, surge novamente um momento de descontração, com a toma de um chá e uma música relaxante.	

Bibliografia

- MTIEF Ano letivo 2017/18 | Docente: Maria do Rosário Pinheiro
Mendonça, D., & Lourenço, M. (2011). *Brincar a Pensar: Manual de Filosofia para Crianças*. Lisboa: Plátano Editora.
Silveira, R. J. T. (2011). O programa de filosofia para crianças de Matthew Lipman: uma concepção liberal da educação. *Childhood & Philosophy*, 7: 121-139.

Refletir Juntos para a Vida

PRINCÍPIOS A TER EM CONSIDERAÇÃO



- ✓ Diálogo construtivo
- ✓ Respeito
- ✓ Verdade
- ✓ Honestidade
- ✓ Perfeibilidade
- ✓ Liberdade
- ✓ Escuta Ativa
- ✓ Abertura
- ✓ Democracia
- ✓ Bem-estar
- ✓ Compromisso
- ✓ Discrição
- ✓ Partilha
- ✓ Respeito pelos valores pessoais

Apêndice 10 – Tabela de duração de cada sessão do Projeto Refletir Juntos para a Vida

Tempo	Atividade
5 minutos	Chávena de chá Música relaxante
2 minutos	Referir os valores da comunidade
10 minutos	Alguma pergunta? Quem tem alguma pergunta? Escrever a pergunta no quadro Decidir em grupo qual a mais importante Porque é a mais importante?
19 minutos	Comentários, razões, factos, opiniões, ideias... A que conclusão chegámos? O que encontramos? O que ainda requer debate?
3 minutos	Reflexão sobre tudo o que foi falado
2 minutos	Relembrar os valores da comunidade
5 minutos	Chávena de chá Música relaxante

Apêndice 12 – Questionário referente à consecução dos objetivos Projeto Refletir Juntos para a Vida

Refletir Juntos para a Vida

Instrumento de recolha de informação

Por favor, leia com atenção todas as questões até ao final. De seguida, assinale com um X a resposta que considera mais adequada.
O questionário é confidencial. Obrigada pela participação!

	SIM	NÃO
Considera que a comunidade de reflexão foi útil?		
Considera que teve oportunidade para exprimir as suas opiniões?		
Considera que as suas necessidades foram respeitadas?		
Considera os valores referidos como importantes?		
Considera que respeitou os outros?		
Considera que foi respeitado?		
Refletiu sobre o seu projeto de vida?		

Se achar necessário, deixe aqui um comentário.

Grata pela participação!

Apêndice 13 – Questionário referente ao feedback da sessão do Projeto Refletir Juntos para a Vida

Refletir juntos para a vida

O presente questionário serve apenas para compreender a utilidade, importância e qualidade da sessão.

Por favor, leia com atenção todas as questões até ao final. De seguida, assinale com um X a resposta que considera mais adequada.

O questionário é confidencial. Obrigada pela participação!

1- Indique a **utilidade** da sessão selecionando a figura da sua apreciação.



2- Indique a **importância** da sessão selecionando a figura da sua apreciação.



3- Indique a **qualidade** da sessão selecionando a figura da sua apreciação.



Se achar necessário deixe um comentário sobre a atividade.

Grata pela participação!

Apêndice 14 – Planificação da sessão proposta Palavra Amiga

Planificação Palavra Amiga

Projeto	<i>Palavra Amiga</i>
Data	Março de 2020
Local Tempo previsto	Estabelecimento Prisional de Coimbra 90 minutos
Formador	Ana Margarida Araújo – Estagiária no Estabelecimento Prisional de Coimbra
Grupo-alvo	Reclusos do Estabelecimento Prisional
Objetivo geral	Desenvolver o sentido de dignidade e civilidade entre os reclusos.

Momento	Objetivos específicos	Conteúdos	Método	Recursos	Descrição das Atividades	Avaliação
1 – Leitura de extratos da Constituição Portuguesa	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender as regras da civilidade: respeitar a dignidade de todos os seres humanos; - Reconhecer a liberdade como fundamento da dignidade humana; - Reconhecer a equidade; - Reconhecer que a liberdade e equidade são limitadas mediante a utilidade comum; 	- Direitos Humanos	- Expositivo	<ul style="list-style-type: none"> - Extratos da Constituição Portuguesa; - Extratos dos Direitos Humanos; - Canetas; - Sala disponível; - Mesas; - Cadeiras; - Cola; - Cartolinas a3; - Tesoura de bico redondo; - Revistas e jornais. 	<ul style="list-style-type: none"> - A facilitadora refere o que vai ser tratado na sessão, e quais as principais temáticas que vão ser abordadas; - São entregues extratos da Constituição Portuguesa e é pedido a cada recluso que leia com a devida atenção. 	<ul style="list-style-type: none"> - A avaliação da aprendizagem será feita através de um questionário com alternativas V/F para o mais difícil de compreender e alternativa para as restantes. O questionário integra questões sobre os direitos humanos, sobre a constituição da república portuguesa e sobre conceitos como a civilidade.

	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o princípio da igualdade social perante a lei; - Compreender a inviolabilidade da vida, recusando-se a pena de morte; - Compreender a inviolabilidade moral e física das pessoas, recusando-se a tortura e outros atos cruéis e degradantes; 					- A avaliação do processo, através de um instrumento de recolha de feedback sobre a atividade em si.
2 – Debate sobre o sentido dos direitos e deveres	- Sintetizar os temas abordados na sessão.	- Direitos Humanos	- Participativo	<ul style="list-style-type: none"> - Extratos da Constituição Portuguesa; - Extratos dos Direitos Humanos; - Canetas; - Sala disponível; - Mesas; - Cadeiras; - Cola; - Cartolinas a3; - Tesoura de bico redondo; 	<ul style="list-style-type: none"> - É explicado que este momento será mais participativo onde se pretende que todos os indivíduos participem ativamente; - Posteriormente, a facilitadora esclarece eventuais dúvidas dos participantes. 	
3 – Recorte de palavras de jornais e colagem das palavras para apresentar os direitos e deveres constitucionais	- Dar a conhecer aos restantes intervenientes do EPC os conteúdos abordados na sessão.	- Direitos Humanos	- Participativo - Ativo	<ul style="list-style-type: none"> - Revistas e jornais. - Extratos da Constituição Portuguesa; - Extratos dos Direitos Humanos; - Canetas; - Sala disponível; - Mesas; - Cadeiras; - Cola; - Cartolinas a3; - Tesoura de bico redondo; - Revistas e jornais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Neste último momento, com recurso a revistas e jornais pretende-se que os participantes recortem palavras que considerem alusivas aos direitos e deveres abordados durante a sessão. 	

Bibliografia:

MTIEF Ano letivo 2017/18 | Docente: Maria do Rosário Pinheiro
 Constituição da República Portuguesa. (1976). *Constituição da República Portuguesa*. Acedido em novembro 30, 2019 em <http://www.laicidade.org/wp-content/uploads/2007/04/constituicao-1976-2005.pdf>

Apêndice 15 - Questionário Palavra Amiga

Palavra Amiga

O presente questionário serve para compreender se os assuntos abordados foram percebidos.

Por favor, leia com atenção todas as questões até ao final. De seguida, assinale com um X a resposta mais acertada.

O questionário é confidencial. Obrigada pela participação!

1. Deve-se à Organização das Nações Unidas a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
 Verdadeiro
 Falso

2. A Declaração Universal dos Direitos Humanos surgiu com o objetivo de:
 Proteger as etnias mais discriminadas
 Defender a dignidade de todos os indivíduos
 Proteger todos os indivíduos tendo em conta os interesses do Estado

3. A Declaração Universal dos Direitos Humanos protege todos os indivíduos independentemente da etnia, orientação sexual ou condição socioeconómica.
 Verdadeiro
 Falso

4. É mais correto dizer:
 Direitos Humanos
 Direitos do Homem

5. A família é considerada como núcleo central e fundamental da sociedade.
 Verdadeiro
 Falso

6. Segundo a Constituição da República Portuguesa todos os cidadãos gozam dos mesmos direitos?

Verdadeiro

Falso

7. Em Portugal, A pena de morte é permitida em casos extremos

Verdadeiro

Falso

8. Um indivíduo em reclusão perde o direito ao voto

Verdadeiro

Falso

9. Explique por palavras suas e de forma muito breve o que é *civilidade*

Se quiser deixe aqui um comentário sobre a atividade



Grata pela participação!

Apêndice 16 – Questionário referente ao feedback da sessão Palavra Amiga

Palavra Amiga

Por favor, leia com atenção todas as questões até ao final. De seguida, assinale com um X a resposta que considera mais adequada.

O questionário é confidencial. Obrigada pela participação!



A sessão foi dinâmica.			
Os temas abordados interessam-me.			
Aprendi coisas novas.			
A duração da atividade foi adequada.			
A atividade correspondeu ao que eu esperava.			
A dinamizadora estava bem informada.			
Devem ser feitas mais atividades do género.			



Se achar necessário deixe um comentário sobre a atividade.
